

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Gabriela Barichello Mello

**LIQUIDEZ DOS DISCURSOS E CONTEXTOS EMERGENTES NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS
SOCIAIS E TECNOPOLÍTICAS**

Santa Maria, RS
2020

Gabriela Barichello Mello

**LIQUIDEZ DOS DISCURSOS E CONTEXTOS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO BRASIL: A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS SOCIAIS E
TECNOPOLÍTICAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte

Santa Maria, RS
2020

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

MELLO, Gabriela Barichello Mello
LIQUIDEZ DOS DISCURSOS E CONTEXTOS EMERGENTES NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS
SOCIAIS E TECNOLÓGICAS / Gabriela Barichello Mello
MELLO.- 2020.
162 p.; 30 cm

Orientadora: Marilene Gabriel Dalla Corte
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2020

1. Educação Superior 2. Políticas Públicas 3. Contextos
Emergentes 4. Mídias Sociais I. Dalla Corte, Marilene
Gabriel II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GABRIELA BARICHELLO MELLO MELLO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gabriela Barichello Mello

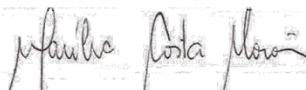
**LIQUIDEZ DOS DISCURSOS E CONTEXTOS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NO BRASIL: A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS SOCIAIS E
TECNOPOLÍTICAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Educação**.

Avaliado em 23 de outubro de 2020.



Marilene Gabriel Dalla Corte, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Marília Costa Morosini, Dra. (PUCRS)



Rosane Carneiro Sarturi, Dra. (UFSM)



Leandra Bôer Possa, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Sérgio Altair dos Santos Mello e Marilene Barichello Mello e a mãe acadêmica Marilene Gabriel Dalla Corte, que incentivaram e apoiaram esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Apreendi que viver é uma experiência, uma oportunidade de marcar e ser marcado, lembrar e ser lembrança, mas, principalmente de ser e sentir. Aqueles/as que passam ou aqueles/as que ficam, conduzem os capítulos da nossa trajetória de vida e assim carregamos características plurais de quem nos perpassa. Eu me construí assim, manias, trejeitos, linguajares, escritas... Tudo vindo das relações que vivenciei. A escrita deste estudo não foi diferente, tem um pouco de tudo e todos/as, por isso, eu os/as agradeço.

A família:

A família seja de sangue ou de coração, ambas tem um poder: o de aquecer o coração. Aos meus pais, pelo carinho e incentivo. Que abraçaram quando precisei sentir o calor do amor, amando sobre todas as formas e condições. Agradeço principalmente por permanecer ao meu lado com palavras de carinho que impulsionaram o fazer e agir, encaminhando aos meus passos na jornada da vida.

Aos amigos e colegas:

Obrigada por permanecerem, mesmo em tempos de pandemia se fazendo presente conversando, dialogando ou trocando experiências de vida presenciais e online, que em momentos de solidão se fizeram presentes, alimentando meu coração de boas energias. Agradeço pelos momentos de descontração, tão importante quanto os momentos de estudo e seriedade. Obrigada por ajudarem a construir uma vida leve e equilibrada.

A orientadora e banca

Agradeço aquela que acompanhou e orientou este processo de escrita; que deu sentido ao fazer acadêmico. Que, com paciência ensinou-me ao que penso que aprendi. Agradeço aqueles que, com carinho e atenção leram esta pesquisa e disponibilizaram de seu tempo para contribuir com este estudo.

A UFSM, CAPES, PPGs e GESTAR.

Agradeço aos lugares que percorri, a Universidade Federal de Santa Maria, que sinto ser minha segunda morada, aos Programas de Pós-Graduação em Educação – PPGE e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPPG, que com sua coordenação, secretaria e disciplinas contribuíram para o meu processo formativo. Agradeço ao grupo de estudos GESTAR/CNPq, que compartilha ideias e reflexões; a CAPES pelo incentivo e fomento que tornaram possível esta pesquisa.

RESUMO

LIQUIDEZ DOS DISCURSOS E CONTEXTOS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS SOCIAIS E TECNOPOLÍTICAS

AUTORA: GABRIELA BARICHELLO MELLO
ORIENTADORA: MARILENE GABRIEL DALLA CORTE

Esta pesquisa de Mestrado em Educação é resultante dos estudos realizados junto a Linha de Pesquisa “Políticas públicas educacionais, práticas educativas e suas interfaces”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Articula-se aos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GESTAR/CNPq/UFSM, tendo em vista a seguinte problemática: Quais discursos e contextos emergentes estão relacionados à Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais e tecnopolíticas? Em atendimento a problemática de pesquisa, delineou-se como objetivo geral “compreender a produtividade discursiva e contextos emergentes na Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais e tecnopolíticas”. Por objetivos específicos: (i) reconhecer no contexto sócio-histórico da globalização, em especial século XXI, os processos de [re]formulação de políticas para a Educação Superior no Brasil e contextos emergentes; (ii) identificar os possíveis sentidos tecnopolíticos e modos de [re]articulação da Educação Superior na produção de contextos emergentes; (iii) analisar os dispositivos e respectivos contextos de transformação midiática, a partir de seus discursos e impactos na produção de sentidos sobre as universidades federais no Brasil. Metodologicamente, apresenta-se como uma pesquisa qualitativa exploratório-interpretativa, utilizando-se da busca *on-line*, com proposta de análise de discurso com base em Charadeuaua (2008). Utilizou-se como fundamentação teórica os estudos de Morosini (2014); Bauman (2008); Zuboff (20018), Maués (2019), Morozv (2018), entre outros autores. Conclui-se com este estudo que os discursos evidenciados estão em inter-relação com as metas e “orientações” dos organismos multilaterais no sentido de privatização da Educação Superior pública no Brasil. Estas novas configurações de Contextos Emergentes se tornaram ainda mais incisivas em seus processos, tornando-se um imperativo através das tecnologias e seus usos que, cada vez mais, refletem um [des]controle social.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Públicas. Contextos Emergentes. Mídias Sociais.

ABSTRACT

LIQUIDEZ DOS DISCURSOS E CONTEXTOS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: A PERSPECTIVA DAS MÍDIAS SOCIAIS E TECNOPOLÍTICAS

AUTORA: GABRIELA BARICHELLO MELLO
ORIENTADORA: MARILENE GABRIEL DALLA CORTE

This Master's in Education research is the result of studies carried out with the Research Line "Educational public policies, educational practices and their interfaces", of the Graduate Program in Education at the Federal University of Santa Maria. Also, it is linked to the studies developed in the Research Group on Public Policies and Educational Management - GESTAR / CNPq / UFSM, in view of the following problem: What discourses and emerging contexts are related to Higher Education in Brazil, from the perspective of social media and technopolitical? In response to the research problem, the general objective was to "understand the discursive productivity and the emerging contexts in Higher Education in Brazil, from the perspective of social and technopolitical media". For specific objectives: (i) to recognize in the socio-historical context of globalization, especially XXI, the processes of [re] policy options for Higher Education in Brazil and emerging contexts; (ii) to identify the possible technopolitical meanings and ways of [re] articulation of Higher Education in the production of emerging contexts; (iii) analyze the devices and respective contexts of media transformation, based on their speeches and impacts on the production of meanings about federal universities in Brazil. Methodologically, it presents itself as a qualitative exploratory-interpretative research, using the online search, with a proposal for discourse analysis based on Charadeuaua (2008). Morosini's studies (2014) are used as the theoretical basis; Bauman (2008); Zuboff (20018), Maués (2019), Morozv (2018), among other authors. It is concluded with this study that the evidenced speeches are in inter-relation with the goals and "orientations" of the multilateral organisms towards the privatization of the public Higher Education in Brazil. These new configurations of Emerging Contexts become even more incisive in their processes, becoming an imperative through technologies and their uses that, increasingly, reflect social [dis] control.

Keywords: Higher Education. Public policy. Emerging Contexts. Social media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Charge Armandinho – Nada sobre.....	25
Figura 2-	Porcentagem de eleitores que interagem em quatro redes sociais.....	31
Figura 3 -	Charge Armandinho – Utopia.....	
Figura 4 -	Charge Armandinho - sobre Educação.....	33
Figura 5 -	Mafalda cremes de beleza.....	40
Figura 6 -	Procedimentos do Estado do Conhecimento.....	41
Figura 7 -	Critérios de inclusão e exclusão das produções acadêmicas....	42
Figura 8 -	Charge Armandinho – Passe o Alicate por favor.....	52
Figura 9 -	Processos de Análise do Discurso Político.....	57
Figura 10-	Movimentos iniciados na campanha à Presidência do Brasil de 2018.....	59
Figura 11-	Movimento iniciado após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.....	59
Figura 12 -	Charge Armandinho – “opinião pronta”.....	61
Figura 13-	Charge Armandinho os professores são perigosos?.....	62
Figura 14 -	Educação durante o regime militar.....	64
Figura 15 -	Protestos durante o período de regime militar.....	65
Figura 16 -	Charge Invasão Militar Ponte.....	66
Figura 17 -	Charge Armandinho verdadeira intenção.....	75
Figura 18-	Documentos produzidos pelos Organismos Internacionais para a realidade social, econômica e educacional brasileira.....	80
Figura 19 -	Charge Armandinho - <i>Selfie</i>	85
Figura 20-	Captura e subjetivação pelas mídias de comunicação tradicionais.....	88
Figura 21 -	Captura e subjetivação pelas mídias digitais – família.....	89
Figura 22-	Captura e subjetivação pelas mídias digitais – sociedade.....	89
Figura 23 -	Influência dos meios tradicionais de comunicação.....	90
Figura 24 -	Influência dos meios digitais atuais.....	90
Figura 25 -	100 milhões de uns / Rede Globo.....	91
Figura 26 -	Publicação retirada do aplicativo <i>instagram</i>	93
Figura 27 -	O mundo esta um desastre!.....	97
Figura 28 -	Charges sobre fake News e propagação de ódio na internet...	98
Figura 29 -	Ranking da utilização de mídias sociais no Brasil.....	101
Figura 30 -	<i>Fake News</i> publicadas em 2019.....	104
Figura 31 -	Fake News produzida no Brasil sobre COVID -19.....	105
Figura 32 -	Charge sobre Ensino a distância na Pandemia de COVID-19...	105
Figura 33 -	Logomarca do Facebook.....	109

Figura 34 -	Páginas Facebook.....	110
Figura 35-	Captura de tela publicação MEC sobre Guia de retorno as aulas.....	111
Figura 36 -	Logo do <i>Instagram</i> e dispositivos disponíveis.....	112
Figura 37 -	Logo do Twitter.....	114
Figura 38 -	Logo <i>Whatsapp</i>	115
Figura 39 -	Tirinha Mafalda “Política”.....	117
Figura 40 -	Captura de tela do Twitter.....	120
Figura 41 -	Tela do Facebook do Ministério da Educação.....	122
Figura 42-	Publicação sobre contingenciamento nas Universidades públicas.....	123
Figura 43 -	Apresentação do Future-se.....	125
Figura 44 -	Sistema de Ensino Superior em 10 países.....	130
Figura 45 -	Fala de Ministro sobre professores/as da Educação Superior.....	130
Figura 46 -	Plantações de maconha nas universidades e repercussão.....	133
Figura 47 -	Lei sancionada devido a COVID-19.....	134
Figura 48 -	O globo e captura de tela Instagram.....	135
Figura 49-	<i>Twitter</i> da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.....	136
Figura 50 -	CNE aprova junção de anos letivos 2020 e 2021.....	137
Figura 51 -	Twitter da Secretaria Especial de Comunicação Social.....	139
Figura 52-	Ações educacionais desenvolvidas pelo governo Jair Bolsonaro.....	140
Figura 53-	Pronunciamento sobre bolsas do Ministério da Ciência e Tecnologia.....	142
Figura 54-	Publicação do Ministro Milton Ribeiro em sua página no twitter.....	143
Figura 55 -	Publicação da página institucional no Facebook da UFRGS...	144
Figura 56 -	Rede Social.....	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Salário dos professores EB e ES no Brasil.....	81
Gráfico 2-	Percentual da expectativa de jovens em cursar a Educação Superior (2009 e 2018) e porcentagem de pessoas de 25 a 34 anos com esse nível de ensino (2019).....	83
Gráfico 3-	Proporção de interesse em informações locais via mídias sociais.....	102
Gráfico 4-	Plataforma de informações falsas e enganosas em países selecionados.....	103
Gráfico 5-	Plataforma com mais informações falsas e enganosas por país.....	103
Gráfico 6-	Proporção de domicílios com acesso à Internet. Estados Partes do MERCOSUL, América Latina e Caribe e União Europeia (%).....	107
Gráfico 7-	Fonte de notícias e dispositivos e aparelhos utilizados.....	109
Gráfico 8-	Redes de TV, rádio e sites de notícia no Brasil.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Pesquisas presentes no estado do conhecimento.....	43
------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
GESTAR	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPPG	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento Estudantil
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
OS	Organização Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
MP	Medida provisória
OMS	Organização Mundial de Saúde
PROUNI	Programa Universidade para Todos
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
MOODLE	Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment
IFES	Instituições Federais de Educação Superior

SUMÁRIO

1	UMA INTRODUÇÃO DO AINDA NÃO PENSADO	27
1.1	DAS TRAJETÓRIAS AO PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	35
2	PELOS CAMINHOS DO ESTADO DO CONHECIMENTO À COMPREENSÃO DO QUE VEM SENDO PRODUZIDO.....	42
3	TIMELINE METODOLÓGICA	54
3.1	DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE PESQUISA.....	54
3.2	ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA.....	57
4	FEED DE NOTÍCIAS E O GERENCIAMENTO DE DADOS ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUAS EMERGÊNCIAS.....	63
4.1	A HISTORICIDADE DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI E CONTEXTOS EMERGENTES.....	64
4.2	GLOBALIZAÇÃO E (DES)LOCAMENTOS DA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	77
5	MÍDIAS SOCIAIS: MÁQUINAS DE MODULAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO.....	87
5.1	A INTERNET NO CONSUMO DE CONTEÚDO NO BRASIL: AS REDES SOCIAIS E SEU PAPEL INFLUENCIADOR.....	99
5.1.1	<i>Facebook</i>	110
5.1.2	<i>Instagram</i>	114
5.1.3	<i>Twitter</i>	115
5.1.4	<i>Whatsapp</i>	116
6	A LIQUÍDEZ DAS TECNOPOLÍTICAS E CONTEXTOS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISES DE DISCURSOS POLÍTICOS NAS MÍDIAS SOCIAIS.....	119
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICES.....	158

1 UMA INTRODUÇÃO DO AINDA NÃO PENSADO

Figura 1- Charge Armandinho – Nada sobre...



Fonte: Pesquisa google. Disponível em: <https://images.app.goo.gl/gCmd5pXVvd7of9587> Acesso em: 02 fev 2020.

“Adicione uma breve biografia para contar mais sobre você”, - informa o *facebook*. Em um rápido jogo de movimento com as mãos você descreve sua personalidade e seus gostos, tudo brevemente, para que seja um convite a aproximar o visitante da sua página e instigar a querer conhecer mais sobre você. Talvez, passar a segui-lo ou tornar-se amigo; tudo depende da apresentação.

Obviamente você está conectado, o imperativo tecnológico também o levou a criar e acessar a plataformas digitais, redes sociais e aplicativos. Possivelmente, você possui alguma conta que acessa informações sobre usuários amigos, figuras públicas e/ou políticas ou, até mesmo, informações e acontecimentos do cotidiano. A rede que conecta todos os usuários e comporta a todas as informações, *likes*, comentários, *posts*, fotos, entre outras coisas, possui hoje seu perfil traçado, os desejos e interesses armazenados e, faz indicações, reconhece possíveis amigos do círculo de amizade, apresenta a temas de seu interesse para debate e muito mais.

A notificação anuncia “você tem lembranças para recordar hoje” retrata a forma com que se relaciona com o mundo, que estabelece relações e realiza atividades se (re)configuram rapidamente; tudo registrado simultaneamente ao acontecimento e, em seguida, o *post* está pronto. Nessa direção, as formas com que armazenamos nossas lembranças agora encontraram novo endereço; passaram a ser virtual e os aplicativos já se constituíram responsáveis por rememorar-las. Mas, a vida também é encontro e fruição, afirmativa essa que trouxe à construção da introdução desta pesquisa de mestrado.

As experiências vivas e digitais me conduziram a este entremeio de tempo e lugar, justamente, porque usando das experiências que adquiri como nativa digital, sendo da chamada geração “z”, que carrega em seu centro o *boom* da criação de aparelhos tecnológicos, e que é altamente conectada na *internet* e, também, carrego um pouco da geração *meme thinkers* que adota um novo código universal, baseado em *memes* e *emojis*, utilizando uma linguagem por códigos com múltiplas referências e recursos. Assim, arrisco a produzir sentido em minha apresentação; um pouco do que reconheço de mim e de minha imagem nessa sociedade que se diz do conhecimento e que é, eminentemente, digital.

Quando iniciei a escrita deste trabalho procurei estabelecer um fio condutor sobre a informação que queria passar sobre a temática que me acomete. Admito, não foi tarefa fácil! Ao mesmo tempo em que me deleito ao prazer da escrita, a luz branca e convidativa da tela do *smartphone* acende com as seguintes mensagens: “você tem sete novos e-mails” ou “alguém marcou você em uma publicação”. É atrativo, viciante, e difícil resistir!

Por vezes, em meio à escrita, sem mesmo perceber, estou navegando nas redes sociais das quais sou cadastrada e acredito não ser um problema específico meu. Tento me desligar e lembro que minha pesquisa vai tratar sobre mídias sociais e preciso dos materiais destas plataformas, por isso preciso estar conectada mais do que nunca. Tento uma organização do tempo, mas ele passa diferente quando estou envolvida com a internet e as redes sociais; ele escorre muito mais rápido que o normal.

Então, me reconheço imersa a alguns questionamentos: será mesmo que as mídias sociais impactam no nosso cotidiano? E esses impactos são positivos e/ou negativos? Quais seriam esses impactos, em especial, no contexto da Educação Superior? Estamos produzindo uma nova cultura política baseada no contexto das mídias sociais e, portanto, tecnológico? É preciso pensar em uma educação tecnológica? Seriam as mídias sociais e a educação tecnológica contextos emergentes à/na Educação Superior?

Mas antes de tudo, esta pesquisa tem relação com pessoas e condutas e, conseqüentemente, com suas existências. Tendo como fundamento principal a minha própria existência, visto que estou inserida neste contexto social, tecnológico, político, cultural e educacional; tem relação, também, com o apagamento ou a tentativa de

repensar as verdades, sua univocidade e os binômios que construímos ao longo da vida como o bom ou mau, certo e errado, entre outros.

Pensando sobre este entremeio e como podemos nos relacionar com as “verdades”, destaco, de antemão, que nesta produção é apresentado um caminho e respectivos movimentos que realizei na construção e reflexão do processo de pesquisa e análise, entre tantos outros que poderiam ser.

O título desta dissertação de mestrado em educação “Liquidez dos discursos e Contextos Emergentes na Educação Superior no Brasil: a perspectiva das mídias sociais e Tecnopolíticas” traz um pouco sobre o que pretendo abordar ou sobre o presente e o futuro (se assim puder ser denominado). Dos desafios da vida, este parece ser o mais indecifrável e complexo, uma vez que, ao escrever, sinto a incerteza do tempo e do contexto sobre o que penso, bem como, com as relações com o mundo no qual estou inserida. Passo a me perguntar com frequência: “Isso procede?” ou “Esta informação ou notícia é real?”.

Estamos a vivenciar uma pandemia que tem abalado e modificado todos os setores e sujeitos do país e do mundo. O vírus COVID – 19, no Brasil, teve suas primeiras ações em fevereiro/2020, no entanto, em março do mesmo ano o Ministério da Saúde anunciou a ampliação de medidas para reforçar a assistência hospitalar no enfrentamento ao respectivo Coronavírus no Brasil e, portanto, iniciou em conjunto com a Organização Mundial de Saúde a regulamentação de critérios de isolamento social. Decretou, aí, o início da quarentena, o que, conseqüentemente, demandou reorganização nas formas de socialmente se comunicar, relacionar, trabalhar, etc.

Este vírus, além de redimensionar as formas de percepção da vida, com toda situação evidenciada na reorganização do trabalho, relações familiares, vida pública ou social e escolares/universitárias para atender as medidas de segurança como o isolamento, se evidenciou uma nova face. A mesma que emergiu com o início do advento da *internet*, com a criatividade, barreiras territoriais, informação e aproximação de pessoas, as que não podem estar perto no momento, realização de atividades escolares e universitárias remotas, entre muitos outros direcionamentos.

É notório que os tempos são incertos. Isso se dá ao fato de estarmos, enquanto sociedade, em constante mudança, desenvolvimento e [re]construção. No entanto, alguns tempos são mais incertos que outros. Em 2020, cada vez mais, estamos em um contexto contingencial; quase que como pisar em uma camada fina

de gelo que nos protege da água fria e congelante que se esconde abaixo da superfície. Em outras palavras, a fluidez e liquidez do mundo desde o início do século XXI e, sobretudo em tempos pandêmicos, assustam e geram insegurança nos processos de vida em sociedade. Então, fico a pensar sobre como podemos compreender melhor o que está acontecendo e se existem formas de resistir ou de qualificar esses processos.

Todos nós, mesmo que capturados em alguma instância, somos seres que coabitam um mundo comum; que vivem em lugares, tem seus tempos e se relacionam com demais pessoas em suas diferentes experiências de vida. Estes (des)encontros nos atravessam em suas subjetividades e nos modificam. Há, nesse sentido, uma nova forma de encontro que vem modificando os tempos e espaços que até então vivenciávamos.

Atuais formas de comunicação, práticas sociais e relações cotidianas vão se [re]modelando com o advento da era tecnológica digital. Como agimos por de trás das telas de computadores, *notebooks*, *smartphones*, entre outras tantas formas eletrônicas e virtuais de interação e comunicação, as quais configuram e sistematizam um novo modo de ser, sentir, agir e, além de tudo, transformam as formas como nos relacionamos em sociedade, realizamos tarefas do dia a dia e nos informamos sobre notícias e acontecimentos do mundo.

Existem alguns formatos dessa nova perspectiva, são eles as mídias tradicionais, mídias sociais e redes sociais. Silva e Barichello (2006) definem a chamada mídia tradicional como um meio de disseminação de informações em massa de forma unidirecional, que tem desenvolvido esse papel as emissoras de televisão, os jornais impressos e o rádio.

Já as mídias sociais, na perspectiva dos autores Becker, Naaman e Gravano (2009), nada mais são do que sistemas populares de distribuição de notícias e outros conteúdos de interesse pessoal. Assim, esse compartilhamento de conteúdo pode ser percebido através do uso e/ou de mensagens de texto, imagens, áudios, vídeos, *emojis*, entre outras possibilidades de interação e distribuição de notícias e conteúdos e podem ser encontrados em plataformas como, *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e *Wikipedia* e *blogs*.

A rede social de acordo com Recuero (2009) é gente, interação e é troca social. Consiste em um grupo de pessoas, compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede, sendo os nós da rede cada indivíduo e suas

conexões, que são os laços sociais que compõem os grupos. Esses laços são ampliados, complexificados e modificados a cada nova pessoa que estabelece interação. “Confunde-se muito redes sociais com mídias sociais, que, apesar de estarem no mesmo universo, são coisas distintas. Mídia social é o meio que determinada rede social utiliza para se comunicar” (CIRIBELI; PAIVA, 2011, p. 59).

Bases, plataformas e sistemas induzem, conduzem e gerenciam dados e os conteúdos que são disponibilizados em redes sociais e páginas da *web*, as quais muito têm a ver com o jogo político e os interesses de esferas internacionais, nacionais, governamentais, políticas e de mercado, entre outras. Estes sistemas, algoritmicamente, subjagam e governam o pensamento e as relações humanas; acabam direcionando conteúdos com base na experiência virtual e no interesse e atitude de quem as conduz.

Com toda a certeza, o “navegador” (chamado aqui como pessoa que navega na *internet* e nas mídias sociais) já se deparou com situações de controle ou de captura da atenção sem ao menos perceber, silenciosamente e discretamente por meio de anúncios e propagandas. É corriqueiro que, atualmente, se você está escutando música em alguma plataforma de vídeos ou de serviço de *streaming*, existam propagandas e anúncios para quem às utiliza gratuitamente, no entanto, se opta por não “perder tempo” com este tipo de publicidade, poderá escolher por pagar um plano que não as contenha. Ou, até mesmo, comentar ou pesquisar sobre algum produto de seu interesse e, *voilà*, a propaganda está logo ali, pronta para redirecionar você à loja virtual com o produto em apenas um clique.

Se você acredita que os aplicativos do qual você é usuário são gratuitos, você está equivocado; esta relação se fundamenta nas concepções de mercado e a verdade é que, se você não está pagando pelo produto que está consumindo, você é o próprio produto. Anunciantes e investidores são os verdadeiros clientes; nós vendemos o tempo que dispensamos nas redes, a nossa atenção, que se volta para o que os anunciantes sugerem.

E o que tudo isso tem a ver com existência ou política? E, até mesmo, com Educação Superior? Essas práticas têm interpelado e conduzido os discursos e enunciados nos espaços educacionais e representam a produção de significados e verdades que se disseminam entre a população. Portanto, são potencialmente benéficas ou perigosas, sobretudo, eficazes. O que muito, ultimamente, se referem a uma nova faceta que vem se apresentando nas universidades e que, cada vez mais,

tem imbricado nas ações e representações nelas e delas institucionalizadas socialmente.

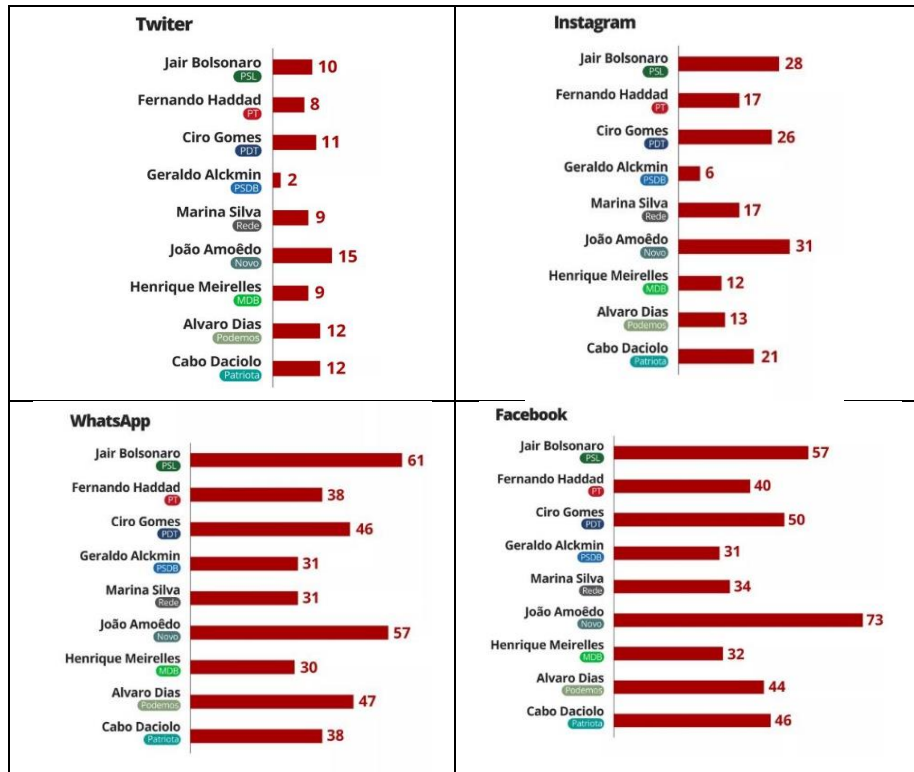
Essa nova face emergente e que tenciona a organização, as ações e todos os demais processos universitários, denominamos “contextos emergentes da Educação Superior”. Para Morosini (2014, p. 386), se referem a “[...] configurações em construção na educação superior, observadas em sociedades contemporâneas e que convivem em tensão com concepções pré-existentes, refletoras de tendências históricas”. Esses contextos são compostos pelo *ethos* do desenvolvimento humano e social na globalização através da interação com outros contextos. Também, Wielewicki (2016, p. 32) menciona que a temática dos contextos emergentes da Educação Superior precisa voltar-se para a necessidade de “[...] encarar ao mesmo tempo passado e o futuro”, que será mais explorado posteriormente no decorrer deste projeto de dissertação.

[...] as transformações que acontecem no contexto das Instituições de Educação Superior (IES), aparentemente, são internas, porém, possuem inter-relação com as demandas sociais, culturais, econômicas, entre outras, que implicam no surgimento de uma nova arquitetura para a Educação Superior e, conseqüentemente, atuais demandas para a universidade que influencia e se deixa influenciar pelas políticas públicas educacionais globais e locais. Essa realidade multifacetada passou denominar-se contexto emergente e requer uma nova pedagogia universitária que se ancora num ambiente de mudança e tensionamentos. (DALLA CORTE, 2017, p. 358)

Nessa direção, apresento um breve exemplo de como tem sido determinantes as relações estabelecidas neste *cyber* espaço e como se tornam efetivas em seus contextos, e que não apenas tem relação com educação, mas, sim, com um plano maior de governo com vistas a interferir em todas as áreas e processos relacionados ao Brasil.

Para isso, retomo as eleições presidenciais do ano de 2018 em que vivenciamos um processo que está interconectado a temática desta pesquisa. Um estudo feito pelo Datafolha (Figura 2) apresentou a porcentagem de eleitores e suas interatividades nas principais redes sociais do Brasil em relação aos candidatos que concorreram à presidência nesta eleição, sendo os critérios para tabulação aqueles que utilizam e compartilham notícias e informações sobre política e seus candidatos.

Figura 2- Porcentagem de eleitores que interagem em quatro redes sociais



Fonte: Pesquisa Datafolha (2018). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/datafolha-quantos-eleitores-de-cada-candidato-usam-redes-sociais-leem-e-compartilham-noticias-sobre-politica.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2019.

Constatou-se, assim, que o presidente eleito e os demais candidatos à presidência nas eleições de 2018, investiram fortemente no impacto e influência que as redes sociais poderiam trazer para a votação e decisão final do pleito eleitoral. É visível que os eleitores do, então presidente, Jair Bolsonaro, possuem os índices mais altos de usuários que interagiram, compartilhando, lendo e, também, como dispositivos de (re)produção e disseminação de informações, segundo dados da pesquisa Datafolha (2018).

Diversos aplicativos também podem servir como ferramenta de influência e/ou de regulação, e um exemplo disso é o aplicativo “*Buffer*” que serve para programar *tweet* para *Twitter*, publicações no *Facebook* ou *updates* no *LinkedIn* ao longo do dia e que torna possível agendar as publicações para o horário de pico em que mais seguidores estiverem conectados, assim dando uma maior visibilidade para o conteúdo.

Esses dispositivos não se diferenciam em outras instâncias e temáticas da vida social, como por exemplo, com relação as universidades públicas. O ano de 2018 foi fortemente marcado pelas interações, publicações e anúncios relacionados

a educação no Brasil e, mais intensamente, voltados para as universidades federais do Brasil. Na esfera tecnológica digital, em específico as redes sociais como *whatsapp*, *twitter*, *facebook*, *instagram*, entre outros, o compartilhamento de notícias e informações passaram a se disseminar rapidamente, talvez irresponsavelmente, constituindo uma cultura digital emergente.

Segundo Bruno et al. (2018) os agenciamentos sociais e técnicos emergentes na última década possibilitam inúmeras estratégias de disputa sobre o uso de tecnologias e da agregação de atores heterogêneos que visem a criar, a reforçar ou a reverter formas de dominação ou exploração ou mesmo a fazer florescer modos de existência e/ou organizações. Assim, em vez de apontarmos para um cenário dominado por distopias tecnológicas, reconhecemos nas tecnopolíticas um estratégico território de disputa entre uma grande diversidade de forças e atores que se configuram a partir do desenvolvimento de novas formas de vigilância e controle quanto à experimentação de resistências e subversões que dialogam com elas formam aquilo que chamamos de tecnopolíticas (BRUNO et al., 2018). Ou seja, as tecnopolíticas em seus territórios informacionais são resultado da interlocução entre dados com a vida social, como a política, cultura, mecanismos de controle social.

Sendo assim, as redes não são um paralelo dos acontecimentos do mundo, mas, sobremaneira, estão intimamente ligadas com os atores e as esferas da sociedade, bem como dados produzidos sobre e por nós. Estas informações fluem e deslizam rapidamente para os *feeds* de notícias tomando dimensões que independem ou são intencionalmente pensados por seus formuladores, tanto no contexto local, quanto global.

As novas formas de diálogo virtual, muitas vezes permeadas pela vigilância e controle ou, até mesmo, em contraponto a resistência e subversão, formam segundo Bruno et al. (2018) as “tecnopolíticas”, os agenciamentos emergentes que possibilitam ascensão de novas estratégias de disputa sobre o uso de tecnologias e agregação de atores heterogêneos, com vistas a reforçar ou reverter formas de dominação, exploração ou fazer florescer novos modos de existência ou organizações.

Assim, a seguir, apresento alguns movimentos que me fizeram chegar até a temática e ao problema da pesquisa de mestrado.

1.1 DAS TRAJETÓRIAS AO PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Figura 3- Charge Armandinho – Utopia



Fonte: Pesquisa Google. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/zKq2mqfV2EokMoWg6>>. Acesso em 07 fev 2020.

Ao considerar os escritos apresentados, direciono e retomo alguns fatos que compõem a minha trajetória até a presente escrita. Desde já, alerto que não somente as experiências acadêmicas e o pós-ingresso na instituição universidade me constituíram e incentivaram esta pesquisa. Assumo a importância, também, dos lugares externos e, principalmente, as vivências fora do contexto universitário, com amigos, familiares e demais, que me movimentaram a pensar sobre a incidência e emergência desta temática de pesquisa atualmente.

Os encontros da vida dão significado e sentido para os tempos e espaços que vivenciamos. Se não fossem as pessoas e as relações que estabelecemos, não teria o tom que tiveram e seriam outras experiências com outros significados. Quando somos crianças, sem responsabilidades e sem preocupações vivemos, geralmente, sem pensar no futuro conforme “a maré” nos conduz; vamos vivendo conforme aqueles que são responsáveis por nós vivem e, também, seguindo a lógica que fundamenta a sociedade.

O primeiro lugar que destaco da minha trajetória é o Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra, localizado no município de Júlio de Castilhos/RS; lugar onde cursei meu Ensino Médio. Não por este fato que o relembro, mas, sim, por ter vivido boa parte da infância lá. Filha de professora, que acompanhava a mãe nas aulas que ministrava, por ali comecei a me interessar pelo ato de ensinar e aprender, sobretudo, pelas relações que se estabeleciam.

Aos dezesseis anos de idade ingressei no curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria, e me deparei com espaços diferentes do que estava acostumada a ocupar. Em contato com perspectivas epistêmicas diferentes, conceitos, teorias e conteúdos, passei a perceber os medos, as curiosidades e, também, as responsabilidades da mudança para a vida universitária e acadêmica.

Todos esses lugares me conduziram a pesquisa acadêmica e ao momento em que passo a atuar como bolsista de iniciação científica (IC) em projetos de pesquisa e extensão. Encontrei professores/as, gestores/as da Educação Superior e da Educação Básica, estudantes e bolsistas que dialogavam e debatiam sobre o contexto educacional e seus desafios. Os anos como bolsista de IC foram determinantes para os passos que optei posteriormente.

Durante os quatro anos, no curso de graduação, permaneci atuando como bolsista e participante de dois grupos de pesquisa, o Grupo Elos/CNPq/UFSM e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – Gestar/CNPq/UFSM. O “como” fui me constituindo nesse mundo acadêmico é resultado dos “encontros”, “estudos” e “produções” que experienciei e que, certamente, direcionaram para a escolha pelo caminho da pesquisa; sempre inspirada na trajetória de grandes professoras/es que encontrei, entre a graduação e os projetos que participei nesta simbiose.

Realizei o processo seletivo ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), da UFSM, junto ao curso de Especialização em Gestão Educacional, com a temática também relacionada à Educação Superior, reportando-me à gestão universitária e seus contextos emergentes, defendida no ano de 2019, a qual objetivou analisar os contextos e as perspectivas que tem se constituído emergentes no cenário histórico, político, social de gestão da Educação Superior no Brasil. Nessa pesquisa concluí que os contextos emergentes identificados, por meio de uma pesquisa do estado do conhecimento, não têm priorizado efetivamente políticas sociais que beneficiem a todos e todas, na perspectiva da universalização do acesso, permanência e conclusão dos estudos na Educação Superior, bem como, os documentos norteadores estão em inter-relação com as metas e “orientações” dos organismos multilaterais, imbricados e implicados em/por conceitos de privatização, mercado e modernização para a Educação Superior no Brasil.

Como educadora especial, atuei em alguns espaços profissionais, no entanto, surgiu a possibilidade de prestar seleção para o Mestrado em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da UFSM, que com a aprovação iniciei o curso no ano de 2018 com auxílio e fomento de Bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Assim, esta pesquisa, resultante de estudos desenvolvidos no Mestrado em Educação (PPGE/UFSM), está inserida na Linha de Pesquisa “políticas públicas educacionais, práticas educativas e suas interfaces”, na qual se desenvolvem estudos sobre as políticas públicas educacionais e suas interfaces como campo contextual das práticas educativas, no seu sentido amplo, na escola e no âmbito social, tendo como eixos temáticos: a) currículo e práticas educativas; b) trabalho pedagógico; c) mediação e tecnologias educacionais; d) políticas públicas educacionais e práticas educativas e seus contextos sociais, históricos e culturais. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PPGE/UFSM, 2019).

Este estudo, também, possui inter-relação com o projeto de pesquisa “Contextos emergentes na Educação Básica e Superior na perspectiva da inovação e qualidade dos processos de gestão escolar e universitária”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GESTAR/CNPq/UFSM, coordenado pela Prof^a. Dra. Marilene Gabriel Dalla Corte.

Nessa direção, direciono minha reflexão para a perspectiva de que as universidades brasileiras, desde 2017, em especial, têm enfrentado inúmeros ataques e questionamentos sobre sua organização, trabalho e impactos por parte da população, esferas, atores políticos e sociais e, mais do que nunca, esse cenário constitui-se emergente. Sua capacidade educacional, científica, humana e produtiva (Figura 4), bem como a efetividade das universidades públicas quanto aos processos e ações, organização de seus financiamentos e orçamentos públicos, entre outros aspectos que envolvem inclusão social, gênero, sexualidade, investimento à pesquisa, são motivos de grandes discussões, seja por sujeitos que possuem o devido conhecimento sobre tais aspectos, seja por sujeitos que “acham” que sabem do que estão a dissertar e defender.

Figura 4- Charge Armandinho – sobre Educação



Fonte: Pesquisa google. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/charges/rogerio/armandinho-28>>. Acesso em: 29 jan 2020.

Por outro lado, também, são existentes movimentos e grupos que têm assumido o compromisso com a educação e que se utilizam da mídia para divulgar ações, convites para demais grupos sociais para participar de atividades, e que divulgam o papel social e educacional que envolvem as Instituições Federais de Ensino Superior.

Considerando que é existente uma produção discursiva deste determinado contexto espaço-temporal – a universidade pública, este estudo prioriza não apenas investigar realidades subjacentes a Educação Superior, mas defender tais espaços e tempos de formação profissional e humana, de ensino, de pesquisa, de extensão, produção técnica e tecnológica, entre outros aspectos indispensáveis e inter-relacionados ao meio acadêmico em sua interlocução com a sociedade.

As universidades públicas, em sua trajetória, já vinham se (re)significando a partir de demandas políticas, sociais, econômicas e culturais que imperam no Brasil, e que em grande parte apresentam-se como desafios para a Educação Superior. Tais demandas já vinham desencadeando no surgimento de novas posturas e mudanças que movimentam os atores universitários, sejam eles gestores/as, professores/as ou estudantes.

Nessa direção, nos últimos três anos, houve intensificação de publicações, decretos, políticas governamentais, medidas provisórias, manifestações e tentativa de criação de programas, entre outros aspectos, que passaram a tornar-se verdadeiros dispositivos de tecnopolíticas a serviço de propostas que atendem aos objetivos e interesses de uma porcentagem de atores que utilizam de jogos de linguagem como “contingenciamento”, “reestruturação”, “modernização”, “sustentabilidade”, entre outras, no que diz respeito às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. São, por exemplo, propostas de programas que prometem

“modernizar” os espaços e práticas universitárias, trabalhando na perspectiva do “Estado mínimo”, e, portanto, caracterizam os aspectos fundantes das muitas “intervenções” e “ações políticas e sociais” que tem se proliferado na Educação Superior no Brasil.

As tecnopolíticas, para Bruno et al. (2018), basicamente usam das práticas de vigilância e, por consequência, de controle. Podem ser compreendidas como uma caixa de ferramentas para os embates sociotécnicos, de contextos explorados pela mídia e pela *web*, sempre presentes como mecanismos de subjetivação social e de aculturação política da população. Tais aspectos invertem valores, negam conceitos e princípios essenciais dispostos na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, Lei nº 9.394/1996) (BRASIL, 1996), sobretudo, desconstruindo conquistas históricas que são valiosas para os movimentos educacionais, sociais e culturais no Brasil.

Assim, reverte-se o cenário dominado por tecnologias, reconhecendo nas tecnopolíticas um estratégico território de disputa entre uma grande diversidade de atores e forças, muitas delas metamorfoseadas pelo discurso patriótico e de modernidade, mas enraizadas na velha política dos barões do café e da cana de açúcar (BRUNO et al., 2018). Diante do exposto, ficam evidentes novos sentidos da política de governo brasileira e uma, entre elas, não tem priorizado efetivamente políticas sociais que beneficiem a todos e todas na perspectiva da universalização do acesso, permanência e conclusão dos estudos na Educação Superior.

Cabe destacar que esta pesquisa não possui intenção ideológica e muito menos político-partidária na perspectiva de afirmar o correto e o errado em políticas públicas. Nem tampouco prioriza julgar ações e relações das políticas de governo, mas, sobremaneira, a pretensão está em construir uma discussão tendo como base a importância e a efervescência das temáticas supracitadas e, também, a reflexão sobre como as atuais publicações movimentam o contexto de influência e da produção de políticas públicas educacionais, assim como se há percepção das práticas de indução e regulação a partir de grupos, mensagens, publicidades e *posts*, entre outros dispositivos midiáticos.

Nessa direção, justifica-se a escolha pelos autores que subsidiam esta dissertação de mestrado. Entre eles, alguns autores que se consideram estruturalistas e outros pós-estruturalistas e, até mesmo, que optam por não se caracterizar, são escolhidos para amarrar as discussões propostas. Considera-se

necessária sua presença neste estudo por aproximação com a temática e, também, por ela se tratar de um debate emergente que, ao mesmo tempo, precisa resgatar e [re]presenciar aspectos sociais e históricos que levam a determinados contextos, não possuindo como premissa delimitar ou delinear um contexto moderno ou pós-moderno, mas, especialmente, propiciar a compreensão acerca de aspectos importantes que podem contribuir para uma visão menos linear e a partir de diferentes perspectivas, entre elas as emergentes acerca da Educação Superior no Brasil com o uso das mídias sociais e os impactos das tecnopolíticas na sociedade.

Considero meu posicionamento importante para dimensionar como conduzi aos caminhos e escolhas feitos até então. Por isso, destaco que prefiro pensar na multiplicidade como um ponto positivo para as discussões nesta dissertação e não em polos e dualidades. Acredito que a centralidade maior desta pesquisa está na seguinte **problemática**: Quais discursos e contextos emergentes estão relacionados à Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais e tecnopolíticas?

Em atendimento a problemática de pesquisa, priorizei como **objetivo geral**: compreender a produtividade discursiva e contextos emergentes na Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais e tecnopolíticas. Os **objetivos específicos** foram delineados para: (i) reconhecer no contexto sócio-histórico da globalização, em especial século XXI, os processos de [re]formulação de políticas para a Educação Superior no Brasil e contextos emergentes; (ii) identificar os possíveis sentidos tecnopolíticos e modos de [re]articulação da Educação Superior na produção de contextos emergentes; (iii) analisar os dispositivos e respectivos contextos de transformação midiática, a partir de seus discursos e impactos na produção de sentidos sobre as universidades federais no Brasil.

Assim, neste primeiro capítulo, intitulado “uma introdução do ainda não pensado”, o foco esteve em apresentar as trajetórias acadêmicas e os caminhos percorridos até então, rememorando algumas situações marcantes para o interesse e o desenvolver desta pesquisa. Além disso, exploro a justificativa pelo tema escolhido entrelaçada a problemática e, subsequentemente, aos objetivos geral e específicos.

O capítulo dois, intitulado “Pelos caminhos do estado do conhecimento à compreensão do que vem sendo produzido” busca apresentar um panorama do que vem se discutindo na perspectiva das mídias sociais no contexto brasileiro. Foram

selecionados e analisados alguns estudos e pesquisas que mais se aproximaram a temática de pesquisa.

O terceiro capítulo “*Timeline* metodológica” apresenta os aspectos teórico-metodológicos de pesquisa, a partir da abordagem, o tipo de pesquisa, as técnicas e análise de dados, com a finalidade de melhor compreensão sobre a sua natureza, podendo auxiliar para compreender as posições e caminhos que auxiliaram na organização e que tomei nesta produção.

Em “*Feed* de notícias e o gerenciamento de dados acerca das políticas de Educação Superior no Brasil e suas emergências, quarto capítulo desta produção, objetiva debater no contexto sócio-histórico da globalização os processos de [re]formulação de políticas para a Educação Superior no Brasil e seus principais contextos emergentes na atualidade.

O quinto capítulo, “Mídias sociais: máquinas de modulação do comportamento humano”, tem como premissa identificar os possíveis sentidos tecnopolíticos e modos de [re]articulação da Educação Superior na produção de contextos emergentes, desta forma apresenta-se uma discussão acerca dos conceitos principais que envolvem as tecnopolíticas e seus contextos.

O sexto capítulo, “Análises de discursos políticos nas mídias sociais no contexto da Educação Superior”, trata sobre os principais dispositivos e seus respectivos contextos de transformação midiática, a partir de seus discursos e impactos na produção de sentidos sobre as universidades federais no Brasil, trazendo suas interfaces e relações frente aos contextos emergentes na Educação Superior.

Por fim, apresentam-se as Considerações finais que prioriza com este estudo o fortalecimento das discussões acerca da Educação Superior e seus contextos. Realizando uma retomada de alguns pontos principais abordados no estudo e o que vem sendo produzido a partir dos discursos das mídias sociais no contexto da educação superior e contextos emergentes na atualidade, como tentativa de responder aos problemas e objetivos apresentados nesta pesquisa.

2 PELOS CAMINHOS DO ESTADO DO CONHECIMENTO À COMPREENSÃO DO QUE VEM SENDO PRODUZIDO

Figura 5- Mafalda cremes de beleza

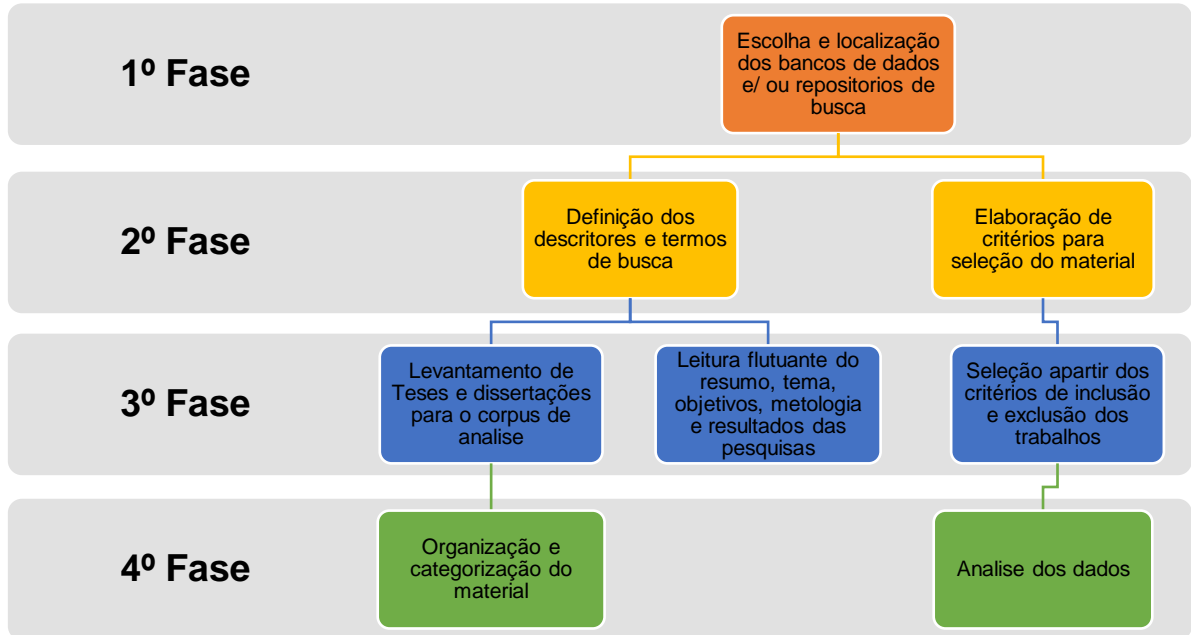


Fonte: Site Universo dos Leitores. Disponível em: <http://www.universodosleitores.com/2018/10/mafalda-em-10-tirinhas-realistas-e.html>. Acesso em: 4 out 2020.

Com o intuito de realizar uma revisão de literatura, pós qualificação do projeto de pesquisa, optou-se pela metodologia do estado do conhecimento. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 155), o estado conhecimento se traduz na “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”. Assim, este estudo oportunizou reconhecer no contexto das produções científicas de dissertações e teses sobre a temática em específico as principais discussões e contribuições de pesquisadores da área da Educação Superior.

Alguns procedimentos foram realizados para organizar e sistematizar a forma de busca das produções, bem como, o uso de alguns critérios de seleção dos trabalhos afim de selecionar aqueles que pudessem vir a contribuir com o estudo em questão, como por exemplo: o uso de descritores, operadores booleanos e critérios de exclusão e inclusão como título e objetivos das pesquisas. Nesse sentido, a figura 6 apresenta as principais fases e procedimentos para produção do estado do conhecimento nesta pesquisa:

Figura 6- Procedimentos do Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborada pela Autora.

A construção do estado do conhecimento se efetiva como uma forma de pesquisa de extrema importância no campo da investigação científica, em especial na área da educação, já que permite identificar e reconhecer o que já foi e está sendo produzido sobre o tema de interesse. Possibilita, assim, um aprofundamento nas discussões, maior segurança quanto a escolha da temática, construção de um panorama das abordagens utilizadas na tratativa do problema e objetivos previstos, as perspectivas teóricas, metodológicas e políticas adotadas na abordagem do tema de pesquisa, além de auxiliar na compreensão dos diferentes aspectos colocados sobre o campo de estudo.

Nesta conjuntura, Haddad (2002) afirma que os estudos deste tipo permitem um recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

Então, seguindo a linha apresentada pela Figura 6 na primeira fase, foi o momento em que se direciona e se faz a opção pelos bancos de dados e repositórios que o pesquisador possui mais familiaridade em desenvolver a pesquisa. Desta forma optou-se pelo Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES¹, que integra informações de pesquisas existentes nas instituições de ensino e

¹ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>.

pesquisa de todo o Brasil. Atualizada a busca, até o início da 2ª quinzena de setembro de 2020, havia 1.213.947 de documentos disponíveis para consulta.

Na segunda fase, foram definidos os descritores, termos de busca e operadores booleanos utilizados. A primeira tentativa de busca foi realizada com o termo “tecnopolíticas” e não foi encontrado nenhum trabalho que possua como temática este termo. O Segundo termo utilizado foi “mídias sociais” e “Educação Superior” e o operador booleano AND entre as duas palavras. Com este termo foi encontrado um total de seis trabalhos, sendo que, por meio dos critérios de inclusão e exclusão (Figura 7) permaneceram para o corpus de análise dois.

O terceiro termo de busca referiu-se a “Redes Sociais” e “Educação Superior” com o operador booleano AND entre as duas palavras, em que o catálogo obteve um total de 20 trabalhos; destes foram selecionados quatro pesquisas. E o último termo de busca utilizado foi "tecnologia", "Educação Superior" e "políticas" com o operador booleano AND. Tendo em vista que o termo “tecnologia” é abrangente e resulta em muitas ramificações de pesquisas, 62 trabalhos foram encontrados, no entanto, somente um tratava sobre questões relacionadas a temática.

Figura 7- Critérios de inclusão e exclusão das produções acadêmicas



Fonte: Elaborada pela Autora.

Tendo em vista os termos e critérios de busca delimitados para direcionamento do estudo e que sintetizam a temática apresentada, o primeiro refinamento foi o título, ou seja, as pesquisas que no título apresentassem

elementos não contemplativos ao objetivo da pesquisa foram colocadas em suspensão, até leitura dos resumos e aspectos introdutórios que apresentem o enredo das pesquisas. Finalizados os critérios de inclusão e exclusão realizou-se a leitura flutuante e, com isso, sete trabalhos foram elencados para o *corpus* deste capítulo.

O recorte de tempo escolhido para esta busca foi o ano de 2020, com vistas a visualizar o que tem se constituído emergente nas pesquisas atuais, bem como, tendo em vista os avanços tecnológicos e o uso destas ferramentas que foi evidenciado mais recentemente no contexto político e educacional.

Para o mapeamento das teses e dissertações com base nos critérios preliminarmente elencados na pesquisa, foi preciso, para a coleta do material, realizar uma organização e sistematização das pesquisas e utilizou-se, assim, um modelo de tabela (apresentado em Apêndice 1) contemplando os principais elementos da pesquisa, visando a pré-análise das teses e dissertações, sendo categorizado em título, autor(a), ano, dissertação ou tese, palavras-chave, objetivo, metodologia e resultados.

Nessa direção, foram selecionados quatro dissertações e três teses (Quadro 1) que versam sobre temáticas inter-relacionadas ao contexto das mídias e redes sociais. De maneira geral, os autores selecionados apresentam discussões e resultados acerca de temáticas emergentes e que suscitam desafios e [re]significam os processos da Educação Superior.

Tabela 1- Pesquisas presentes no estado do conhecimento

(continua)

TÍTULO	AUTOR/A	TIPO DE TRABALHO
COMUNICAÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: UM ESTUDO SOBRE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS COM CONCEITO INSTITUCIONAL CINCO	Carine Simas da Silva	Dissertação
THE USE OF SOCIAL MEDIA BY PROFESSORS IN TEACHING AND LEARNING PRACTICES OF UNDERGRADUATE BUSINESS ADMINISTRATION CLASSROOM	Barbara Kobuszewski Volles	Dissertação
REDES SOCIAIS: POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Mauro Rodrigues Ribeiro	Dissertação

(conclusão)

FACEBOOK: UMA POSSÍVEL FERRAMENTA DE GESTÃO PARA O PET?	Francisco Roberto Vasconcelos de Lima	Dissertação
FORMAÇÃO DE FORMADORES E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CIBERCULTURA: ITINERÂNCIAS DE GRUPOS DE PESQUISA NO FACEBOOK	Rosemary dos Santos de Oliveira	Tese
MÍDIAS HIPERTEXTUAIS, PRODUÇÃO ESCRITA E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Maria Aparecida Gomes Barbosa	Tese
CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: FINALIDADES, CONTINUIDADES E RUPTURAS (1995-2010) – ESTUDO COMPARADO BRASIL E PORTUGAL	Zuleide Simas da Silveira	Tese

Fonte: Elaborado pela Autora.

A dissertação intitulada “Comunicação nas plataformas digitais: um estudo sobre universidades brasileiras com conceito institucional cinco”, de autoria de Carine Simas da Silva, objetivou discutir a utilização das *homepages* dos *sites* das universidades como possibilidades/alternativas de comunicação com os públicos; relacionar as modalidades e as plataformas oferecidas para a interação; e evidenciar as especificidades da interação estabelecida entre universidades e públicos no *site* de rede social *Twitter*. A autora buscou abordar conceitos que envolvem a universidade e seus processos, bem como elementos referentes a comunicação tecnológica, realizando uma pesquisa hermenêutica de profundidade.

Silva (2017) afirma que para fortalecer os relacionamentos no espaço digital *online*, acreditamos que a instituição necessita estar atento às oportunidades oferecidas pelas tecnologias da informação e da comunicação, compreender a comunicação em seu aspecto multidimensional. Na atualidade, acredita-se que as plataformas digitais utilizadas pelas instituições, a exemplo de seus *sites* institucionais e espaços em *sites* de redes sociais *online*, assumem também esses papéis, configurando-se como importantes alternativas de visibilidade e legitimação.

A pesquisa foi desenvolvida com 12 universidades brasileiras com conceito institucional cinco, conforme relação disponibilizada no mês de setembro de 2016 no *site* do Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior, do Ministério da Educação. Convém apontar que a “comunicação com a sociedade” é

uma das dimensões consideradas para a obtenção do Conceito e a Ouvidoria, um dos elementos analisados nesta dimensão.

Com a análise das *homepages*, a autora conseguiu identificar que as universidades estão disponibilizando alternativas de comunicação digital via ouvidorias virtuais nos seus *sites*, no entanto, predomina a interação assíncrona (que não ocorre simultaneamente) e, dessa forma, é possível afirmar que não são utilizadas todas as potencialidades do ambiente digital *online* para a interação com os públicos. Igualmente, as instituições não demonstram considerar os *sites* de redes sociais como ouvidorias virtuais. No *site Twitter* predomina postura informativa – de divulgação por parte das organizações e de recepção por parte dos públicos.

A dissertação “*The use of social media by professors in teaching and learning practices of undergraduate business administration classroom*”, de Barbara Kobuszewski Volles, objetiva compreender o uso das mídias sociais pelos professores de Administração na Educação Superior. Segundo a autora, na última década, os professores da Educação Superior vêm enfrentando um novo desafio, o de tentar encontrar formas de incorporar diferentes tecnologias em sala de aula. As mídias sociais, constituem-se uma destas tecnologias e estão normalmente presentes na vida das pessoas, além de o número de usuários crescerem diariamente nesta perspectiva; principalmente a dos nativos digitais que, comumente, estão presentes nas universidades e usam as mídias sociais em suas vidas. Já os Professores destas universidades, os tais imigrantes digitais, necessitam de constante atualização e adaptação a estes novos mecanismos virtuais (VOLLES, 2016).

A autora também ressalta que um dos grandes desafios é saber como as tecnologias e as mídias sociais podem ser integradas metodologicamente como ferramentas para melhorar as práticas de ensino e aprendizagem na Educação Superior e não somente utilizadas para lazer. O estudo demonstrou que os professores apresentam orientação empreendedora, inovando, tomando riscos e proativamente implementando novas metodologias, como o uso de mídias sociais em sala de aula. Ainda, que os professores utilizam das seguintes mídias sociais nas práticas de ensino e aprendizagem: *blogs*, projetos colaborativos, comunidades de conteúdo, redes sociais, mundos de jogos virtuais e mundos sociais virtuais.

O estudo revelou que as plataformas de suporte ao ensino, das próprias universidades, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, Modular Object-

Oriented Dynamic Learning Environment - Moodle² ou D2L, e as comunidades de mensagem como o *Whatsapp*, *Skype* e o *Hangout* são também identificadas como mídias sociais pelos professores. As mídias sociais mais utilizadas são: as comunidades de conteúdo, como o *Youtube* e o *Power Point*; as plataformas de suporte ao ensino das próprias universidades, como o AVA, Moodle e D2L; e as redes sociais, como o *Facebook*.

As motivações dos professores para utilizarem das mídias sociais estão associadas a tirar dúvidas dos alunos fora da sala de aula, criar discussões em grupo, incentivar a autoexpressão, incentivar os alunos a participarem mais na sala de aula, estimular um ambiente experimental, compartilhar e receber informações, despertar a atenção, estimular o auto aprendizado e criar uma comunicação interativa.

Além disso, o estudo revelou que os professores usam *sites* de redes sociais como o *Facebook* para criar comunicação interativa com os alunos. Todas essas mídias sociais podem auxiliar na aquisição de conhecimento quando usadas em atividades colaborativas, em que os alunos aprendem a fazer seus próprios projetos e o professor tem o papel de *coaching* da atividade orientando-os para o melhor aprendizado cognitivo, utilizando-se de plataformas de mídia sociais.

A dissertação de Mauro Rodrigues Ribeiro, intitulada "Redes Sociais: possibilidade de práticas educativas na Educação Superior", teve por objetivo compreender como as redes sociais podem auxiliar grupos de estudantes, mediados pelo professor na construção do conhecimento, por meio da educação on-line, e como esses alunos são conduzidos via aprendizagem colaborativa, utilizando de ferramentas comunicativas síncronas e assíncronas que possibilitam a interação e permitem estabelecer trocas, discutir e opinar sobre os assuntos propostos, construindo conhecimento.

Segundo Ribeiro (2013), nas décadas de 1970 e 1980, além de ser utilizada para fins militares, a *internet* também foi um importante meio de comunicação acadêmico. Estudantes e professores universitários, principalmente dos Estados Unidos da América - EUA, trocavam ideias, mensagens e descobertas pelas linhas da rede mundial. Foi somente no ano de 1990 que a *internet* começou a alcançar a população em geral. Neste ano, o engenheiro inglês Tim Bernes-Lee desenvolveu a

² MOODLE é o acrônimo de "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment", um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual.

World Wide Web, a *WWW*. Este sistema possibilitou a utilização de uma interface gráfica e a criação de *sites* mais dinâmicos e visualmente interessantes; a partir daí, a *internet* cresceu em ritmo acelerado. A década de 1990 tornou-se a era de expansão da *internet* e para facilitar a navegação na *web*, surgiram vários navegadores (*browsers*) como, por exemplo, o *Internet Explorer* da *Microsoft* e o *Netscape Navigator*.

Tais tecnologias, entre outras, disponibilizam a seus usuários uma vasta quantidade de possibilidades para comunicação. Este fenômeno tem impactado diretamente a educação e, conseqüentemente, as Instituições de Ensino Superior, estimulando a pesquisa acadêmica. Os resultados apontam e orientam para a possibilidade do uso da ferramenta, rede social, com finalidade educativa, de forma mais efetiva no favorecimento da construção do conhecimento.

A dissertação "Facebook: uma possível ferramenta de gestão para o PET?", de Francisco Roberto Vasconcelos de Lima, objetivou investigar como a administração pública, em especial o Ministério da Educação (MEC), com base em suas políticas públicas e seus programas educacionais, se posiciona frente ao fenômeno das redes sociais virtuais, em especial os *websites* de relacionamentos com seus dados armazenados na *internet* (*Web 2.0*), mais especificamente, o *Facebook*.

Quanto ao uso do *Facebook*, os resultados da pesquisa revelam que, apesar dele não ser usado de forma regular por todos os gestores locais, já que nem todos têm uma página oficial do grupo neste espaço virtual, há fortes indícios de que os alunos-bolsistas participantes do PET se interconectam, interagindo no *Facebook* por meio de suas redes sociais pessoais. Isso proporciona maior rapidez na intercomunicação dos petianos, favorecendo a gestão do grupo. No que tange a interação virtual dos petianos com o público-alvo de seus projetos de extensão, o estudo revelou que ela ainda é escassa devido, sobretudo, às péssimas conexões à *internet*. A ausência da conexão banda larga inviabiliza o uso das redes sociais nos locais onde desenvolvem seus projetos; em sua maioria, escolas que atendem às classes populares do campo e das periferias das grandes cidades. Surpreendentemente, Lima (2013) observou que o MEC não encoraja o uso do *Facebook* na gestão de suas políticas educacionais, pois seus técnicos não são autorizados a acessá-lo no ambiente de trabalho sem a devida permissão especial.

A tese de Rosemary dos Santos de Oliveira, intitulada “Formação de formadores e educação superior na cibercultura: itinerâncias de grupos de pesquisa no Facebook”, teve como objetivo compreender a formação do formador no contexto da *cibercultura* e como este vem estruturando sua atuação na docência universitária.

O olhar de Oliveira (2015) apresenta o conceito de espaços multirreferenciais de aprendizagem pela necessidade de atualizar a relação híbrida entre ambientes virtuais de aprendizagem, redes sociais e universidade e afirma que ao lado desses novos espaços, nos quais atividades como criação, socialização, difusão de conhecimentos e aprendizagem são incorporadas de maneira cada vez mais sistematizada, existem outros relacionais que, embora não estabelecidos numa relação intencional de aprendizagem e ensino, são marcantes para a formação, a exemplo das redes sociais da *internet*. A tese da autora revela que a formação do formador na cibercultura forja outros espaços/tempos de pesquisa acadêmica e de criação de dispositivos *online*. Revela, também, que os usos do digital em rede pelos praticantes da pesquisa fizeram emergir processos de orientação coletiva, de experiências formadoras e de articulação da interface cidade–universidade, estabelecendo outros sentidos para a prática pedagógica e para a pesquisa acadêmica.

A tese “Mídias hipertextuais, produção escrita e letramento na educação superior”, de Maria Aparecida Gomes Barbosa, tem como temática a produção escrita atual nas mídias hipertextuais, partindo do pressuposto de que a academia precisa dialogar com os múltiplos comportamentos linguísticos dos jovens multifocados alunos, os quais utilizam a escrita em um novo espaço/tempo/suporte tecnológico: físico ou virtual, móvel ou estático.

Barbosa (2017) teve como objetivo identificar na escrita dos universitários características que se coadunam com o modo de pensamento narrativo, com o intuito de subsidiar e contribuir para que a academia possa perceber as vantagens dessa nova forma de comunicação, dentro das limitações, no contexto acadêmico e ajudar a melhorá-la diante da irrefutável realidade das novas mídias. E sua tese, a autora afirma que há uma lacuna entre o que os mais jovens conseguem realizar sem problema e algumas ações que parecem complicadíssimas para os mais velhos. O problema é que, neste momento, a distância entre as gerações parece ainda maior, seja porque a aceleração tecnológica transforma os contextos a uma velocidade vertiginosa, seja por outros fatores.

A autora sinaliza que o desenvolvimento do estudante universitário ocorre com muitas lacunas. Mesmo sendo sujeitos da cultura escrita, alfabetizaram-se, aprenderam a ler em níveis anteriores ao nível universitário, sendo esse tipo de sujeito um sujeito ideal, mas não real. A cultura da escrita é instrumento e ao mesmo tempo produto dessa sociedade que tem o sujeito cartesiano como mito e como dogma inicial a escola que prossegue na universidade. Citando Senna (2009), Barbosa (2017) conclui que assim foi como o brasileiro tornou-se um leitor da escrita, mas não formou uma sociedade leitora de textos escritos, o que significa dizer que dominou a tecnologia da escrita, mas não a transferiu para suas práticas sociais, nas quais a oralidade ainda prevalece como uma forma de resistência à interferência da cultura europeia na “alma” do povo.

Na tese “Concepções De Educação Tecnológica Na Reforma Da Educação Superior: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal”, de Zuleide Simas da Silveira, é possível compreender sobre os processos de desenvolvimento tecnológico e lógica capitalista, em que a autora apresenta conceitos que sistematizam esse pensamento.

Teve como objetivo analisar a reforma da Educação Superior no Brasil desde os anos de 1990, com foco no desenvolvimento das políticas de ciência e tecnologia, nos períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC a Lula da Silva (1995-2010), comparada com a reforma do Ensino Superior, em Portugal, que teve por mediação o Processo de Bolonha, trazendo em seu cerne os processos de desenvolvimento tecnológico e seus impactos na educação.

Para Silveira (2011) as modificações ocorridas na Educação Superior, bem como a concepção de educação tecnológica, orientam não apenas a formulação de políticas públicas para o nível superior, mas, também, o projeto burguês de modernização e de reforma universitária. Constata a autora que a política educativa tem sido subsumida à política de ciência, tecnologia e inovação. “A educação, em geral, e a educação superior, em particular vai ganhando um caráter internacionalizado de modo a acompanhar a internacionalização da tecnologia”. (SILVEIRA, 2011, p. 144).

Considerando as dissertações e teses encontradas e selecionadas, verificou-se que o estado do conhecimento se constituiu valoroso para esta pesquisa, justamente por incorporar contribuições por meio do acesso, identificação e análise

do conhecimento já produzido e o que vem sendo produzido no Brasil acerca da temática estudada.

Os estudos mapeados relacionam-se a Contextos Emergentes na Educação Superior, sendo eles: a) plataformas digitais, que contribuíram para mudar a forma de comunicação entre instituição e aluno/a; b) a *cibercultura* que tem redefinido e traçado um novo perfil para estudantes do Ensino Superior, assim como a necessidade de um novo docente e de novos formatos de gestão; b) redes sociais, que interferem diariamente no cotidiano das pessoas e das instituições, com notificações e passagens de tempo navegando, entre outros aspectos; c) mídias hipertextuais que têm modificado as produções de escrita, seja ela acadêmica ou informal.

Passou-se, a reconhecer que não há, ainda, estudos sobre a temática discutida nesta produção, uma vez que os trabalhos se aproximam ao tema de pesquisa, no entanto, não discutem acerca das mídias sociais na perspectiva das tecnopolíticas e dos contextos emergentes na Educação Superior. Trata-se, portanto, de conceitos ainda pouco discutidos no âmbito da Educação Superior, os quais se configuram como discussões atuais e que produzem impactos no cotidiano socioeducacional.

A partir deste estudo, foi possível repensar aspectos *epistemológicos*³ e rever e estudar autores que abordam as temáticas. Tornou-se possível, também, identificar alguns autores e pesquisadores que são comuns nos debates entre as dissertações e teses analisadas, ou seja, as temáticas convergem com os autores utilizados pelos pesquisadores. Além disso, este estudo contribuiu com a organização da produção desta pesquisa, justamente na perspectiva do aprofundamento teórico a partir da seleção de novas obras pesquisadas. Algumas temáticas e/ou conceitos diferentes emergiram, como por exemplo, as discussões

³ O enfoque epistemológico é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa a partir de uma determinada perspectiva epistemológica e de um posicionamento epistemológico. Refere-se ao nível de coerência entre os diferentes aspectos da pesquisa (objetivos, referencial teórico, metodologia, análises, conclusões). Nenhuma metodologia é neutra. Por essa razão, ao explicitar suas bases epistemológicas, o pesquisador pode exercer a vigilância epistemológica em sua pesquisa, cuja construção parte da perspectiva e do posicionamento epistemológicos assumidos. O sentido de reunir as palavras epistemologia e metodologia deseja representar que a metodologia da pesquisa decorre das orientações epistemológicas do pesquisador. O enfoque epistemológico pode ser compreendido como o fio condutor que articula todos os elementos da pesquisa, ampliando sua coerência, consistência e rigorosidade (MAINARDES, 2018)

sobre *cibercultura*, comunicação digital, entre outros termos que foram incorporados pela visão dos autores mapeados e suas bibliografias.

3 TIMELINE METODOLÓGICA

Figura 8- Charge Armandinho – Passe o Alicate por favor...



Fonte: Pesquisa Google. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/3dcoddx73WBpYvxQ7>>. Acesso em: 07 fev 2020.

Este capítulo tem por finalidade delinear os aspectos teórico-metodológicos que subsidiam esta pesquisa, conduzindo às possibilidades de construção e análises de dados, na perspectiva de responder à problemática e atender aos objetivos propostos. Sendo assim, o desvelamento se refere, em suma, à produtividade discursiva das manifestações relacionadas à Educação Superior no Brasil, com o olhar nas mídias sociais, tecnopolíticas e contextos emergentes subjacentes.

A *timeline* ou linha do tempo, em uma rede social, se refere a apresentação de uma sequência de eventos e que segue uma ordem cronológica. As linhas do tempo descrevem uma determinada sucessão de fatos e acontecimentos e, nas redes sociais, exibem o fluxo de informações compartilhadas por usuários. Assim sendo, neste capítulo, apresenta-se a sequência de ações pensadas e fundamentadas para a coleta, produção e análise dos dados da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE PESQUISA

O processo de escrita desta dissertação partiu da problemática anunciada na introdução: Quais discursos e contextos emergentes estão relacionados à Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais e tecnopolíticas? A partir do exposto, considera-se importante apresentar os processos e caminhos delineados e concretizados com vistas à problemática e objetivos propostos.

A pesquisa ancorou-se na abordagem qualitativa, em busca de interagir e refletir acerca de situações que interpelam e reagem ao cotidiano social e

educacional. Creswell (2010) apresenta a abordagem qualitativa como um meio para explorar e entender os significados que grupos e sujeitos atribuem a um problema, seja ele social, humano ou institucional. Creswell (2010), também, indica os principais procedimentos qualitativos da pesquisa, que focam em amostragem intencional, coleta de dados abertos, análise de textos ou de imagens e interpretação pessoal dos achados. Assim, priorizou-se significar a escrita por meio dos movimentos e posições que se ocupa ou se exerce em determinado contexto de tempo-espço e, por isso, os desdobramentos que movimentam a escrita desta dissertação carregam a roupagem, ou seja, a interpretação e subjetividade da pesquisadora que a escreve e, também, dos atravessamentos e pessoas que constroem a pesquisa em conjunto com a pesquisadora.

Constituiu-se, portanto, numa pesquisa de natureza qualitativa (CRESWELL, 2010) de cunho exploratório-interpretativo, uma vez que, priorizou estabelecer critérios, métodos e técnicas para a pesquisa, bem como, oferecer informações sobre o objeto e orientar a formulação de hipóteses (BERVIAN; CERVO; SILVA, 2006). Além disso, esse tipo de pesquisa possibilita, com olhar interpretativo, potencializa emergir novos conceitos e teorias originados por impulsos criativos, a partir da exploração do material utilizado para estudo. Neste estudo, a pesquisa qualitativa possui um caráter interpretativo diante do contexto atribuído, uma vez que os pesquisadores estudam as coisas em seus contextos, procurando compreender e/ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhe atribuem (FLICK, 2004). Na busca de interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade.

Foram utilizados os preceitos e direcionamentos da Análise do Discurso Político (ADP) de Charaudeau (2008), com base na ADP para interpretar os atos de linguagem o autor utiliza dois conceitos, sendo o contrato de comunicação e estratégias discursivas, utilizadas no campo político, divididas em três grupos: o *ethos*, *pathos* e *logos*, tendo em vista que, para o autor, o discurso é o objeto de estudo.

Com base nos preceitos da Análise do Discurso Político, o *corpus* da pesquisa pautou-se na busca dos/nos documentos relacionados às políticas de Educação Superior e ações públicas nas esferas macro e micro do país e que, a *posteriori* ou antes mesmo de serem pensadas e implementadas, são produtos de sentidos e discursos prévios ou não que acompanham e conduzem os seus “formatos finais”.

Também, utilizou-se de postagens de revistas e jornais eletrônicos nacionais e internacionais e publicações nas redes sociais *facebook, twitter e instagram*.

O objetivo em utilizar alguns documentos legais foi de apresentar os dispositivos de ações governamentais que produzem efeitos sobre determinados grupos sociais politicamente. O intuito foi de reconhecer o que os documentos/materiais dizem, com que intenções foram produzidos, suas formas de captura e de convencimento e, principalmente, o destaque para como as políticas se utilizam do *marketing* para capturar. As ações e decisões políticas são planejadas e intencionalmente articuladas no intuito de produzir efeitos que conduzem a atuação social; no caso desta pesquisa, influenciando direta ou indiretamente sobre o contexto universitário, sendo comunidade, alunos/as, professores/as e demais segmentos. Esses movimentos, em parte, ou quase sempre, conduzidos no jogo midiático e de *marketing*.

Utilizou-se das estratégias metodológicas de uma pesquisa *online* que, para Freitas et al. (2004), oferece uma série de vantagens como a do pesquisador ter a possibilidade de utilizar recursos que, em um processo normal de pesquisa, não seriam possíveis. Nessa direção, foi realizada pesquisa em materiais selecionados na *internet* com base em *websites*, redes sociais, revistas e jornais eletrônicos, entre outros, bem como redes televisivas comerciais abertas por meio de pronunciamentos, comerciais e manifestações que determinam sentidos e efeitos sobre e das universidades no Brasil. Buscou-se, nesses movimentos de pesquisa, investigar e articular os documentos legais relacionados às políticas de Educação Superior (disponíveis *online*) com informações e notícias do sistema midiático que tem regulado e conduzido aqueles/as que navegam, assistem, escutam os meios de comunicação e informação tecnológico-digital.

De acordo com Marcuschi (2004), uma das características da linguagem da *internet* é a centralidade na escrita e a tecnologia digital depende totalmente dessa forma de expressão. Indivíduos que experienciam essas novas situações de letramento cultural estão inseridos no que ele chama de cultura eletrônica. Assim, a linguagem da *internet* possibilita uma nova leitura por meio dos textos não lineares e, também, da coexistência de múltiplas semioses (como imagens, textos escritos, sons, movimentos, entre outros), além de maior interação entre oralidade e escrita, da qual emergem novas formas de discurso.

Os principais documentos legais utilizados nesta pesquisa foram:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.384/96);
- Constituição Federal de 1988;
- Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre o ensino secundário;
- Lei nº 5.540/1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências;
- Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- Plano

Os *websites*, redes sociais, revistas e jornais eletrônicos, entre outros, bem como redes televisivas comerciais abertas também foram consultados e contribuíram com esta pesquisa foram. Entre eles cita-se: *Facebook*; Jornal O Globo, Datafolha, *BBC News*, GaúchaZH, G1 Portal de Notícias, O GLOBO entre outras.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA

A linguagem para o ser humano é a ferramenta que possibilita estabelecer laços, compartilhar uma vida em sociedade, estabelecer grupos sociais e, também, os quais se regulam as relações de força. Há como saber que efeitos a circulação de uma fala, ou de um representante pode, em um espaço público produzir? Ou até mesmo em uma conversa entre duas pessoas?

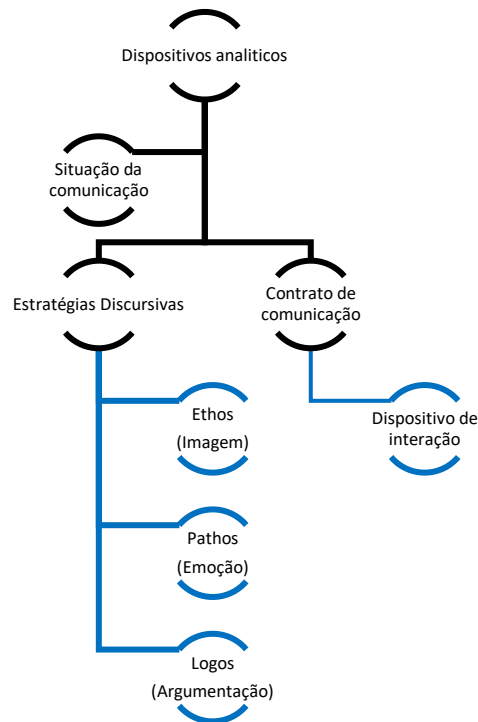
O coletivo consiste em um grupo heterogêneo e representa várias interpretações, ou seja, não podemos saber que efeitos serão produzidos pela utilização linguagem em suas múltiplas possibilidades. A “fala” das mídias provoca reações distintas, sendo que toda a expressão é portadora de muitas significações, isto se amplia em um campo, a ser analisado com mais atenção: o das mídias e redes tecnológicas digitais sociais. Assim, com base nos estudos do linguista francês Patrick Charaudeau e em seus escritos sobre *Análise do Discurso* (2008) referente as interações entre indivíduos, seu contexto social, práticas midiáticas e políticas, buscou-se analisar a produtividade discursiva das manifestações relacionadas a Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais, das tecnopolíticas e contextos emergentes subjacentes.

Como dispositivo analítico já anunciado, este estudo ancora-se na Análise do Discurso Político de Charaudeau (2008), em que se entende a linguagem como produtora de sentidos por meio de seus estudos do contrato de comunicação e estratégias discursivas: *ethos*, trazendo governo da palavra, através do contexto sócio-histórico, nas instâncias políticas das mídias digitais, do *pathos* com as trocas languageiras e a estratégia emocional e o *logos* com a racionalidade, conhecimento e lógica.

Nas redes sociais os sujeitos também são produtores de informação e compartilham de uma teia discursiva, reafirmando o que está sendo divulgado, até mesmo, tensionando e/ou refutando, entre outras posturas. Assim, o texto é o resultado de um ato de linguagem, só que, no entanto, em uma sociedade conectada, os meios de circulação da palavra, linguagem e do discurso se diferenciam. Já não é somente possível explorar o corpo, que é um discurso (em determinadas ocasiões), também, o emissor e o receptor se tornam anônimos, não se sabe o alcance nem com quem se está a comunicar (em determinadas situações).

Aristóteles, filósofo grego apresenta três razões que inspiram confiança no ouvinte: (i) a prudência (*phrónesis*) é revelada se os argumentos apresentados pelo orador são sábios e razoáveis, o que remete ao *logos*; (ii) a virtude (*areté*) se mostra quando o orador argumenta honesta e sinceramente, o que está ligado ao *ethos*; (iii) a benevolência (*eúnoia*) é observada se o orador se mostra solidário e amável com seus ouvintes, o que se associa ao *pathos* (EGGS, 2005), conforme Figura 9.

Figura 9 -Processos de Análise do Discurso Político



Fonte: Produzida pela Autora, com base em Charaudeau (2008).

Charaudeau (2006) salienta que o *ethos* se constitui como um dos processos languageiros diante dos quais o enunciador é colocado quando ele toma a palavra para influenciar o seu destinatário. O *ethos* possui uma dupla dimensão: uma dimensão discursiva, denominada *ethos* discursivo ou *ethos* construído, e uma dimensão pré-discursiva, denominada *ethos* pré-construído, ou seja, além da imagem encenada através do discurso, o processo de identificação vale-se ainda da imagem prévia do sujeito-comunicante que circula no grupo social ao qual ele pertence.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2006).

Sodré (2006) menciona que Aristóteles observou as paixões como sentimentos que alteram os homens, a ponto de afetar seus juízos, e vêm acompanhados de dor e prazer, ira, compaixão, medo e seus opostos. No *Pathos*, o objetivo persuasivo, consiste em fazer o outro crer em alguma coisa, com argumentos não contraditórios. E o objetivo sedutor, que pretende o controle do outro, agradando-o, fazendo-o sentir prazer, emoções, usando discursos não

racionais, dos jogos de palavras, através de estratégias e causando emoções, a estratégia de captação, segundo Charaudeau (1995), consiste em provocar nele certo estado emocional que seja favorável a uma visada de influência do sujeito falante.

Já no *Logos*, de acordo com Charaudeau (2008), o processo de racionalização diz respeito à ordenação do dizer de forma a influenciar o destinatário. O narrador insere em perspectiva de influência enunciativa, a forma com que a narrativa é construída em um processo de racionalização narrativo/descritivo. A narrativa se apresenta como uma estratégia, já que ela narra o fato de forma a construir o *ethos* do sujeito enunciador.

Assim sendo, a análise de discurso nesta pesquisa encontra subsídios para compreender as interações discursivas entre atores e esferas políticas e sociais, com o propósito de compreender alguns aspectos discursivos produzidos na complexidade das discussões no campo social, político e, sobretudo, educacional.

Tendo em vista que para seleção do material utilizado nas análises, precisava apresentar um ponto de vista e perspectiva diferente da qual estava imersa. Foi necessário tentar afastar a bolha informacional que estava presente em minhas redes sociais, portanto, criou-se uma conta neutra que possibilitasse uma visão mais ampla sobre os debates.

Como, por exemplo, conforme Figura 10, os movimentos iniciados nas redes sociais durante a campanha de eleição a presidência do Brasil em 2018, com as *hashtags* #Elenão e #Elesim, resultaram em protestos, movimentos e debates, utilizando de informações linguísticas e visuais, com recursos de cores e desenhos que passaram informações ao público de reconhecimento. Na imagem #Elenão é possível visualizar a incorporação das cores símbolo da comunidade LGBTQIAP+.

Também, neste cenário, emerge a #Elesim, desenvolvida e realizada por apoiadores de Bolsonaro. A *hashtag* #Elesim foi usada para manifestar apoio e/ou resposta as menções da *hashtag* #Elenão. É possível visualizar na *hashtags* #Elesim que é utilizado um jogo de cores que busca representar a ideia balizadora proposta por Bolsonaro com a frase “meu partido é o Brasil” e, portanto, a *hashtag* recebe as cores da bandeira do Brasil como símbolo de patriotismo e amor ao país.

Figura 10- Movimentos iniciados na campanha à Presidência do Brasil de 2018



Fonte: Google Imagens. Pesquisa #Elenão e #Elesim.

Os protestos conhecidos como Movimento Ele Não ou #EleNão, foram manifestações populares lideradas por mulheres que ocorreram em diversas regiões do Brasil e do mundo. Assim como, após o resultado do pleito que elegeu Jair Bolsonaro (PSL) o presidente do país, um desenho que retrata uma rosa e mãos dadas, com a frase “Ninguém Solta a Mão de Ninguém” (Figura 11), tomou conta das redes sociais.

Figura 11- Movimento iniciado após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018



Fonte: Google Imagens. Pesquisa Ninguém solta a mão de ninguém.

A frase “ninguém solta a mão de ninguém”, passa mensagem de resiliência, luta, conforto e segurança, tendo em vista, que algumas pessoas se sentiram ameaçadas no contexto de eleição por frases, publicações ou falas emitidas pelos

veículos de informação. O uso da imagem das mãos se dando apoio e sem soltar, passa a ideia de que ninguém será deixado para trás ou esquecido em situação de desconforto.

A partir dos exemplos aqui dimensionados, o discurso se constitui objeto de estudo, pois ele não é outra coisa, se não o “texto situado em seu contexto”, ou seja, em suas condições de produção e reprodução. E a linguagem é o mecanismo ou instrumento que permite às pessoas não só pensar e agir, mas, também, interagir com o semelhante. A linguagem constitui-se, nessa lógica, uma manifestação de poder humano [re]construída ao longo da história. Assim, o ato da linguagem ocorre conforme certas condições de enunciação e conforme os conhecimentos que os agentes sociais, locutores e interlocutores possuem para codificar ou decodificar signos linguísticos, para compreender a situação do ato da linguagem, organizar a encenação do ato e, sobretudo, com a intencionalidade de construir sentidos por meio de recursos semióticos, gramaticais e léxicos disponíveis.

4 FEED DE NOTÍCIAS E O GERENCIAMENTO DE DADOS ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E SUAS EMERGÊNCIAS

Figura 12- Charge Armandinho – “opinião pronta”



Fonte: Pesquisa Google. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/qbaduBMd4W8DHGyN6>>. Acesso em: 02 fev 2020.

No que você está pensando? Questiona o *feed* de notícias, conteúdos com imagens, mensagens de texto, vídeos, anúncios, eventos e muito mais são compartilhados em tempo real no *Facebook* que, atualmente, é a maior rede social do mundo e que, aos poucos, tem comprado as demais redes ou comunidades de comunicação e interação entre usuários, a exemplo do *Instagram*.

Este capítulo tem por objetivo reconhecer no contexto sócio-histórico da globalização, século XXI, os processos de [re]formulação de políticas para a Educação Superior no Brasil e principais contextos emergentes, buscando apresentar e debater os principais marcos teóricos e legais da Educação Superior brasileira até os dias atuais, bem como, com a revisão de textos, artigos, livros entre outros materiais que potencializaram compreender melhor o fenômeno estudado.

A fundamentação teórica possui papel importante nesta pesquisa, tendo em vista que serve como orientação para a análise e interpretação dos dados construídos, uma vez que estes são interpretados à luz do referencial teórico e na tentativa de situá-lo no contexto do campo científico.

Os subcapítulos, a seguir, discutirão sobre a Educação Superior no Brasil, suas emergências e políticas que se intensificam na atualidade devido aos

interesses econômicos que conduzem e desafiam os financiamentos e as demandas sociais em torno da perspectiva neoliberal⁴. As discussões estão relacionadas a educação, em sua totalidade, num país marcado e constituído historicamente por grandes lutas sociais, sendo apresentado um breve contexto das universidades e entrecruzamento com dois vieses: o da globalização e o da produção de políticas públicas educacionais.

4.1 A HISTORICIDADE DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SÉCULO XXI E CONTEXTOS EMERGENTES

Figura 13- Charge Armandinho os professores são perigosos?



Fonte: Google imagens – Pesquisa: Charge Armandinho. Disponível em: <<https://www.historiajaragua.com.br/2016/06/chargeseducacao.html>>. Acesso em: 07 fev 2020.

Para compreender os processos e políticas recorrentes no século XXI é preciso, mesmo que brevemente, retomar alguns aspectos históricos e exemplificar acontecimentos que descortinam o cenário da atualidade. O contexto universitário brasileiro e seu processo de constituição para os autores Sousa Santos e Almeida Filho (2008) são determinados por uma realização tardia, fragmentada e, também, pouco discutida na sociedade. Apresenta-se, em sua conjuntura, a partir de uma mescla de modelos de Ensino Europeu e dos Estados Unidos provocando a incorporação de Instituições de Ensino Superior.

Bortolanza (2017) contextualiza que as universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e, também, de brasileiros que as julgavam

⁴ A partir da década de 1960, com a crise de bem estar social (welfare State) foi apresentado um modelo como única saída para a crise enfrentada pelo sistema capitalista de produção. O neoliberalismo é um projeto político, econômico e social de caráter hegemônico e que se fundamenta na subordinação da sociedade ao mercado livre e à não intervenção do poder público, sendo ele responsável pela preservação da ordem social (NETO; MACIEL, 2004). No ideário Neoliberal a educação é vista como o mecanismo produtor de mão de obra qualificada.

desnecessárias na Colônia. O Ensino Superior no Brasil nasceu no modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil.

Especialmente, a partir da década de 1930, com o desenvolvimento da sociedade brasileira de acordo com o modelo urbano-industrial, no governo provisório de Getúlio Vargas, ocorreram modificações significativas da educação em suas relações com o Estado. A exemplo do exposto, acontece em 1931 com a Reforma Francisco Campos, balizada pelo Decreto nº 19.890, em que universidade se estabelece como Instituição de Ensino Superior modelo e passa a ter uma regulamentação; reconhecendo-a para além do ensino, ela também se desenvolve para a pesquisa.

Muito embora ainda não houvesse a intenção de prover uma educação para todos, algumas medidas foram pensadas como a criação dos estatutos das universidades brasileiras, como a proposta de Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, a junção de faculdades que pensava a organização da universidade em cátedras.

O contexto econômico e político brasileiro estava voltado à implantação do sistema capitalista industrial, no qual era necessária a alfabetização do povo que cada vez mais migrava do campo para a cidade e necessitava de escolaridade para conseguir emprego nas atividades manufatureiras e industriais. Ainda, neste mesmo contexto, houve também um crescimento de oferta nas ocupações terciárias (administração, transporte e serviços em geral) e a leitura tornava-se necessária, útil e benéfica (OLIVEIRA, 2007).

Assim, houve um crescimento da demanda social por educação e a expansão universitária, desta forma, ocorreu de maneira aligeirada, sem atender às necessidades locais e regionais, com pouca atenção a qualidade do ensino e a demanda de vagas. Nessa lógica, a educação continuou controlada pela elite e para a elite, sem se tornar universal e gratuita.

Cunha (1980) menciona que, após 1945, as legislações universitárias são refletoras da democratização política e econômica vigente na nação brasileira. Até a década de 1950, a ascensão ocorria por meio da “reprodução do pequeno capital” e/ou abertura de um negócio. Após esta data, abriam-se canais no “topo das

burocracias públicas e privadas”, em que para constituir posse de algum cargo, era necessário constituir um diploma escolar. Assim, os cursos superiores passam a ser buscados como estratégia de ascensão social.

Ou seja, os documentos legais encontram-se a intencionalidade de demandar as universidades públicas para a formação para o mercado de trabalho e o desenvolvimento social e econômico do país, porém, o que ocorreu, de fato, foi que as vagas ofertadas no cenário das universidades foram direcionadas para uma pequena parcela da população, relacionada à classe média alta e à elite brasileira.

No período de 1940 a 1960 houve um processo de expansão do Ensino Superior, chamado movimento de federalização. Muitas instituições particulares, estaduais se tornaram federais com o movimento e, conseqüentemente, houve o aumento da oferta no Ensino Superior e de instituições e o aumento dos movimentos estudantis.

Dalla Corte (2011) afirma que, em decorrência de tempos de discussões, em 1961 é aprovada a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação sob a Lei nº 4.024/61. Neste processo, ficou entendida a educação como obrigação do poder público e livre à iniciativa privada, abrindo preceitos de concepções mercadológicas. A autora citando Saviani (1997) que aponta como uma maneira de conciliar as duas políticas educacionais antagônicas no Brasil: uma que promulgava a educação gratuita e a outra que defendia o ensino privado.

Posteriormente, o Brasil passa por um processo político de ditadura. A política universitária implantada neste contexto, em suas linhas mestras, se definiu plenamente no início dos anos 1970, resultando de disputas e choques entre grupos e opiniões divergentes, da pressão do movimento estudantil e da apropriação de ideias gestadas no pré-1964, inclusive do próprio conceito de reforma universitária (MOTTA, 2014).

Oliveira (2019) afirma que o modelo econômico adotado pela ditadura se baseou no crescimento econômico com aumento da desigualdade e contenção das demandas sociais por direitos sociais. A época da Reforma Universitária de 1968 realizada pela ditadura, utilizou do setor privado para a expansão da Educação Superior (MINTO, 2011).

Nas Figuras 14 e 15 alguns cenários do contexto de regime militar, em que se verificam atos representativos, como a censura que vigorou fortemente por meio do controle da imprensa e da circulação de informações que iam de oposição com os

ideais da época. Alguns educadores como Paulo Freire e Anísio Teixeira foram violentados e perseguidos pela onda de repressão. Os protestos (Figura 15) também se configuraram como atos marcantes, principalmente no que tange a educação. De exemplo, a passeata dos Cem Mil foi uma manifestação popular contra a ditadura militar brasileira que foi organizada pelo movimento estudantil em 1968, no Rio de Janeiro.

Figura 14- Educação durante o regime militar



Fonte: Disponível em: <<https://dopopulismoaogolpe.wordpress.com/2014/07/01/a-educacao-durante-o-regime-militar-1964-1985/>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

Figura 15- Protestos durante o período de regime militar



Fonte: Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

O golpe de 1964 deu lugar a uma política educacional extremamente centralizadora e autoritária, a serviço do modelo ideológico e econômico adotado no país. A efetivação da “teoria do capital humano”, na política educacional vigente, se deu com base no tecnicismo e sua preocupação central girou em torno da eficiência instrumental, em que a educação passou a ter papel fundamental. Essa teoria

ancorava-se na elevação do trabalhador a um nível pretensamente similar ao do capitalista no âmbito da produção, já que ao se educar, o indivíduo torna-se apto a gerar uma renda maior, possibilitando um retorno maior ao fator de produção – trabalho (SAVIANI, 2004).

A finalidade da educação nessa década, sob os pressupostos da legislação, foi de “[...] modernizar o homem da periferia urbana, alfabetizando-o e ao mesmo tempo adaptando-o à sociedade industrial urbana, e inviabiliza nesse momento a formação de sua consciência social” (ROSSATO, 1989, p. 61). Segundo Oliveira (2007) o AI-5/1968 e o Decreto-Lei nº 477/1969 provocaram no Brasil uma forte repressão (Figura 16) o que ameaçou a continuidade do exercício da docência nas universidades e promoviam a expulsão dos alunos considerados “subversivos” o que gerou lutas no seio da universidade e da sociedade civil, respondidas com retaliações do governo autoritário.

Figura 16- Charge Invasão Militar Ponte



Fonte: Junião. Disponível em: <http://www.juniao.com.br/chargecartum/charge_invasa%cc%83o_militar_ponte_juniao_72/>. Acesso em: 08 out. 2020.

A bandeira da reforma universitária, depois do Golpe Militar de 1964, serviu de apoio à modernização da Educação Superior, instituída pela Lei nº 5.540, de 11 de novembro de 1968. Incluía algumas demandas e propostas de modificações reivindicadas na época e, entre elas, destacam-se: a) indissociabilidade entre ensino e pesquisa e a adoção da universidade como forma de organização do Ensino Superior do país, restando à instituição isolada o caráter de excepcionalidade; b) abolição da cátedra e a adoção do sistema departamental; c) criação dos institutos básicos; entre outros (SAVIANI, 2004).

Assim, justifica-se a breve retomada temporal com intuito de exemplificar, também, acontecimentos da atualidade e do futuro, em que as ideias e interesses se aproximam e até se confundem, podendo concluir, assim, que é existente uma grande semelhança entre acontecimentos do século XX, pré-século XXI e da atualidade que se configuram como políticas de centralização do poder.

Outro ponto forte anunciado neste capítulo refere-se à iniciativa privada, que tem crescimento acelerado da Educação Superior no contexto da ditadura, a partir de 1968, quando identificado os problemas com o acesso as universidades, assim, o governo vislumbrou uma maneira de, sem fazer grandes investimentos, ampliar o número de vagas do Ensino Superior. A reforma universitária de 1968 buscou ajustar a situação educacional à nova orientação política e econômica; ampliação da privatização.

A crise econômica amplia os movimentos para a abertura democrática no Brasil, que acaba ocorrendo e culminando com a Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal de 1988, inspirada nos moldes do chamado Estado de Bem Estar Social (ESPING-ANDERSEN, 1991), estabeleceu direitos em prol da inclusão social e redução das desigualdades.

Vieira e Farias (2007) afirmam que, no Brasil, em meados de 1980, com o governo Sarney, foi o fim da ditadura militar e o ano de 1990 marca a história da Nova República com eleições diretas para Presidente. Um segundo turno disputado por Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, derrotado nessas eleições. Collor de Mello já, em seguida a sua posse, implementa um pacote de medidas econômicas que visava acabar com a inflação do período que se configurou por um confisco econômico, inclusive da poupança. É nesse governo que, com adoção de políticas neoliberais, o Brasil é inserido na lógica da globalização do capitalismo.

Collor sofre *impeachment* e é destituído do poder e seu vice Itamar Franco assume dando outra direção ao governo e às políticas educacionais do período. Segundo Oliveira (2019, p. 84) “[...] o Brasil adota uma política econômica inspirada no Consenso de Washington, juntamente à adoção do Plano Real”.

Jacomeli (2011) destaca duas Leis importantes no contexto das reformas no âmbito da educação: a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

No entanto, ainda assim, evidenciou-se no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que os recursos para o Ensino Superior tiveram uma considerável diminuição, o que ocorreu foi uma redução de 24% nas verbas de custeio e de 70% nas de investimento (Folha de São Paulo, 12 de abril de 2004). Segundo Silva (2010), no governo FHC as políticas públicas eram direcionadas pela agenda neoliberal e, principalmente, influenciada pelos organismos multilaterais, destacando-se principalmente o Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

Surgem, concepções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) acerca da “Educação no século XXI”, em que são repensadas e [re]articuladas questões como equidade e qualidade da educação no mundo, as missões e abrangência da universidade, concepção de educação superior promulgada pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. (DALLA CORTE; SARTURI, 2016, p. 163).

Estes ideais levaram a uma nova reforma da Educação Superior no Brasil, que trouxe conceitos como avaliação, autonomia universitária e diversificação, incluindo o estabelecimento de instituições privadas e fontes de financiamento, diferenciação, flexibilização e privatização. Este modelo consistia em transformar o *status* jurídico das universidades públicas para organizações sociais, entidades públicas não estatais, fundações de privado ou sociedades sem fins lucrativos. O documento norteador “La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia” (Banco Mundial, 2005), preconizou a adoção de um modelo de administração gerencial.

El gobierno, en lugar de ejercer una función de control directo, tiene ahora la tarea de proporcionar un ambiente de políticas favorable para las instituciones de nivel RBP AE – v.26, n.2, p.367-375, mai./ago. 2010 371 terciário, tanto públicas como privadas, y de emplear el efecto multiplicador de los recursos públicos a fin de estimular a estas instituciones a que satisfagan las necesidades nacionales de enseñanza y investigación (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 62).

Em 2002, com as eleições o então presidente da república Luiz Inácio “Lula” da Silva, manteve continuidade as políticas educacionais propostas no governo FHC, no entanto, Lula passou a fazer um governo mais aberto e comprometido com as várias demandas das classes sociais e no que tange a educação.

Historicamente, as universidades brasileiras passaram e passam por diversos desafios e mudanças que atingem aos processos e movimentos das Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2003, Lula constituiu Decreto de 20 de outubro de 2003, com vistas a analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior. O decreto tinha em seu objetivo analisar, no prazo de sessenta dias a contar da publicação deste Decreto, a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Esta mudança de governo em 2003 ocasionou na reorientação da política educacional, na busca pelo fortalecimento do ensino público, sobretudo nas universidades federais. Carvalho (2006) menciona que algumas ações foram pensadas para reverter a situação que se encontrava a Educação Superior, a partir de 2004. Houve, então, a implantação de novas unidades, contratação de novos docentes e funcionários mediante concurso público, cujos salários foram atualizados, e visando à democratização do acesso e à permanência dos alunos no Ensino Superior. Por exemplo, o governo instituiu, em 2004, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem sido objeto de avaliações e debates no meio acadêmico.

Nesse contexto, o PROUNI, emergiu tendo como público-alvo os estudantes considerados carentes a partir dos critérios de elegibilidade, que seriam renda per capita familiar, estudos em escolas públicas ou privadas na condição de bolsistas, além de, obrigatoriamente, parte das bolsas ser direcionada a ações afirmativas, como por exemplo, pessoas com deficiência, negros e indígenas (CARVALHO, 2006). O Programa contou, também, com ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência e, ainda, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um programa do Ministério da Educação (MEC/BRASIL), destinado a financiar a graduação na Educação Superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos e possibilitando ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do Programa.

Outro resultado das reformas universitárias foi o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tinha como premissa “Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus

estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (Art. 1º, BRASIL, 1996).

Também, se destaca o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que se estruturou na modalidade de educação a distância (Decreto nº 5.800 de 8/6/2006). A meta prioritária do Sistema UAB, com vistas a contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, foi de ofertas de vagas prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores/as da Educação Básica, seguida de formação continuada.

Em consonância a isso, foi estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que trouxe em uma de suas metas a ampliação das vagas de ingresso, especialmente no período noturno. A partir do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), essa nova política pública educacional também estabelecia, em suas diretrizes gerais, “[...] o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária (de 18 a 24 anos) até o fim da década”, além da expansão do acesso, melhor aproveitamento da estrutura física das universidades e ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil. (<http://portal.mec.gov.br>, 2020)

Dalla Corte e Carneiro (2016, p. 164-165), ao mencionarem Castro (1999), sinalizam que as políticas de expansão e melhoria do Ensino Superior, com base no Decreto nº 2.306/97 (BRASIL, 1997), que trata a reorganização do Sistema de Ensino Superior, priorizam, entre outras medidas:

- a) a diversificação institucional a partir da criação de novas modalidades jurídicas dos Centros Universitários e das Faculdades Integradas;
- b) expansão de vagas;
- c) implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- d) verificação das condições de oferta de cursos e vagas;
- e) elaboração das novas Diretrizes Gerais dos Currículos de Graduação com base em expansão e melhoria na oferta de cursos, ampliação e integração entre as várias áreas do conhecimento, flexibilização curricular e modalidade de ensino;
- e) combate à evasão e ampliação do espaço de decisão do aluno na definição do seu currículo acadêmico;
- f) incentivo à titulação docente, mediante continuidade dos programas de apoio à qualificação do magistério para o ensino superior;
- g) recuperação e melhoria da infraestrutura das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e;
- h) sistema de avaliação da pós-graduação, estimulando a sua melhoria e expansão.

Assim, muitas políticas públicas que foram pensadas com o governo Lula, acabaram por ser conservadas no governo da Presidenta Dilma Rousseff (2011-

2016), mas, também, novos programas e políticas, a exemplo do programa implantado em 2011 “Ciência Sem Fronteiras”, que visava estimular a mobilidade internacional de estudantes, professores/as e pesquisadores/as mediante a concessão de bolsas para as áreas consideradas prioritárias/estratégicas em universidades estrangeiras. Essa política permitiu a expansão da mobilidade internacional, aumentar a presença de estudantes e pesquisadores brasileiros em instituições de excelência no exterior e promover maior internacionalização das universidades brasileiras (BRASIL, 2011).

No primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2011-2014), o que se verifica é que foi priorizada a continuidade do processo de expansão defendido a partir da interiorização das universidades federais com a organização dos multicampus. Ferreira (2015) ressalta que as quatro universidades construídas nesse governo estão localizadas no interior dos estados, priorizando a região Norte e Nordeste.

Então, no período dos governos Lula e Dilma, o que se verifica é que houve programas de governo que mobilizaram recursos, práticas e dinâmicas sociais no Brasil, apresentando-se como um movimento emergente na Educação Superior neste período. Ferreira e Oliveira (2010), destacam, nesse sentido, que a universidade passa a assumir uma perspectiva mais utilitarista, empreendedora, flexível e que, além disso, forma para as competências requeridas pelo mercado de trabalho.

Nesse novo contexto, as políticas públicas e programas de governo das universidades tem-se alicerçado nesse modo de produção capitalista, sendo levadas a abandonar seu tradicional papel na construção do conhecimento para adotar a lógica de mercado. Participando desse movimento [inter]nacional, a universidade passou a assumir o desafio de inserir-se numa lógica global para além dos seus muros. Segundo Dalla Corte e Sarturi (2015, p.167)

[...] os contextos emergentes são caracterizados por: sistema de educação superior complexo, heterogêneo, Sistema de Educação Superior em expansão e interiorizado; Macro Universidades; Multicampus de estruturas diferenciadas; Institutos Tecnológicos Fundamental, Médio, Médio Superior e Superior; Concentração da Empresa Privada no acesso social e no número de instituições; internacionalização; inclusão, entre outros.

Dalla Corte (2017) afirma que no Brasil, um contexto emergente evidenciado no período dos governos Lula e Dilma, a exemplo da América Latina, foi o da expansão acelerada, além das políticas de diversificação e privatização, marcadas por tendências democratizantes, comandadas pela centralização estatal. Esta questão está posta em xeque no cenário atual da Educação Superior no Brasil. Ainda, dispomos de uma Educação Superior de elite, mas com novos formatos de Instituições de Ensino Superior, que vem sendo, aos poucos, constituídas por novos docentes, discentes, currículos, pois as exigências da sociedade, do mercado e da globalização também são novas.

O Programa Universidade para Todos (FIES), ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ampliaram e modificaram significativamente o número de vagas na Educação Superior e seu cenário de impactos e desafios.

Algumas pesquisas apontam as contribuições, possibilidades e limites destes programas e como movimentaram e movimentam a educação superior no Brasil. Segundo o relatório *Research in Brazil*, disponibilizado pela *Clarivate Analytics*; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no ano de 2018, consta que 98% do conhecimento científico produzido no Brasil é realizado na esfera pública. (CAPES, 2016).

Em 31 de agosto de 2016 é aprovado *impeachment* de Dilma Rousseff e, seu vice, Michel Temer (PMDB), assume de forma definitiva o governo do país. Segundo Fonseca (2018), o processo de expansão das universidades federais parou de ser fomentado, e os acordos voltados para as expansões, nos últimos anos, entre as universidades e governo federal, atualmente em andamento, têm sido objeto de tensão permanente, visto que, o orçamento do ano de 2017 viu acontecer, pela primeira vez em décadas, uma diminuição nominal no orçamento das universidades públicas e veio paulatinamente ocorrendo maior diminuição com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil.

No dia 1º de janeiro de 2019 iniciou-se uma nova era no cenário brasileiro; a “era⁵ Bolsonaro” que para a educação brasileira tem sido marcada por variadas

⁵ Uso a palavra “era” para destacar o retrocesso que estamos vivenciando em termos de políticas públicas e direitos até então adquiridos em outros governos.

instabilidades. Em pouco menos de dois anos de mandato, o MEC já passou por três Ministros de Estado com propostas diferentes. Ricardo Vélez Rodríguez, o primeiro Ministro da Educação, foi demitido em 8 de abril de 2019 em meio a disputas entre diferentes alas no próprio MEC e vieses ideológicos do governo Bolsonaro. Também, depois de diversas medidas polêmicas, sendo que a principal delas foi o pedido para que escolas filmassem os alunos cantando o hino nacional, no qual, ele não ingerência para uma solicitação nesta conjuntura. O ex Ministro também defendeu, em entrevista ao jornal Valor Econômico, a necessidade de revisar os livros didáticos para mudar a forma como eles retratam o golpe de 1964 e a ditadura militar (BBC, 2019).

Em final de abril de 2019, a atenção do país se voltou ao orçamento do MEC e para a declaração do então novo Ministro Abraham Weintraub, que anunciou cortes nas verbas de universidades federais que não tivessem desempenho satisfatório e que promovessem "balbúrdia" nos campi. Mais tarde, o corte anunciado foi também estendido para todas as universidades federais, inicialmente anunciados como 30% da verba total e, depois, 30% do orçamento discricionário (ou seja, de gastos não obrigatórios), o equivalente a mais de R\$ 1,5 bilhão. (<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-diz-que-bloqueio-de-percent-na-verba-vale-para-todas-as-universidades-e-institutos-federais.ghtml>, 2019).

Em 25 de junho de 2020, foi anunciado um terceiro ministro para o cargo, o Sr. Carlos Decotelli, mas cinco dias depois renunciou, antes mesmo de assumir o cargo, em virtude de uma série de controvérsias com relação à titulação acadêmica informada em seu currículo, não chegando a tomar posse. Em seguida, no dia 10 de julho de 2020, por meio de uma rede social o professor e pastor evangélico Milton Ribeiro foi anunciado como novo ministro da Educação.

As trocas de cargos no MEC não ficaram restritas ao Ministro da Educação. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituto responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e por diversas outras avaliações do ensino brasileiro, está em seu quarto presidente desde a posse do atual governo brasileiro.

Na ceara do contingenciamento de gastos, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao MEC que concede bolsas de pós-graduação, anunciou em maio de 2019 cortes em

seu orçamento, o que gerou novas críticas da comunidade acadêmica e impactou fortemente na continuidade e produção científica e acadêmica do país.

Em meio a este cenário volátil, algumas políticas permaneceram de governos anteriores, como, por exemplo, o FIES; outras foram se modificando e novas políticas com maior conotação neoliberal sendo implementadas.

“Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, o Future-se” tem como objetivo fortalecer a autonomia financeira das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, por meio de parcerias com Organizações Sociais (OS) e do fomento à captação de recursos. Políticas como o “Future-se” tencionam e movimentam aspectos emergentes, especialmente, numa perspectiva de nova dinâmica institucional e organizacional das IES, via concepção de estado mínimo e maior responsabilização institucional. Traz, em seu bojo, uma visão mercantilista para dentro das instituições, bem como, desencadeia a perda da autonomia universitária, visto que o art. 55 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) estabelece que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, *recursos suficientes* para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (BRASIL, 1996, *grifo nosso*).

A Medida Provisória (MP) nº 914/2019, agora encerrada, foi publicada no dia 24 de dezembro de 2019 e permaneceu até 1º de junho de 2020, impondo mudanças nos procedimentos de escolha dos Reitores das Universidades e Institutos Federais. A MP propunha uniformizar os procedimentos de composição da lista tríplice de indicados às reitorias das IES públicas, certamente, representou no período de sua vigência, uma real intervenção do Planalto sobre a autonomia universitária e, especialmente, demonstra a visão centralizadora e antidemocrática do governo federal acerca da gestão das e nas Universidades e Institutos Federais.

Realizando um breve anúncio de retomada do contexto histórico, político e social da Educação Superior no Brasil, tornou-se possível visualizar o que vem impactando no contexto universitário no Brasil, em especial no que tange as políticas e programas de financiamento relacionadas a educação, tecnologias, diversidade, inclusão, sistema de reserva de vagas e formação de professores. Tais aspectos, têm direcionado para novos modos de ser e estar em uma instituição superior pública no Brasil, implicando na configuração de contextos emergentes.

Fica evidente que uma nova forma de política tem se evidenciado cada vez mais, a de valorização do mercado. Aspectos como qualidade do ensino, têm sido deixados de lado para adequar-se as políticas e as influências de organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Então “qualidade educacional”, nesta lógica, tem correlação com produtividade mercadológica e, para tanto, é existente uma abertura de espaços de valorização para o capital das empresas de serviços educacionais com subsídios públicos.

Assim, o desenvolvimento das políticas, que acompanhamos acontecer, nos últimos anos no Brasil parecem se esfacelar. Alguns programas novos, com propostas “inovadoras”, foram lançados, no intuito de intensificar a privatização e o contingenciamento das universidades, o que revela um grande desafio para a gestão universitária neste contexto, transformando:

[...] a universidade, no seu conjunto, numa empresa, uma entidade que não se produz apenas para o mercado, mas que produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes. (SANTOS, 2004, p. 18-19)

O fato é que a privatização na Educação Superior não deixou de existir; o que acontece é que, em determinado recorte temporal, alguns espaços passaram a ser ocupados, também, por pessoas que até então não imaginariam ou não ocupariam espaços universitários entre outros, sejam eles quais forem os motivos. A universidade passou a acessar contextos diferenciados socialmente e trouxe consigo um público novo que já existem nestes espaços a muito tempo.

4.2 GLOBALIZAÇÃO E (DES)LOCAMENTOS DA PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Figura 17- Charge Armandinho verdadeira intenção



Fonte: Disponível em: <<https://tirasarmandinho.tumblr.com/>>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

A globalização está a desafiar a tudo e todos/as e, como um imperativo, ela entra sem bater na porta ou pedir licença. Pretende-se com este subcapítulo discutir acerca da globalização e como ela tem imbricado nos processos e realidades no contexto da Educação Superior desafiando espaços e tempos sociais e institucionais, entre outros aspectos.

Dalla Corte (2017), infere que uma realidade multifacetada emerge e culmina no rápido acesso à informação e em novos modos de organização institucional e societal, ancorada nos preceitos da globalização, mas que requer quase que cotidianamente que as instituições se [re]dimensionem. Novos ambientes educativos, novas práticas pedagógicas e, neste sentido, inovações educacionais ancoradas em [re]configurações e [re]articulações dos/nos processos de gestão e de ensino-aprendizagem.

Esta discussão não envolve apenas a educação, mas, principalmente, demais fenômenos de caráter social, econômico, político, cultural que vêm sendo percebidos mais fortemente nas últimas décadas no contexto mundial/global. Alvarez (1999, p. 97) retrata globalização como:

[...] um conjunto aparentemente bastante heterogêneo de fenômenos que ocorreram ou ganharam impulso a partir do final dos anos 80 - como a expansão das empresas transnacionais, a internacionalização do capital financeiro, a descentralização dos processos produtivos, a revolução da informática e das telecomunicações, o fim do socialismo de Estado na ex-URSS e no Leste Europeu, o enfraquecimento dos Estados nacionais, o crescimento da influência cultural norte-americana etc., mas que estariam desenhando todos uma efetiva 'sociedade mundial', ou seja, uma sociedade na qual os principais processos e acontecimentos históricos ocorrem e se desdobram em escala global.

Nesse sentido, evidencia-se no contexto atual uma configuração confusa e inacabada, em que a velocidade e o imediatismo são fatores que estão intervindo nestes processos, como por exemplo, ao pensar nos tempos e espaços anteriores a revolução tecnológica, as disputas se configuravam territorialmente, agora, com o comércio eletrônico, as distâncias já não existem ou foram diminuídas, abrindo novos espaços sociais que são invisíveis mas que determinam os comportamentos das pessoas, das instituições, do mercado, da sociedade, etc.

A lógica da globalização opera o contexto micro e o macro e vice-versa. Global não significa necessariamente maior ou mais distante, nem mais forte, nem

acima ou abaixo da linha do Equador. Global é o que se diferencia entre um campo que se regula por referências e um campo que pretende se abrir, ou por abertura que vêm a descortinar novas perspectivas (BURITY, 1999).

Akkari (2011) relata que a globalização corresponde a efetivas mudanças estruturais, e que vem sendo vivenciado a partir da segunda metade do século XX, caracterizada pelo predomínio da economia, com a lógica de mercado imperando cada vez mais, acompanhado por políticas que viabilizam a liberalização do comércio de bens ou serviços e pelo desenvolvimento das migrações internacionais.

Com a globalização, impera uma nova forma de informação em uma nova velocidade e, como consequência, ela flui independente de quem é portador/a; a mudança e reorganização dos corpos no espaço físico é menos que nunca necessária para reordenar relações e significados (BAUMAN, 1999). Assim, a rede global de comunicação, vista como uma nova liberdade e fundamento tecnológico da igualdade é claramente, utilizada com muita seletividade e padrão ideológico. Ou seja, a globalização deu mais oportunidades aos extremamente ricos de ganhar dinheiro mais rápido, que se utilizam da tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro com rapidez e eficiência. A globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muitos poucos e deixa de fora dois terços da população mundial, a serviço do comércio e da economia.

O que se pode verificar, por meio das conferências que orientam e induzem prioridades mundiais, é que as mudanças articuladas com às políticas educacionais, nos últimos anos, estão intimamente ligadas as questões comerciais de como a educação vem sendo tratada e pensada e os impactos e influência de organismos internacionais tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Aspectos relacionados à globalização, como a comunicação e acordos de cooperação entre países e regiões, influem sobre os contextos local e global, mas, especialmente, o aumento da desigualdade e a promoção de culturas e valores de países desenvolvidos. As implicações da globalização na educação são muito mais profundas e contundentes, pois “[...] ela está no centro das tensões entre o local e o global” (AKKARI, 2011, p. 23).

Na globalização, segundo Boaventura de Souza Santos (2011), o mercado do Ensino Superior pode autodesignar seu produto como universidade sem ter a obrigatoriedade de assumir todas as funções desta, optando por aquelas que se configuram fonte de lucro. O autor afirma que em grande parte das instituições não

existe uma articulação lógica, sendo um dos problemas que a universidade tem neste contexto, que é de passar facilmente por universidade aquilo que não é. Além, claro, dos desafios que estão postos e que vem acompanhando ao processo de globalização por meio das exigências da sociedade e do mercado global. As universidades, neste contexto, precisam acompanhar as políticas públicas nacionais e institucionais que estão a se adequar as determinações nacionais e globais.

Akkari, Nogueira e Mesquita (2002) mencionam algumas possíveis consequências da globalização no campo da educação e que precisam ser [re]pensadas e superadas: tensão entre o universal e o singular; tensão entre o tradicional e o moderno; tensão entre a ideologia de “igualdade de chances” e a “igualdade de condições”; entre competição e colaboração e outros. Assim, na Educação Superior, os efeitos não são apenas referentes à cultura organizacional das IES e ao ensino e à aprendizagem, mas, também, ao social, tendo em vista o que é e para quem a universidade está à serviço. É existente certo convencimento de confiança no mercado e, principalmente, nas questões de financiamento e sobre privatização da educação. A privatização não se dá exclusivamente pela falta de capacidade de atendimento do setor público ou pela falta de financiamento, no período anterior, mas, sim, em razão de uma política deliberada do Estado que sob orientação de organismos internacionais (Banco Mundial - BM, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, entre outros), direciona os investimentos à Educação Básica pública e não à Educação Superior pública (TONEGUTTI, 2017).

De acordo com Tonegutti (2017), a LDB/96 (BRASIL, 1996) abriu caminho para a constituição de IES privadas com fins lucrativos – empresas que podiam ser compradas e vendidas. Amparadas pelo Decreto nº 2.306/97, muitas IES com “fins não lucrativos” foram transformadas em IES empresariais. A legislação, também, propiciou a criação de grandes grupos educacionais, inclusive com aporte de capital estrangeiro, como é o caso de alguns dos principais grupos educacionais atuantes no Brasil, que transacionam valores na Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa (TONEGUTTI, 2017).

Como é possível perceber, as políticas públicas atendem a interesses e demandas sociais, mas nem sempre elas são pensadas a partir das necessidades daqueles que mais precisam ser vistos. É existente uma *nova face* de influência

sobre a formulação de políticas públicas, que pode, em certo grau, determinar positiva ou negativamente as ações políticas do país, as chamadas *Think Tanks*.

Think Tanks são instituições que procuram produzir e difundir informações sobre conhecimentos específicos e as políticas públicas, por meio de pesquisas sobre temáticas de interesses de alguns e tem como objetivos influenciar ideias na sociedade e decisões na política. Existem *Think Tanks* independentes, filiadas a partidos políticos, governos ou universidades. O que pode acontecer, em alguns casos, é que alguns projetos e financiamentos das *Think Tanks* serem voltados à projetos de interesse corporativo das empresas e do setor privado, influenciando negativamente, em certa medida, a determinadas políticas públicas que deveriam ser mais abrangentes às demais classes sociais.

Com os ditames da globalização e do mercado liberalizado, atualmente, tem se produzido o espectro de uma universidade individual, corporativa e competitiva. Os processos de ingresso, por mais que em parte tenham se democratizado ainda possuem problemas. O vestibular carrega a ideia de dedicação, que independente do contexto social, situação financeira e família, todos podem entrar perfazendo o estudante como um sujeito “responsável” pelo meu processo de ingresso em uma universidade apontando para a nova razão do mundo: ser empresário de si mesmo. Vontade e ou desejo de entrar no jogo, se colocar como elemento de igualdade, passando também a competir.

A Educação Superior no Brasil, em especial desde 2017, pós *impeachment* da presidenta Dilma, tem se deparado com contextos emergentes às avessas, ou seja, a retomada de cenários antidemocráticos, centralizadores do poder, de desvalorização e de inexpressividade na perspectiva da autonomia universitária, implicando na baixa autoestima dos profissionais que atuam nestes cenários educacionais, bem como embates com as falácias e campanhas anti universidade pública que têm sido veiculadas via mídias sociais por alguns grupos que se intitulam ou se alinham ao pensamento político de extrema direita.

Além desses preceitos, é possível identificar com mais intensidade a efetivação dos movimentos dos organismos multilaterais (Figura 18), evidenciando alguns cenários como sugere Cislighi (2019). Por exemplo, as “orientações prescritas” pelo Banco Mundial passaram a ser adotadas pelo Brasil, com adaptações de acordo com a realidade e correlações de forças locais, no embate entre o projeto neoliberal hegemônico e o projeto dos sujeitos políticos organizados

em defesa da universidade pública. Tais ações determinaram uma nova ampliação do Ensino Superior privado, já ampliando no início do século XII, 73,2% do total de matrículas (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016) e, ao mesmo tempo, mudanças que privatizaram e transformaram por dentro as universidades públicas, num processo de contrarreforma.

Figura 18- Documentos produzidos pelos Organismos Internacionais para a realidade social, econômica e educacional brasileira



Fonte: Pesquisa google imagens.

O relatório “Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil”, produzido pelo Banco Mundial, apresenta uma série de dados estatísticos e sugestivos sobre os gastos públicos com educação. Esses gastos estão divididos entre os três níveis de governo, no entanto em sua maioria vão para o Ensino Superior, uma vez que, o Ensino Fundamental (1º ao 9º) é de responsabilidade dos municípios e o Ensino Médio dos estados.

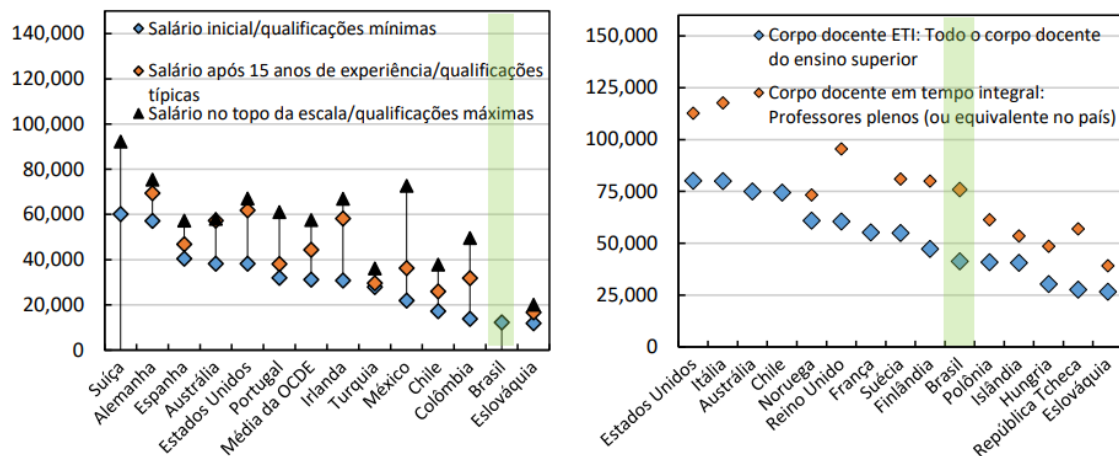
O documento realiza observações e análises principalmente sobre a Educação Superior no Brasil, e indica que o país está gastando mais do que precisaria para atingir o desempenho atualmente observado em escolas públicas e que “[...] os gastos públicos com a Educação Superior também são altamente ineficientes, e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121). Com estas palavras, o BM sugere que se invista menos nas instituições públicas, que vem, em uma curta trajetória, realizando um processo de inclusão social por meio do sistema de cotas, através da Lei nº 12.711 que foi

aprovada em agosto de 2012 (BRASIL, 2012), como política pública de ação afirmativa na Educação Superior. Nesse sentido, a Educação Superior deixa de ser um bem e direito social e passa a se moldar a outro formato, o mercadológico.

Ainda, segundo o relatório, as universidades privadas brasileiras tendem a ser mais custo eficiente do que as públicas. A discussão sobre a privatização de serviços públicos não é recente e ela vem sendo utilizada no intuito de reduzir a presença do Estado na área social.

Outro ponto destacado pelo documento do Banco Mundial é o salário dos professores “[...] os salários dos professores no Brasil aumentam rapidamente após o início da carreira” e “[...] em 15 anos de carreira os salários se tornam duas a três vezes superiores ao salário inicial” consubstanciado em promoções baseadas nos anos de serviço e da participação em programas de formação. O relatório apresenta um gráfico sobre o salário dos professores da Educação Básica e Superior no Brasil (Gráfico 1).

Gráfico 1- Salário dos professores EB e ES no Brasil



Fonte: Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 10 out 2020.

Fica evidente que o professor precisa estar em constante formação para uma melhor remuneração, o que não acontece em outras profissões e áreas. Formações, cursos e pós-graduação são vistas como promoções. O professor precisa atuar 15 anos, como o próprio documento afirma, para receber um salário próximo ao de outros países, ou ao de outros profissionais em início de carreira no Brasil. O texto

também apresenta a seguinte constatação: “Além disso, vale destacar que os professores brasileiros têm direito a planos previdenciários relativamente generosos quando comparado a outros países” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 127). A palavra “generoso” é característica da pessoa generosa, de quem se sacrifica em benefício de outra pessoa; também, expressa a ideia de abundância e fartura, o que não se apresenta no contexto real.

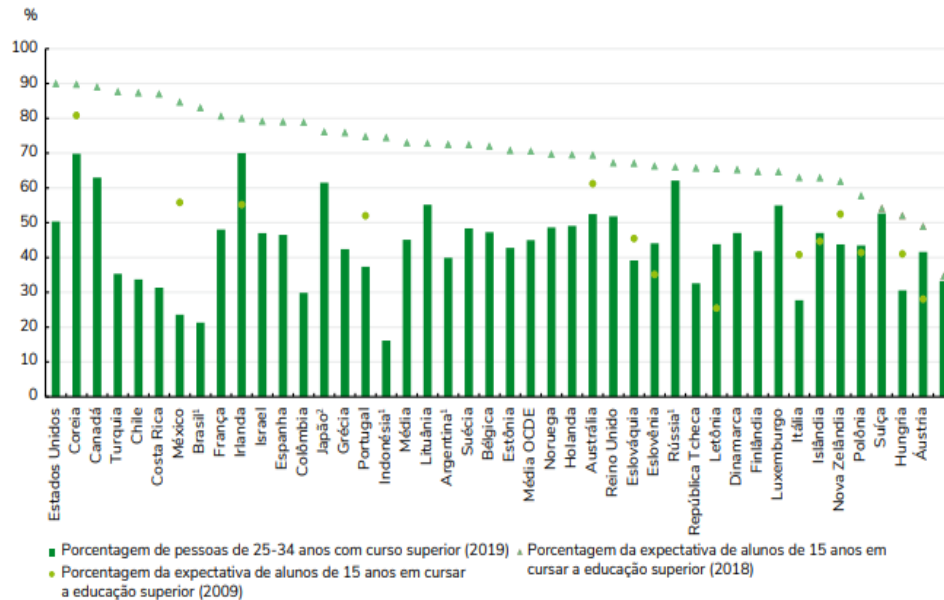
O documento “Desafios e perspectivas da Educação Superior brasileira para a próxima década”, parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC), apresenta uma coletânea de artigos, cujos temas foram discutidos na oficina de trabalho “Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década”. O documento aponta algumas estratégias que precisam ser definidas como: expansão e consolidação do Sistema Nacional de CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação; promoção da inovação tecnológica nas empresas para intensificar as ações de fomento para a criação de um ambiente favorável à inovação nas empresas e ao fortalecimento da política de desenvolvimento produtivo; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I em áreas estratégicas pesquisa e inovação em áreas estratégicas para a soberania do Brasil e CT&I para o desenvolvimento social (buscando promover a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas; e difusão de tecnologias para a inclusão e o desenvolvimento social.

A palavra “inovação” tem sido utilizada para diversos fins, no entanto o que se percebe é que novamente o que tem se destacado é a relação público x privado e educação x empresa. Chaves (2010) afirma que, a Educação Superior está sob a lógica da mercantilização e, com vistas a adequar-se às demandas do capital financeiro internacional, busca novos mercados para manter sua hegemonia e assim são pensadas reformas fundamentadas em uma política privatista e de desmonte do Estado social, consolidando-se, portanto, o empresariamento da educação.

O terceiro documento “*Education at a Glance 2020: OECD INDICATORS*”, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) conta com dados do Brasil e de mais 40 países. A publicação busca oferecer uma visão geral dos sistemas educacionais destes países. O texto apresenta dados circunstanciais sobre a Educação Superior gestão, financiamentos e dá outros encaminhamentos. Segundo *Education at a Glance 2020*, mais de 80% dos jovens esperam ter um

diploma de Educação Superior (Gráfico 2), no entanto, a população de 25 a 34 anos que concluiu esse nível até 2018 era de apenas 21,3%.

Gráfico 2- Percentual da expectativa de jovens em cursar a Educação Superior (2009 e 2018) e porcentagem de pessoas de 25 a 34 anos com esse nível de ensino (2019)



Fonte: OCDE (2020).

O documento justifica a demanda de acesso utilizando para o mesmo discurso de privatização e parceria público x privado. Traz que é necessário trabalhar em estreita colaboração com outros setores do governo e do setor privado, no sentido de aumentar a atratividade e as perspectivas de mercado de trabalho de certas profissões.

Segundo Maués (2019, p. 14):

As alterações contemporâneas, que vêm ocorrendo nas sociedades, têm afastado as universidades dos modelos humboldtiano e napoleônico, que foram se diluindo e outros elementos foram sendo incorporados à concepção do que se tinha das funções e dos objetivos do ensino superior. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico analisa que, em função da 'nova gestão pública' (NGP), a universidade se distancia pouco a pouco do modelo humboldtiano e se aproxima cada vez mais do mercado. O contexto sócio-político tem uma grande influência no tocante às mudanças que têm ocorrido no ensino superior, tanto na formatação da estrutura organizativa, quanto na lógica que deve presidir suas finalidades, não esquecendo a correlação de forças internas e externas que contribuem para a conformação dessa instituição de ensino.

No decorrer de um período de aproximadamente duas décadas, foram realizadas várias conquistas e retrocessos no cenário da Educação Superior brasileira, a destacar, principalmente, pelos processos de expansão e diversificação, inclusão, democratização do acesso e permanência, ações afirmativas, ações de cooperação técnica com entes federados e instituições internacionais, privatização e desestatização via projetos e programas socioeducacionais, entre outras.

Estes processos foram de forma cíclica, passando a produzir e configurar o que se identifica como Educação Superior nas últimas décadas e desencadearam um efeito de contextos emergentes em cada instituição quanto à gestão de processos universitários colegiados e compartilhados. Mas, em um curto espaço de tempo, pode-se identificar um retrocesso das políticas e dos incentivos voltados para à Educação Superior, deslocando o cenário de investimentos e de políticas de democratização de acesso e permanência para uma perspectiva gerencialista centralizada no Estado mínimo e de retorno ao clientelismo e elitismo social direcionada pela lógica do mercado mundial.

5 MÍDIAS SOCIAIS: MÁQUINAS DE MODULAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO

Figura 19- Charge Armandinho - *Selfie*



Fonte: Pesquisa Google. Disponível em: <<https://images.app.goo.gl/squDQWReYjLNgN9LA>>. Acesso em: 02 Fev. 2020.

Este capítulo tem como premissa identificar os possíveis sentidos tecnopolíticos e modos de [re]articulação da Educação Superior na produção de contextos emergentes, desta forma apresenta-se uma discussão acerca dos conceitos principais que envolvem as tecnopolíticas e suas influências.

A sociedade do controle na “geração z” é menos sutil e mais violenta. As barreiras terrestres foram definitivamente quebradas; não precisamos mais sair para comprar, se alimentar, visitar parentes, pois ela acontece à distância, de forma branda e captura com seus diversos mecanismos de controle e influência. Parafraçando Lazzarato (2006), explica-se que a sociedade de controle exerce seu poder por meio das tecnologias a distância, as imagens, sons e informações que funcionam como máquinas de modular e cristalizar ondas e vibrações eletromagnéticas (televisão, rádio, etc.).

A sociedade do controle emerge em determinado contexto histórico, a partir da transição da sociedade disciplinar, podendo, segundo Cassino (2018), ter iniciado no final do século XX e início do século XXI, com o surgimento das tecnologias de comunicação, o advento e popularização das tecnologias digitais e das redes sociais.

Determinadas áreas do conhecimento, como na matemática pensam o substantivo algoritmo como: “Um conjunto de instruções passo a passo a serem conduzidas mecanicamente para atingir algum resultado desejado” (CHABERT, 1999, p.1). Esta regulação algorítmica da qual vamos passar a tratar, Morozov (2018) entende como uma confiança tão generalizada na capacidade das plataformas, dos algoritmos gerenciarem nossas vidas que as questões políticas são rebaixadas.

Os pressupostos indicam que esta disseminação e popularização das redes que se estabelece na internet vêm evoluindo demasiadamente e, no contexto atual, se torna cada vez mais *indispensável*⁶ para a nossa vida, justamente por atuar em relação direta de poder e regulação com os indivíduos, lógica da qual já estamos capturados.

As chamadas *bolhas informacionais* se desvelam em controle e regulação literalmente ‘assistido’ pela tecnologia, e constituem-se uma especificidade do capitalismo; esta face é produzida por algoritmos poderosos que têm como objetivo coletar e criar perfis, dividindo os usuários e clientes em perfis. Esse processo ocorre discreta e silenciosamente, constituindo uma forma de controle e manipulação da informação, pois mapeiam e gerenciam a nossa navegação.

É possível pensar a bolha informacional, por exemplo, nos movimentos realizados em torno do contingenciamento na Educação Superior, mesmo àqueles imersos nas universidades, acabaram por reproduzir discursos que estavam em voga por determinados segmentos dos quais estão acostumados a seguir, sem abrir para outras perspectivas, pois as publicações e informações no qual se deparavam eram as mesmas com as quais suas concepções convergem.

A trajetória tecnológica é bastante clara: mais e mais dados serão produzidos sobre nós sociedade e indivíduos; a manutenção desses dados, porém ficarão sob o controle de outros. Será que temos como dimensionar o que se passa neste contexto? A quantia de informações falsas disseminadas, os impactos sobre o

⁶ Absorvendo o significado da palavra indispensável, no dicionário encontramos como significado o que não se consegue dispensar; que é obrigatório ou imprescindível, como por exemplo a alimentação é indispensável à vida. O uso desta palavra foi pensado, a fim de caracterizar a lógica de construção de uma nova realidade, que é da ordem da sedução: *a tecnologia é indispensável para a vida humana*. segundo zygumnt Bauman “no cyberspaço, os corpos não interessam – embora o cyberspaço interesse, de forma decisiva e inexorável, para a vida dos corpos”. (BAUMAN, 1999, p,24)

cotidiano da sociedade, os benefícios da rede social ou sobre a privacidade dos nossos dados pode ser dimensionado de maneira efetiva?

O avanço tecnológico foi extremamente acelerado. Essa nova forma de capitalismo de informação, segundo Zuboff (2018) procura prever e modificar comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado, o capitalismo da vigilância se formou gradualmente durante a última década, incorporando novas políticas e relações sociais que ainda não haviam sido bem delineadas ou teorizadas. O sucesso do capitalismo ao longo do tempo dependeu da emergência de novas formas de mercado que expressassem novas lógicas de acumulação, mas bem-sucedidas na tarefa de satisfazer as necessidades sempre em evolução das populações e sua expressão na natureza cambiante da demanda. Novas formas de mercado aparecem em diferentes tempos e lugares (ZUBOFF, 2018).

[...] a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico e o Banco Mundial avalizam a posição de Chesnais (1996), Harnecker (2002) e Mészáros (2002), qual seja, a mundialização contribui para a internacionalização do capital, aumentando os seus domínios, derrubando barreiras e fronteiras e possibilitando a abertura e expansão de mercados. É nessa sociedade, na qual domina a mundialização financeira, que o conhecimento se transformou em força produtiva e a educação virou mercadoria. Nesse contexto, é inventada a sociedade do conhecimento. (MAUÉS, 2019, p. 16).

Assim, na sociedade atual, mediada e conectada por uma ideologia produzida pelo capitalismo e, nesta mesma lógica, por um sistema tecnológico cibernético que é guiado principalmente pelas redes digitais, tais elementos se constituem contextos emergentes justamente pelo “novo” modo de gestão dos tempos e espaços sociais, políticos, culturais e educacionais, entre outros aspectos, assim como pelo potencial mobilizador das mídias sociais em suas plataformas de veiculação de notícias e de relacionamento *online*, que possibilitam interações, comunicação e reações de diversas formas entre usuários que desejam e que compartilham as mesmas informações e situações. Logicamente que tais dispositivos estão intimamente relacionados ao cenário da Educação Superior.

Claramente as novas formas de comunicação seriam, então, novas formas de vigilância num duplo sentido: porque fazem com que qualquer aspecto da vida social fique registrado, e porque, por sua mesma natureza, a produção de vontade de

exibição faz com que esses aspectos sejam, por sua vez, objeto de desejo de visibilidade, conforme Figura 20.

Figura 20: Captura e subjetivação pelas mídias de comunicação tradicionais



Fonte: Disponível em: <<http://blogdoeliomar.com.br/2012/08/27/charge-do-clayton-12/>>. Acesso em: 06 Jan. 2020.

Não há quem consiga ficar distante dos aparelhos tecnológicos, seja por tentação ao uso, necessidades por trabalho e escola ou, simplesmente por não ficar de fora do contexto virtual. Cada vez mais e mais pessoas adquirem e consomem informações na *internet*, essa realidade informacional tem impulsionado ferozmente o número de usuários, o que tem reconfigurado as relações familiares, de trabalho e lazer, entre outros aspectos (Figuras 21 e 22). Mas, até que ponto nossa individualidade está sendo preservada? Será que somos capazes, na era digital, de fazer escolhas próprias sem sofrer influências das mídias sociais? Não sofremos influências informacionais, políticas, mercadológicas, entre outras possibilidades de subjetivação?

Figura 21- Captura e subjetivação pelas mídias digitais – família



Fonte: Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/606508274801632045/?nic_v2=1a7s1fMSI> e em <<https://arteemanhasdalingua.blogspot.com/2011/08/internet-realmente-aproxima-as-pessoas.html>>. Acesso em: 04 out. 2020.

Figura 22- Captura e subjetivação pelas mídias digitais – sociedade



Fonte: Disponível em: <https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/etapa/charge-tirinha-e-noticia/> e <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>>. Acesso em> 08 Out. 2020.

A manipulação de mídia, segundo Souza, Avelino e Silveira (2018), se traduz numa técnica amplamente utilizada, seja nos meios tradicionais de comunicação, como nos meios digitais mais atuais (Figuras 21 e 22). Os autores pressupõem, no entanto, que surge a mídia *broadcas*, que consiste no envio, projeção e transmissão de um mesmo conteúdo em larga escala, alcançando o maior número de pessoas possível, simplesmente o *broadcast* emite para atingir a receptores.

Figura 23 - Influência dos meios tradicionais de comunicação



Fonte: Disponível em: <<http://portal.metodista.br/enade/como-se-preparar/questoes/sociodiversidade-e-multiculturalismo>> e <<https://www.agazeta.com.br/charge/charge-do-amarildo-exemplos-de-combate-ao-coronavirus-0320>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

Figura 24- Influência dos meios digitais atuais



Fonte: Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/535998793150709193/>> e <<https://ieducacao.ceie.br.org/formacaodocente/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

Conforme Silva (2017), o desenvolvimento e a popularização de dispositivos de comunicação, em especial os digitais, têm desafiado as democracias contemporâneas a explorarem novas ou outras formas de conexão política com seus cidadãos. A utilização de *internet* pelo Estado, principalmente por meio de sites e portais oficiais, se tornou algo comum e se configura atualmente como o principal vetor de informação da esfera governamental para esfera civil.

No entanto, os portais oficiais já não estavam dando mais conta de um contexto emergente que se evidenciava. Hoje a disseminação e polarização de políticas públicas são feitas também pelas redes sociais como *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*. Por exemplo, o atual presidente Jair Messias Bolsonaro dissemina maior parte das informações, decisões e atos governamentais utilizando-se de ferramentas como estas, em que possui aproximadamente 6.663.088 milhões de seguidores até

07 de outubro de 2020, com 10.400 *Tweets* que teve como início na sua candidatura às eleições para a presidência.

Na Figura 25 é possível evidenciar algumas formas de sedução e controle. Considerando o *slogan* da rede televisiva – Rede Globo, que é assistida por cem milhões de pessoas (globo.com) em que o telespectador ao se deparar com a informação, na maioria das vezes, se sente pertencente ao grupo. A imagem, também, passa desejo de pertencer a este grupo, trazendo jogo de cores que remete a diversidade e pluralidade, como um convite a ser parte da rede mais assistida do Brasil.

Figura 25- 100 milhões de uns / Rede Globo



Fonte: Google. Rede Globo, disponível em: <globo.com> Acesso em: 10 jan 2020.

Assim como na *internet*, na rede televisiva não é diferente. Os editores escolhem quais serão ou não as informações, assuntos, ou partes passadas e reveladas ao público. Isso tudo desencadeia e promove em discussões restritas, pelo desconhecimento ou acesso incompleto de informações, e pode ser visto como uma forma de regulação ou recurso ideológico, político e social para fins de sustento dos interesses daqueles que a produzem.

Muitas vezes, essa regulação e ações desenvolvidas por meio dos veículos de informação, e que, como podemos ver, atinge um número significativo de pessoas e reverbera em espaços e contexto, bem como constrói opiniões e pensamentos ao entorno dele. Por exemplo, as discussões que entornam a universidade, têm se configurado como um instrumento de regulação da sociedade,

de docilização do corpo e de disciplina. Na sociedade disciplinar a violência é raramente empregada. O disciplinamento dos corpos passa a ser o objetivo central, é quando se atinge e garante a eficiência do poder.

Desde a invenção da imprensa jornalística no século XIV, da televisão e rádio no século XX, há um crescimento gigantesco da capacidade de comunicação com o grande público e, cada vez, mais tem-se investido em estratégias e ações que partem da mídia e das tecnologias de comunicação, por sua eficácia e seus efeitos imediatos na formulação de opiniões e controle sobre a sociedade.

O leque de programas, aplicativos e aparelhos tecnológicos, interferem direta e indiretamente nos modos de organizar, consumir, de se comportar, pensar, conduzir e capturar a sociedade como um todo e tem, em síntese, formado um novo tipo de comportamento no ser humano que Bauman (2008) define como uma vida para o consumo e no sistema econômico.

Nesse sentido, as ações dos trabalhadores, estudantes, pessoas no geral, são estimuladas a promover uma mercadoria atraente e desejável do próprio eu, do seu capital cultural fazendo o máximo para aumentar o valor de mercado de si próprio. O autor menciona que vendemos nossa força de trabalho, pelo que seria o salário que recebemos, e estamos em constante procura de qualificação para uma melhor propaganda de si mesmo. Ou seja, esta sistemática, tem estimulado a competição. Um exemplo claro que pode ser observado nas universidades é a produção dos currículos, em que inserimos nossa produção acadêmica, como um anúncio ou propaganda de si mesmo e do que realizamos neste espaço.

Outro ponto a ser considerado na modulação é a de tempo, ou seja, a cultura do agora mudou a percepção de tempo que tínhamos até então, transformando no imediatismo, em um tempo pontilhistas, fragmentado e pulverizado. Em um mundo líquido, caracterizado por Bauman, é quase impossível planejar a longo prazo as nossas vidas, tendo em vista que as coisas mudam tão rapidamente e que cada momento se torna único.

A necessidade de que os desejos sejam satisfeitos na hora, a chamada fluidez, tem a ver com a lógica de mercado, visto que estamos espelhados em um sistema econômico, baseado na modernidade líquida de Bauman. Hoje as mercadorias não são feitas para a durabilidade, são pensadas com a finalidade do mercado e não das necessidades reais. Portanto, as formas de modulação do comportamento humano estão principalmente ligadas as teorias do *self* (eu), por

meio das redes sociais, aos programas televisivos e mídias que possuem duas atividades principais. São elas conectar e desconectar, o que transforma as relações sociais que estabelecemos vínculos voláteis e fracos, assim como é simples conectar ou iniciar uma amizade, também se torna fácil desconectar.

Uma das formas mais poderosas de influência da mídia sobre seus consumidores é a técnica chamada de Agenda *Setting*. Filho (1996) afirma que o termo se refere à hipótese na qual a agenda temática dos meios de comunicação impõe os temas de discussão social. Por exemplo, se a mídia tradicional veicula matérias sobre balbúrdia nas universidades públicas, espera-se que a sociedade fale ou debata sobre a temática em seus espaços de convivência (escritórios, salas de aula, família, etc).

Assim, somos capturados pela lógica que se espalha e acaba por conduzir as posturas sociais. Quando necessitamos para todas as atividades diárias da utilização do *smartphone* ou publicar nossas ações nas redes sociais e aplicativos. E, até mesmo, quando tornamos nossas ações mecanizadas conforme a utilização dos aplicativos, como sugere na Figura 26.

Figura 26- Publicação retirada do aplicativo *Instagram*



Fonte: Recorte da plataforma *Instagram*. Publicação da página de humor *sincerooficial*.

Capturados pela intermediação eletrônica, criamos e vivenciamos uma realidade que não condiz, por vezes, com a vida fora dos aplicativos. Estaríamos

vivendo como Alice? O conto “As Aventuras de Alice no País das Maravilhas”, é a obra infantil mais conhecida de Charles Lutwidge Dodgson, publicada em 1865 sob o pseudônimo de Lewis Carroll. Produzindo uma realidade alternativa?

Na atualidade, “ser” significa ser percebido e reconhecido por algum diferencial. Estamos a nos produzir e viver de “mãos dadas” com a tecnologia, ou seja, por meio de uma realidade virtual em que produzimos e conduzimos nossas expectativas de vida, criando situações e acontecimentos, ou seja, transportando para as telinhas virtuais uma espécie de simulação da vida real.

Assim, os meios de comunicação e as redes sociais possuem múltiplas facetas – a de aproximar e distanciar, e nos capturam deixando os que interagem tornando-se “infodependentes” das tecnologias. Desejamos saber o que está acontecendo com outros, assim como precisamos estar conectados e ativos tecnologicamente para também sermos vistos e percebidos.

Ball (2003, p. 216), a exemplo da política de regulação, sinaliza que é o surgimento de uma cultura de performatividade. O autor define a performatividade como “[...] uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e termina se revelando como meio de controle, de desgaste e de mudança”. Sendo assim, a educação e suas interfaces adquirem maior destaque, tendo em vista seu potencial de transmissão da cultura performática, buscando a formação de sujeitos mais produtivos, eficientes, disponíveis e que esta em permanente processo de avaliação.

A Educação Superior, nesse contexto de modulação tecnológica do comportamento social e de cultura da performatividade, tem ressignificado seus processos em vistas de estar em consonância com as novas formas de agir e ser, e o que tem se efetivado são práticas de produtividade em decorrência das metas e avaliações que envolvem os processos de gestão universitária.

Pode-se mencionar, cada vez mais, sobre um apagamento da geografia, em que as distâncias já não mais importam como antes haviam sido importantes. A ideia de uma fronteira geográfica se torna, cada vez mais, distante no contexto tecnológico e não se sustenta na sociedade da era do conhecimento global. Os espaços já deixam de representar e importar, ao menos para aqueles que, suas ações, movem-se na velocidade da mensagem eletrônica.

Assim sendo, a tecnopolítica está em como a tecnologia tem dimensão política e pode ser alterada ou influenciada por ela. Aplicativos são utilizados para

captar dados e informações, como por exemplo, na hora de aceitar o termo de condições de uso, solicitam acesso a dados que, por vezes, não seriam necessários para os determinados serviços.

Dados são vendidos ou repassados fortalecendo a uma regulação algorítmica. Para Souza et al. (2018), os algoritmos podem ser descritos como uma série de instruções para uma máquina a fim de solucionar problemas previamente definidos. São dados de entrada que possuem um produto final com base em cálculos específicos. No entanto, os algoritmos não possuem função apenas organizacional ou com propósito facilitador do uso de plataformas para os usuários. Os algoritmos vão além, possibilitando a coleta e análise de dados, o que os torna uma tecnologia importantíssima para o modelo de negócio das plataformas digitais atuais.

A vigilância, por exemplo, se incorporou a um modelo de gestão de governo e de negócios e que esta cada vez mais presente em uma cultura contemporânea, de também cuidar do outro e cuidado de si, como um modelo de exercício do capitalismo. As faces de vigilância e este modelo também respingam nos processos que envolvem a universidade e seus desafios. Para as tecnopolíticas da vigilância, tornamo-nos dados, algoritmos e códigos. Uma complexa teia de informações que nos leva as lógicas de mercado e de subjetivação. Para as tecnopolíticas não existe aqueles que decidem ou uma grande autoridade, pois elas já estão incorporadas no social, baseadas em uma condição já pré-estabelecida e pensada pelas nuances do capitalismo.

Nessa lógica, a governamentalidade⁷ algorítmica não se interessa pelo sujeito, nem pelos indivíduos. Somente contam as relações entre os dados, que são apenas fragmentados, reflexos parciais e impessoais de existências cotidianas que o *datamining* permite relacionar, o corpo estatístico produz dados para que multipliquem mais dados e, assim, obter as informações necessárias para a regulação e governo dos corpos.

Estar conectado à rede, compartilhar e interagir no mundo virtual, além de possibilitar a interatividade, comunicação e informação, também, significou fazer parte “de”, que significou para muitos sinônimos de libertação, imponderabilidade do

⁷ Ela se fundamenta no conceito de governamentalidade, em Michel Foucault, acrescido e transformado pelas funções algorítmicas. Com base na ideia de que governar é a ação de condução das ações dos outros e das coisas, estabeleceu-se uma dinâmica de cálculos baseados na observação dos fenômenos populacionais e dos fatos relacionados a estes eventos. (TELES, 2018)

poder, essa faceta assume e se caracteriza como uma extensão do corpo humano e modificou o que chamamos de relações sociais, como também os espaços que estas transitavam

Lazzarato (2014) argumenta sob a ótica de Deleuze e Guatarri a servidão maquínica, em que o indivíduo deixa de ser “sujeito individuado” e “sujeito econômico” e passa a ser uma engrenagem, parte componente do agenciamento “empresa”, agenciamento “sistema financeiro”, do agenciamento mídia, do agenciamento de “Estado de bem-estar social” e seus equipamentos coletivos (escola, *internet*, televisão, etc). O conceito de servidão significa a “pilotagem” ou o “governo” dos componentes de um sistema. Segundo o autor, um sistema tecnológico subjuga (“governa” ou “pilota”) variáveis (temperatura, pressão, força, resultado, etc) assegurando a coesão e o equilíbrio funcional do todo. Ou seja, a servidão é o modo de controle e regulação (governo) de uma máquina social ou técnica, como uma fábrica, empresa ou um sistema de comunicações.

Primeiro, e central a tudo isso, é a mudança/passagem no que diz respeito às atividades desenvolvidas pelos atores da política. Se voltarmos alguns poucos anos atrás, podemos recordar de como o jogo político se iniciava; de casa em casa os atores batiam, falavam sobre as propostas e negociações, na tentativa de capturar o voto. Na medida em que esses processos se modificaram, a publicidade é feita virtualmente, utilizando-se inclusive de *fake news*, transmissões ao vivo para o alcance de mais pessoas de uma só vez, entre outros mecanismos e dispositivos midiáticos e virtuais.

As performances – de sujeitos ou organizações – servem como medidas de produtividade ou de exibições de ‘qualidade’, ou ‘momentos’ de promoção ou inspeção. Como tal, eles representam o valor, a qualidade ou o valor de um indivíduo ou organização. (BALL, 2003, p. 216).

Deleuze (1999) afirma que as sociedades disciplinares possuem dois pólos, sendo a firma e o número de matrícula. Já, na sociedade de controle, o essencial não é uma firma nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, enquanto as sociedades disciplinares são regulamentadas por palavras de ordem a linguagem digital de controle é feita de cifras. Os indivíduos se transformaram em “dividuais”, e as massas, em amostras, dados, mercados ou bancos. Segundo essa definição, o individual corresponderia à parte do indivíduo que compõe o mundo digital e que se relaciona, por sua vez, com os dados no nível global, o rosto digital das massas.

A palavra que tem definido nos últimos anos a universidade é *insegurança*, e ela pode se evidenciar de diversas maneiras. Insegurança sobre a permanência, insegurança sobre as políticas públicas voltadas para a Educação Superior, insegurança sobre sua existência como instituição de qualidade, gratuita e laica, entre tantos outros pontos que podem ser discutidos. No entanto, apesar dos desafios e avanços de até determinado contexto histórico e temporal a universidade se constitui como um espaço crítico, de debate e resistência. A luta por ela continua, na perspectiva por melhorias e busca de espaço político que, de fato, represente este cenário tão importante para o ensino a pesquisa e a extensão no Brasil.

5.1 A INTERNET NO CONSUMO DE CONTEÚDO NO BRASIL: AS REDES SOCIAIS E SEU PAPEL INFLUENCIADOR

Figura 27- O mundo esta um desastre!



Fonte: Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/blog/arte-ao-redor/15-tirinhas-mafalda-quino/>>. Acesso em: 08 out 2020.

A *internet*, por um determinado espaço de tempo era pensada apenas como uma ferramenta e espaço de ampliação da democracia, atualmente, ela se redefine e reconfigura, visto que temos vivenciado um capitalismo da vigilância. As mídias digitais e sociais tornaram-se, além de mera comunicação entre pessoas em diferentes espaços, também, proliferação de informações e imagens que impactam e definem ações e sentidos de uma sociedade.

São incontestáveis os benefícios que a *internet* e as redes sociais geraram em âmbito global e local. Por seu intermédio, coisas incríveis foram feitas, como por exemplo, reencontro de pessoas. Familiares distantes que puderam se comunicar por meio das telas, localização de doadores de órgãos, aulas a distância para aqueles que não conseguiam frequentar e participar de aulas presenciais, materiais

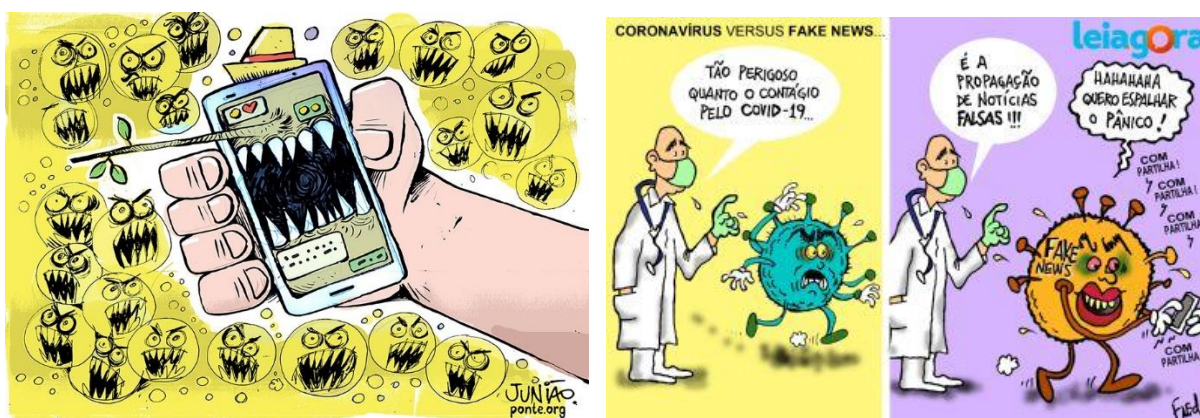
de estudo de outros países com acesso rápido a informação e pesquisas, entre muitos outros.

As primeiras redes sociais datam de meados da década de 1990, entretanto, com a popularização *da internet* a partir dos anos 2000, que este tipo de serviço de comunicação e entretenimento começou a ganhar força. Assim, as redes sociais ampliaram consideravelmente em número de usuários e, também, em sua variedade de produtos. Um mercado enorme que tem crescido cada vez mais.

A rede social se constitui numa estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns. Uma das fundamentais características na definição das redes é a sua abertura, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes (DUARTE, 2008).

No entanto, precisamos questionar: o impacto é sempre positivo? Houve mudanças significativas e sistêmicas na dinâmica familiar, escolar e no mundo inteiro. Outros pontos agora, também, entram em cena para debate, como por exemplo, o uso excessivo de aparelhos tecnológicos, vício tecnológico em redes sociais, desinformação por meio de *fake News* (Figura 28), perda da privacidade e, em alguns contextos, eleições influenciadas por manipulação de dados.

Figura 28- Charges sobre *fake News* e propagação de ódio na internet



Fonte: Disponível em: <<https://bemblogado.com.br/site/mentiras-nas-redes-alimentam-odio-amoradores-de-rua-em-sao-paulo/>>. e <<https://www.leiagora.com.br/noticia/78184/coronavirus-x-fake-news>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

Atualmente as redes não consistem apenas em pessoas e grupos sociais, mas também em artefatos, dispositivos e entidades (SANTAELLA; LEMOS, 2010), ou seja, consistem na inter-relação entre sistemas, objetos e pessoas, pois uma

rede social está sempre em uma conjuntura de atores e suas relações (SANTOS; SANTOS, 2014). Nessa direção, as redes sociais não servem mais basicamente para interação entre usuários, também disponibilizam de serviços de venda como o *Marketing Place*, por exemplo, e atualmente tem se intensificado como fonte e espaço em que os usuários buscam informações, seja sobre sua cidade, política e acontecimentos do mundo.

O grande assunto na atualidade sobre o uso de redes sociais é a manipulação, venda e uso de dados indevidamente dos usuários. As plataformas com mais dados de usuários conseguem traçar um perfil de seus usuários e, assim, tornar o processo de mercado mais atrativo para o indivíduo. Anunciantes pagam e investem mais em empresas com mais dados, por que tem a certeza que o anúncio e o produto vão chegar até o usuário.

Geralmente, são utilizadas as redes sociais gratuitas. Mas como estas empresas se mantem no mercado se não são pagas? Por meio de estratégias de marketing, anúncios e propagandas, ou seja, os verdadeiros clientes das redes sociais são os investidores e anunciantes, que pagam por nós, pelo tempo que passamos *on-line* vendo anúncios e interagindo nas redes sociais para monitorarem e traçarem um melhor perfil sobre nós.

Buscam engajamento e isto se chama de capitalismo da vigilância. Obtém lucros sobre o uso dos dados dos seus usuários. Todas as informações que trocamos são monitoradas e registradas com a finalidade de alimentar sistemas que vão fazer recomendações e indicações com base nos nossos interesses e interconectividade na *internet*.

A *Socialbakers* é uma empresa de análise e desempenho de *marketing* digital, e realizou recentemente um estudo que resultou em um relatório de tendências de mídias sociais do ano de 2019. O resultado foi que os profissionais de *marketing* podem encontrar mais oportunidades de geração de valor para os seus negócios, em termos de escala e interação do público, no *Facebook* e em seus aplicativos derivados. Hoje, a rede social e sua família de *apps* já contam com 2,27 bilhões de usuários ativos mensais, sendo, ainda, o maior local de interação com marca e consumidor.

Muitos aplicativos, por exemplo, na hora de aceitar termos e condições de uso, solicitam acesso a dados que não seriam necessários para determinada aplicação. Com o domínio de nossos dados a mão, ficamos mais suscetíveis a

exposição de informações da nossa bolha informacional, uma vez que nos é indicado aquilo que vai ao encontro dos nossos interesses, pensamentos e opiniões, mas, sobretudo, do mercado.

O tema em torno do uso das tecnologias tem se tornado ainda mais relevante, à medida que discute questões políticas e sociais. Estas esferas que têm sido pauta de muitos veículos de comunicação na atualidade. A presença e influencia das redes sociais, fruto deste período e meio técnico-científico-informacional, na sociedade e educação, buscando identificar sua importância enquanto ferramenta de comunicação e informação. Também, suas consequências são decorrentes dessa nova realidade socioespacial, refletindo alguns aspectos ideológicos, já que essas ferramentas possibilitam novas maneiras de participação na/da sociedade, permitindo troca de informações e opiniões, encontros, disponibilização e troca de fotos/arquivos, dicas, namoro, proposta de emprego etc. (SANTOS; SANTOS, 2014).

Há pontos positivos nessa relação. Cada vez mais o tempo tem se liquidificado, seja por compromissos profissionais, familiares e outras formas de ocupação. As redes sociais tem oferecido, nesse sentido, uma chance de se comunicar de maneira rápida e eficiente, especialmente quando todos os envolvidos estão familiarizados com as ferramentas disponibilizadas.

O *whatsapp*, por exemplo, é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para *smartphones*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em *Portable Document Format* - PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a *internet*, e se tornou um meio de comunicação universal. Escrever um *tweet* leva em média alguns segundos e, com a postagem cruzada, é possível redimensionar para outras redes sociais ativas no *smartphone* o que pode levar a publicação ou *post* a atingir todos que desejava alcançar e ainda mais usuários em instantes.

É evidente que, nos dias atuais, as diversas opções de *sites* de relacionamentos ocupam uma parte significativa do tempo das pessoas. É comum que ao pegar um meio de transporte público você visualize maior parte das pessoas utilizando um *smartphone* e conectadas, o público, ainda que maior parte jovens, tem crescido e se expandido para mais idades rapidamente.

Facebook, *Whatsapp* e *Youtube* são algumas das principais redes sociais (Figura 29) e também mais utilizadas no Brasil. Com elas é possível interagir com pessoas de diferentes localidades e, ao mesmo tempo, compartilhar fotos, vídeos do

que se está fazendo em tempo real, bem como busca por informações e entretenimento em plataformas de vídeo como o *Youtube*.

Figura 29- *Ranking* da utilização de mídias sociais no Brasil

TOP SOCIAL MEDIA AND MESSAGING									
Rank	Brand	For News	For All	Rank	Brand	For News	For All		
1	Facebook	54%	(-)	76%	4	Instagram	30%	(+4)	61%
2	WhatsApp	48%	(-5)	83%	5	Twitter	17%	(+2)	32%
3	YouTube	45%	(+3)	82%	6	Facebook Messenger	13%	(-2)	44%

Fonte: Reuters Institute Digital News Report, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em: 20 set 2020.

Ou seja, as redes sociais são ótimas ferramentas de comunicação e de entretenimento, elas facilitam e agilizam a nossa rotina de comunicação. No entanto, esses novos dispositivos de sociabilidade, as redes sociais, representam uma nova formação de cultura, a da cibercultura, que incita para a emergência de novas práticas culturais e comunicacionais. A cultura do *self* cada vez mais se evidencia com a possibilidade de compartilhar aquilo que se vive, em tempo real.

É preciso que o usuário encontre uma forma de equilíbrio entre a vida real e contexto *online*, tendo em mente que não é ele que está a serviço das redes sociais, e sim elas para ele, no intuito de facilitar a sua vida. O uso indiscriminado, sem se preocupar com os vícios de comportamento que elas podem oferecer é prejudicial. Logo, entender o que esses sites têm a oferecer de positivo e quais são os aspectos negativos é o primeiro passo para estabelecer o seu uso saudável. Em resumo, alguns pontos positivos das redes sociais refletem em ajudar a manter relacionamentos, mesmo à distância, facilitam possibilitam formas de expressão do que se sente e pensa através do compartilhamento de textos, fotos, vídeos; dão a oportunidade de pensar antes de reagir, o que na comunicação verbal é instantânea entre outros pontos positivos.

Alguns estudiosos afirmam que entre os pontos negativos a solidão tem se estabelecido, mesmo que com muitos amigos nas redes sociais, por vezes, não há um aprofundamento das relações; passar do tempo sem perceber, horas que poderiam ser utilizadas em outras atividades e recentemente as *fake news*, que nos

EUA já renderam grandes benefícios nas últimas eleições no Brasil parece também se estabelecer. As notícias falsas não são novidades e o contexto das redes sociais é propício para a propagação desse tipo de conteúdo. As *fake news*, as informações falsas ou ao menos distorcidas tornaram-se uma “epidemia” que percorre o mundo inteiro e que possui objetivos políticos.

O Brasil é um dos países que mais busca informações e notícias locais nas mídias sociais. Um estudo da *Digital News Report* constatou que 73% dos usuários são muito ou extremamente interessados em notícias locais, como apresenta o Gráfico 3.

Gráfico 3- Proporção de interesse em informações locais via mídias sociais



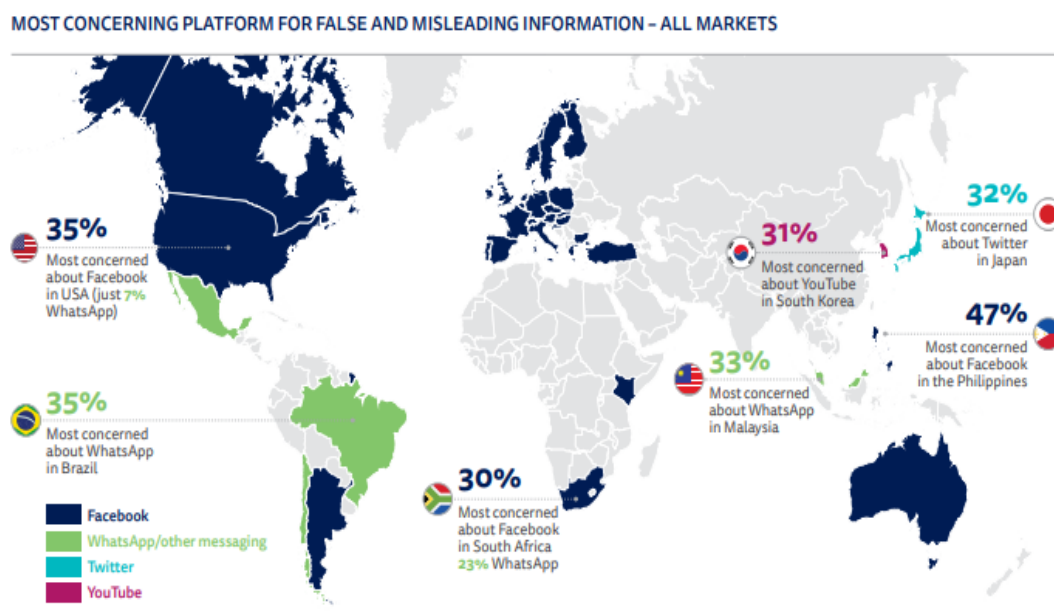
Fonte: Reuters Institute Digital News Report, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em: 20 set 2020.

No entanto, a problemática se estende, no sentido de locais de busca de informação e principalmente de informações não verificadas. Castells (2015) ressalta uma diferença fundamental entre a internet e outros meios de comunicação, como a televisão: não existe uma audiência para a rede mundial de computadores, pois não se assiste a ela; vive-se com ela.

Assim, a *web* passa a ser o “tecido de comunicação” da vida dos indivíduos, “[...] para o trabalho, para a conexão pessoal, para a formação de redes sociais, para informação, para diversão, para serviços públicos, para a política e até para a religião” (CASTELLS, 2015, p. 111). Como a *internet* passa a ser o tecido de comunicação, as redes sociais passaram a ser a principal fonte de informações sobre o contexto local e global. Nessa lógica, de acordo com os Gráficos 4 e 5, torna-se possível identificar as principais redes sociais e respectivos países com informações falsas e enganosas (*fake News*). O Brasil apresenta, segundo pesquisa

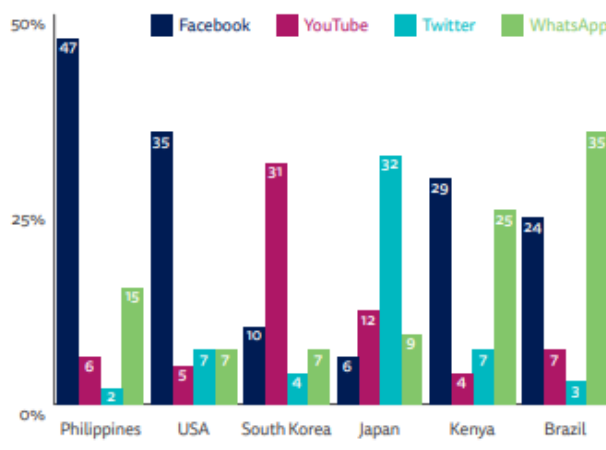
da *Digital News Report* (2020), números altíssimos quanto a propagação e verificação de notícias falsas. A temática política tem-se apresentado como um terreno fértil para a disseminação e produção de *fake News*. E alguns casos já se têm confirmado sua influência sobre eleições, informações sobre representantes políticos, instituições, entre outros que tem gerado impactos na democracia e sociedade como um todo.

Gráfico 4- Plataforma de informações falsas e enganosas em países selecionados



Fonte: Reuters Institute Digital News Report, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em: 20 set 2020.

Gráfico 5- Plataforma com mais informações falsas e enganosas por país



Fonte: Reuters Institute Digital News Report, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em: 20 set 2020.

Os brasileiros, como é possível visualizar nos dados dos Gráficos 2 e 3, consomem maior parte das notícias falsas pelo aplicativo *whatsapp*, assim, como também as espalha. Tandoc et al. (2017) em sua pesquisa, relatam que as pessoas confiam primeiramente no próprio julgamento das fontes e da mensagem para atestar a veracidade de um conteúdo. Quando isso não se mostra suficiente, buscam fontes externas. Alguns exemplos de *fake News* envolvendo a educação no Brasil, conforme Figura 30.

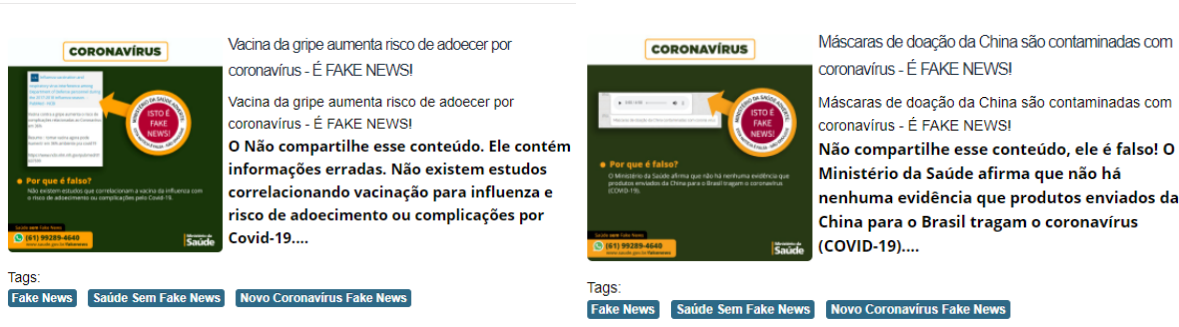
Figura 30: *Fake News* publicadas em 2019.



Fonte: Disponível em: < <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/05/20/e-fake-que-foto-mostra-estudantes-nus-em-universidade.ghtml> > e < <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/01/neste-1o-de-abril-relembre-nove-fake-news-que-marcaram-o-cenario-politico-do-brasil> >. Acesso em: 08 Out. 2020.

Tendo um potencial de compartilhamento e de viralidade muito grande, as notícias falsas podem causar grandes impactos sociais. Outros exemplos de *fake News* que estão sendo produzidas no contexto da Pandemia COVID-19 (Figura 31).

Figura 31- *Fake News* produzida no Brasil sobre COVID -19



Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/fakenews/>>. Acesso em: 12 jul 2020

A pandemia trouxe consequências para a educação também. A discussão das tecnopolíticas envolve algum tipo de exclusão, a exemplo daqueles que não tem acesso a rede de *internet* ou a aparelhos eletrônicos. Escolas e Universidades estão fechadas para aulas presenciais, sendo realizadas atividades e aulas de forma remota, por aqueles que conseguem acessar (Figura 32).

Figura 32 – Charge sobre Ensino a distância na Pandemia de COVID-19

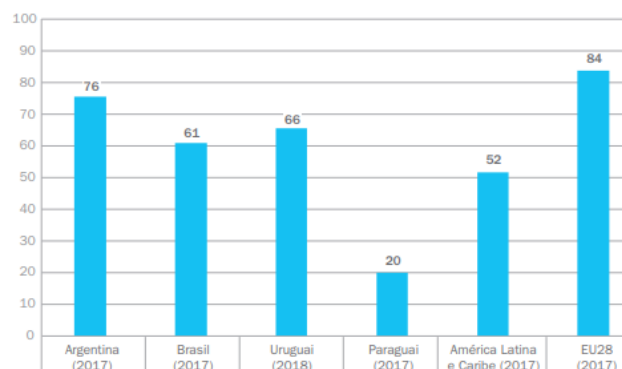


Fonte: Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2020/07/gilmar-fraga-distancia-ckcpgpnp006g014741kpfme5.html>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

Ainda é existente uma parcela da população brasileira que não possui acesso a *internet*, e que pode estar sem acesso as atividades de ensino. Nessa realidade, novamente se visualiza uma segregação daqueles que, por algum motivo, não possuem condições de assistir e participar. O Gráfico 6, mostra que, na maioria dos

países do Mercosul, mais da metade dos domicílios estão conectados à *Internet*, com exceção do Paraguai. No entanto, o desafio ainda é grande para a universalização do acesso.

Gráfico 6- Proporção de domicílios com acesso à *Internet*. Estados Partes do MERCOSUL, América Latina e Caribe e União Europeia (%)



Fonte: Elaborado por Grupo Agenda Digital (GAD), com base nos dados da União Internacional de Telecomunicações – UIT (2018); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (2018); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2018).

Ainda há o que avançar em comparação com a proporção de domicílios com acesso à *Internet* na União Europeia (UE) e demais países. No entanto, embora haja muitas problemáticas com as tecnologias e mídias sociais, elas, em meio à pandemia de COVID-19 foram cruciais em algumas circunstâncias, inclusive para a Educação.

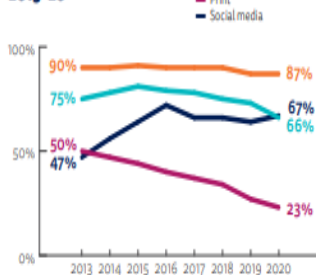
Foram fonte de notícias e informações sobre os acontecimentos do Brasil e mundo, sobre as experiências com o vírus, as pesquisas em outros países, possíveis medidas e tratamentos. Também, aproximando distâncias com o isolamento social e mantendo pessoas conectadas e em diálogo com familiares, parentes e amigos. Maior parte da circulação de notícias e de comunicação foi *online* e via celulares, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7- Fonte de notícias e dispositivos e aparelhos utilizados

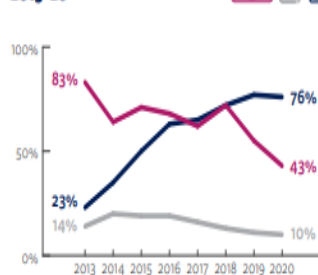
CHANGING MEDIA

For the first time since the survey started, social media overtook television in terms of media consumption for news. Smartphone news use is stable, while the use of computers declined. Print readership has halved since 2013 and the COVID-19 crisis is likely to hit the sector hard.

SOURCES OF NEWS 2013-20



DEVICES FOR NEWS 2013-20*

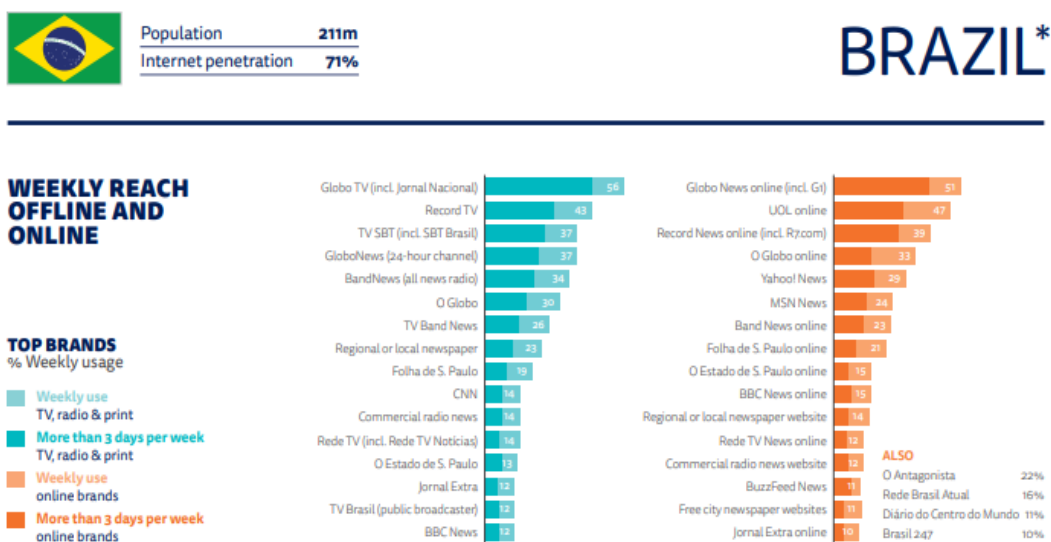


*2018 figures for computer use were likely overstated due to an error in polling.

Fonte: Reuters Institute Digital News Report, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em: 20 set 2020.

Nesta mesma pesquisa, pode-se constatar que as notícias mais buscadas são as notícias políticas. No Brasil, como mostra o Gráfico 8, representa o consumo de notícias no país, que é feito majoritariamente de forma *online* por mídias sociais e o principal aparelho utilizado atualmente é o smartphone. O número de telespectadores, cada vez mais apresenta uma escala decrescente. No Brasil segundo o relatório Internet, Desinformação e Democracia do Comitê Gestor da Internet no Brasil, apontam que 76% da população é usuária da rede, sendo que quase a totalidade (97%) tem acesso via telefone celular.

Gráfico 8- Redes de TV, rádio e sites de notícia no Brasil.



Fonte: Reuters Institute Digital News Report, 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em: 20 set 2020.

O canal de TV ainda mais assistido é a Rede Globo de televisão e se configura como a principal fonte de informações televisiva no Brasil. Também, é o principal *site* de publicação e acesso a informação no país. Cabe destacar que, grande parte das informações publicadas por *sites* de notícias e informações também são compartilhadas e publicadas pelas redes sociais, se transformando em uma grande rede de compartilhamento. O número de internautas e telespectadores, ainda, se apresenta muito próximo a uma crescente de usuários que tem se intensificado nos últimos anos muito rapidamente, podendo chegar ao número equivalente de acesso a TV ou até mais.

5.1.1 Facebook

A rede social *Facebook*, de acordo com informações disponibilizadas na plataforma da própria empresa, é um site de rede social que nasceu em 2004 através dos estudantes da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos: Mark Zuckerberg, Chris Hughes, Eduardo Saverin e Dustin Moskovitz. O theFacebook.com foi inspirado no Facemash, idealizado por Zuckerberg em 2003.

Figura 33- Logomarca do Facebook



Fonte: Disponível em: <<https://vetus.com.br/universidade/aprenda-a-criar-uma-pagina-no-facebook/>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

Com essa ferramenta, os estudantes da Universidade poderiam colocar fotos em perfis individuais e, assim, se relacionarem. O theFacebook.com já contava com um milhão de usuários em 2004 e passou a ser chamado Facebook.com em 2005. Em 2006 a rede teve alcance mundial e começou a aceitar qualquer usuário e

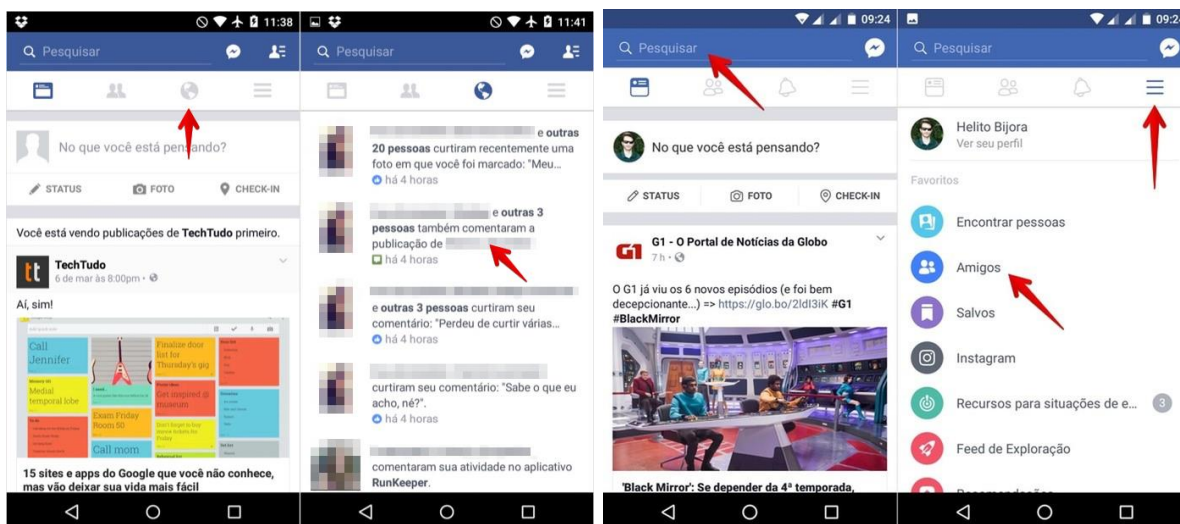
empresas. Em 2007, com cerca de 60 milhões de usuários, tornou-se possível publicar anúncios e divulgar vídeos. Naquele mesmo ano as pessoas também puderam interagir pelo celular, por meio do aplicativo lançado para *smartphones*. Em 2008 disponibilizaram o bate-papo em 28 que é possível trocar mensagens em tempo real. Uma nova interface foi adotada em 2009. (OLIVEIRA, 2016)

Ainda em 2009, o botão “curtir” foi disponibilizado, algo que já é visto como um símbolo característico da empresa. Em 2016 disponibilizam a ferramenta “*live*”, o que tornou possível a transmissão de vídeos ao vivo. Atualmente, há cerca de 1,6 bilhão de contas ativas por mês espalhadas pelo mundo. No Brasil, a estimativa é de 99 milhões; vale lembrar que esses números não necessariamente correspondem ao quantitativo real de pessoas, visto que existem contas gerenciadas por “robôs” - perfis administrados por um único usuário ou grupo. (OLIVEIRA, 2016)

Oliveira ressalta que, o criador uma conta no Facebook, ao disponibilizar no cadastro o endereço de *e-mail* e senha, passa de fato a fazer parte da rede na medida em que aceita amigos e é aceito por eles. Com isso, o usuário pode visualizar no mural de notícias (ou *feed* de notícias) as principais publicações feitas pelos contatos que formam a “lista de amigos”. As fotos, vídeos e demais postagens do sujeito ficam visíveis na página do próprio perfil. Forma-se, assim, um histórico (linha de tempo) que poderá ser conferido pelos amigos ou por qualquer outra pessoa (caso a configuração para acesso seja “público”, em vez de “amigos” ou “somente eu”).

Com o intuito de filtrar a grande quantidade de conteúdos publicados a todo o momento por perfis pessoais e corporativos, o *Facebook* utiliza um sistema de algoritmo para direcionar temas que, supostamente, estejam mais de acordo com os interesses do usuário. Assim, para que informações publicadas ou compartilhadas cheguem até o *feed* de notícias de alguém, a máquina de programação avalia a frequência com que o sujeito tem interagido com amigos, páginas ou grupos através de curtidas, compartilhamentos e comentários. Alguém que publica uma notícia na própria linha de tempo, por exemplo, poderá ter o material visualizado e, conseqüentemente, compartilhado somente pelos seguidores que possui (Figura 34).

Figura 34 – Páginas Facebook



Fonte: Disponível em: < <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/02/como-excluir-pessoas-da-sua-lista-de-amigos-do-facebook.html>>. Acesso em: 08 Out. 2020.

A depender da configuração, o *post* poderá também ser visualizado e compartilhado por qualquer um que vier a acessar o perfil do sujeito. Por sua vez, o alcance desta informação não chega a todos os contatos que compõem a rede, pois isso também vai depender da programação adotada pelo *Facebook*, que tem como função definir a distribuição e a prioridade de conteúdos para os atores (nós). Para isso, como já foi explicado, leva-se em consideração vários fatores (como a frequência de interação), que podem ser identificados a partir dos rastros deixados em uma simples visita em algum perfil ou ações mais perceptíveis como curtidas, comentários e compartilhamentos.

Comunidades de associação ou filiação em redes sociais na *Internet* podem aparecer como páginas de eventos, grupos “abertos”, “fechados” ou “secretos”, e ocorrem quando perfis se agrupam em torno de uma identificação em comum. Tais comunidades são formadas a partir de uma interação social reativa (quando os atores solicitam acesso e são aceitos por haver algum tipo de convergência). Segundo Recuero (2009), esse primeiro contato com o grupo não pressupõe interação direta entre os participantes. Porém, podem suceder laços dialógicos ou mútuos através da interação que surge dentro da comunidade por meio de troca de informações, comentários e conversas, mesmo que os envolvidos não tenham amigos em comum. Assim, a comunidade preexiste à interação social mútua, e esta é uma decorrência daquela. Granovetter (1973), porém, lembra que muitos dos laços que se formam são fracos, pois não contêm interações com intimidade, reciprocidade ou mesmo confiança.

O processo de difusão de informações na rede é permeado pela repercussão que ela causa, na forma com quem as notícias e opiniões são avaliadas através de discussões e debates. Quem compartilha uma postagem no *Facebook* pode expressar um posicionamento em forma de comentário positivo, informativo ou negativo em cima do material que agora passa a diante através de uma rede que vai se estendendo. Na Figura 35 apresenta-se um exemplo de difusão e debate dentro da Rede Social *Facebook*.

Figura 35- Captura de tela publicação MEC sobre Guia de retorno as aulas.



Fonte: Facebook.com – página do Ministério da Educação.

A difusão de informações nas redes sociais carrega consigo diversos posicionamentos que repercutem de diferentes maneiras, a publicação realizada pelo Ministério da Educação sobre o guia com orientações de retorno às aulas, é um exemplo de diferentes perspectivas sobre determinado contexto e situação. Estão presentes discursos de apoio ao retorno, bem como, contrários ao documento.

Tópicos e postagens também abrem espaço para a construção de novas perspectivas. As redes sociais na Internet podem ser eficientes para deflagrar, espalhar e rediscutir informações que sejam consideradas interessantes pelos seus membros. Contudo, os mecanismos que motivam os atores sociais para tanto é bastante individualizado e depende do que cada um entende como relevante para si. (OLIVEIRA, 2016).

5.1.2 Instagram

Instagram é uma rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários (Figura 36), que permite aplicar filtros digitais e compartilhá-los em uma variedade de serviços de redes sociais, como *Facebook*, *Twitter*, *Tumblr* e *Flickr*. Originalmente, uma característica distintiva era a limitação das fotos para uma forma quadrada, semelhante ao Kodak Instamatic e de câmeras Polaroid, em contraste com a relação a proporção de tela de 16:9 tipicamente usada por câmeras de dispositivos móveis. Contudo, desde a versão 7.5, lançada em agosto de 2015, podem ser enviadas mídias em qualquer proporção. Os vídeos foram permitidos na rede em junho de 2013, com um limite de 15 segundos e uma resolução fixa de 640x640; desde julho de 2015, permite-se o envio de vídeos em 1080p, e pode-se também publicar gravações de até 60 segundos, desde janeiro de 2016.

Figura 36- Logo do *Instagram* e dispositivos disponíveis



Fonte: Disponível em: <https://br.freepik.com/vetores-gratis/instagram-fundo-em-cores-gradientes_2415888.htm>. Acesso em: 08 Out. 2020.

Segundo Piza (2012) o aplicativo *Instagram* surgiu para o público no dia 6 de outubro de 2010. Foi desenvolvido pelos engenheiros de programação Kevin Systrom e o brasileiro Mike Krieger, em que possuía como objetivo resgatar a nostalgia do instantâneo cunhada ao longo de vários anos pelas clássicas Polaroids, câmeras fotográficas de filme, cujas fotos revelam-se no ato do disparo.

É gratuito, o que permite que o seu acesso seja facilitado. O indivíduo cria um nome de usuário, que deverá ser único e passara a identifica-lo na comunidade virtual e permitirá a postagem de fotos, bem como ter acesso aos perfis de outros usuários, possibilitando a interatividade. (PIZA, 2012)

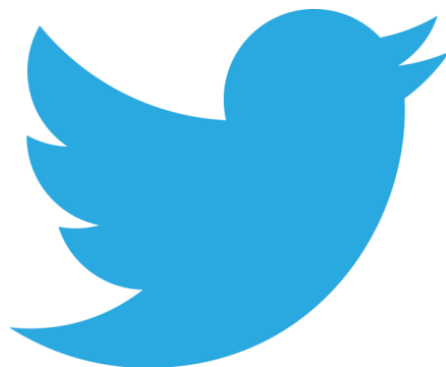
5.1.3 *Twitter*

Russel e Rosa (2012, p. 275) fazem uma observação interessante em relação ao Twitter, considerando o site como “[...] uma espécie de comunicação pública boca a boca potencializada pela conectividade tecnológica”. De acordo com texto do site do próprio Twitter: “As pessoas acessam o Twitter para descobrir o que está acontecendo no mundo neste exato momento, compartilhar informações instantaneamente e se conectar com pessoas e empresas do mundo todo” (TWITTER, 2017).

Criado no ano de 2006, o Twitter é considerado um microblog – por permitir postar mensagens com no máximo 140 caracteres – e também um site de rede social – porque possibilita a conexão entre as contas (de pessoas físicas ou organizações), permitindo “seguir”⁴⁷ outros usuários. As mensagens publicadas são chamadas de tweets, e os retweets são as mensagens compartilhadas de outro usuário. Proporciona ainda interação textual, a qual pode se dar a partir de comentários públicos nas postagens e por mensagens privadas (chamadas de mensagens diretas).

O *Twitter* (Figura 37) é uma rede social conhecida como microblog. Você pode publicar textos com até 140 caracteres – além de fotos, vídeos e links sobre o que você está fazendo, onde está, informações sobre o trânsito ou a sua opinião sobre um assunto em caráter de tempo real do microblogging, sua dinâmica móvel de uso e ao alcance das mensagens publicadas.

Figura 37- Logo do Twitter



Fonte: Disponível em: < <https://help.twitter.com/pt/using-twitter/how-to-tweet>>. Acesso em: 08 Out.2020.

O *Twitter*, site de rede social gratuito no qual os usuários escrevem mensagens de até 140 caracteres (*tweets*), que são enviadas para seguidores (*followers*) que optaram por receber o conteúdo. Um *tweet* permite a adição de texto, imagem, vídeo, links e também *hashtags*, que são palavras ou frases precedidas pelo símbolo #, que converte o texto em metadado. Usar as *hashtags* permite a indexação de determinada temática, visando à verificação quantitativa e a compreensão qualitativa das informações do restante do conteúdo do *tweet* que está associado a elas.

A dinâmica de uso do Twitter inclui ainda *retweets* (ou RT, que é a replicação do conteúdo de terceiro para a rede de seguidores do usuário, que pode agregar ou não novo conteúdo), *reply* (resposta), *mentions* (citação de determinado usuário no texto de um *tweet*), *likes* (quando o receptor “curte” o conteúdo recebido), *blocks* (quando um usuário bloqueia outro, que não poderá mais receber seu conteúdo nem contatá-lo), *listing* (incluir o emissor em listas temáticas criadas pelo receptor para organizar o conteúdo), *Direct Messages* (ou DMs, são mensagens privadas para um usuário ou grupo).

Atualmente a mídia social mais rápida, simples e econômica, pela qual circula todo o tipo de informação, notícias, ideias, eventos, boatos, materiais multimídia, etc., emitidos a partir de qualquer ambiente profissional ou outras mídias sociais em tempo real. Assim, no Twitter cruzam tanto os meios profissionais da comunicação social (televisão, jornais, revistas, rádio etc.) quanto qualquer outra mídia social (Facebook, Instagram, Youtube, Flickr, blogs, fóruns etc.), parte de um vasto registro de tipos de perfis de usuário (indivíduos, ONGs, instituições governamentais, meios

de comunicação, grupos de pressão, os periódicos científicos, empresas, marcas etc.) (GARCIA, DALY E SUPOVITZ, 2015, p. 57, tradução nossa).

5.1.4 *Whatsapp*

O WhatsApp (Figura 38) foi fundado em 2009, nos Estados Unidos, por Brian Acton e Jan Koum. Nascido como uma alternativa para as mensagens via Short Message Service - SMS, o aplicativo se consagrou em todo o mundo como uma das plataformas de comunicação mais populares entre os usuários. Em fevereiro de 2014, o *WhatsApp* foi comprado pelo *Facebook*, mas continua operando como um *Application APP* independente.

Figura 38- Logo *Whatsapp*



Fonte: Disponível em: < <https://dtmstudio.com.br/DTM/rtpwhatsapp01/whatsapp-logo-03/>>. Acesso em: 08 out. 2020.

Com o rápido crescimento da ferramenta, o *WhatsApp* vem investindo nos últimos anos em melhorias e na adição de novos recursos. Hoje, o aplicativo é gratuito e oferece aos usuários serviços de mensagens de texto e áudio criptografadas, chamadas de voz e vídeo, envio e recebimento de diversos tipos de arquivos, além do compartilhamento de localização entre os usuários.

Focado em sua missão de "[...] possibilitar que as pessoas se comuniquem sem barreiras em qualquer lugar do mundo", o *WhatsApp* tem, atualmente, mais de 1 bilhão de usuários e está presente em mais de 180 países. Ainda de acordo com a companhia, todos os dias são enviadas 55 bilhões de mensagens, 4,5 bilhões de fotos e 1 bilhão de vídeos através do app (CANALTECH, 2020). Gutiérrez-Rubí (2015) destaca que os grupos presentes no *WhatsApp* relacionam indivíduos

construindo comunidade de interesses, mas que também promove ação autônoma e criativa dos usuários.

Desde então, vem passando por várias atualizações nas suas funcionalidades. Em apenas quatro anos de existência ele cresceu mais que o *Facebook* e seus números de penetração em diferentes países aumentam exponencialmente (GUTIÉRREZ-RUBÍ, 2015). Não por menos, em fevereiro de 2014, o *Facebook* anunciou a compra do aplicativo por 16 bilhões de dólares.

6 A LIQUÍDEZ DAS TECNOPOLÍTICAS E CONTEXTOS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISES DE DISCURSOS POLÍTICOS NAS MÍDIAS SOCIAIS

Figura 39 - Tirinha Mafalda “Política”



Fonte: <https://descomplica.com.br/artigo/aprenda-com-as-tirinhas-da-mafalda-sobre-politica-e-cidadania/453/>

Nas ciências sociais e humanas não há uma forma de realizar a análise que seja universal. Ela depende sempre do contexto social e cultural de produção, por isso e com base nos estudos do linguista francês Patrick Charaudeau, professor da Universidade de Paris-Nord e fundador do centro de Análise do Discurso (AD) e, em seus escritos sobre Análise do Discurso e a Teoria Semiolinguística, se escolheu esta vertente escolhida para conduzir este trabalho, levando em consideração sua adequação a temática da produção.

No Brasil, segundo Sobrinho, Oliveira e Santos (2019) existem dois lados em um: os bolsonaristas, produto da atual onda conservadora mundial, ligada à extrema direita, com interesses e práticas neoliberais de Estado mínimo; de outro, a direita progressista e/ou a centro-esquerda, defensoras do Estado democrático e da garantia do acesso à educação como forma de desenvolvimento social e econômico. No entanto, para este capítulo, serão apresentados dados que têm conduzido perspectivas de futuro para o país no governo e cenário atual, partindo do pressuposto de que se torna quase que impossível separar a análise que se quer dar ênfase quanto as tecnopolíticas e mídias sociais das ideologias governamentais, entre outros aspectos.

Assim, este capítulo tem por objetivo analisar os dispositivos e respectivos contextos de transformação midiática, a partir de seus discursos e impactos na

produção de sentidos sobre as universidades federais no Brasil, trazendo suas interfaces e relações frente aos contextos emergentes na Educação Superior.

De acordo com o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (2008), em suas concepções, decorre de uma metáfora em que colocam em contraste as formas de vida dos diferentes tempos vivenciados pela sociedade, trazendo o conceito de sólido como o que tem forma definida; é estável e duradouro. O líquido, segundo o autor, não possui uma forma definida; está em contínua transformação, é instável, efêmero e passageiro, entre outras características.

Bauman (2008) menciona a modernidade sólida que se estabelece com a revolução industrial e a revolução francesa principalmente, e problematiza como as estruturas políticas, sociais e econômicas, bem como as relações sociais foram se dissolvendo no decorrer dos tempos. Para o autor, na sociedade sólida, buscava-se criar novos sólidos para um modelo de sociedade por meio dos ideais iluministas, mas na segunda metade do século XX, ocorre a decepção com os novos modelos sólidos criados na modernidade, gerando a crise de democracia representativa, estado x nação, e a incapacidade de o mercado lidar com as desigualdades, entre outros acontecimentos.

A pós-modernidade, marcada pelos fenômenos sociais da globalização, individualização e avanços das tecnologias de comunicação, é tensionada por Bauman que defende a ideia de não termos chegado a uma pós-modernidade e, sim, ainda, estarmos em uma modernidade, sendo que a mudança que aconteceu foi que derretemos os sólidos, tornando, então, o que o autor chama de “modernidade líquida”.

Bauman (2008) utiliza a metáfora do líquido substituindo o conceito de pós-modernidade e, também, para exemplificar que o mesmo não consegue manter sua forma, a não ser que seja forçado artificialmente, ou que seja inserido em um recipiente e, caso contrário, ele derramaria e vazaria. Tudo, no mundo líquido está em constante mudança, ou seja, um mundo sem forma definida. Para o autor, a vida líquida é uma vida vivida em condições de “incertezas constantes”.

Nessa direção, percebe-se que uma nova face da política tem se evidenciado no Brasil, trazendo novos contextos e perspectivas para a Educação Superior brasileira, retratados/as em condições de incerteza e desafios rearticuladores da cultura organizacional em seus tempos, espaços e práticas institucionais e socioeducacionais. A gestão, os sujeitos e processos que envolvem as

universidades passaram a estar sob alvo de debate efervescente no contexto político e social. Representações políticas e públicas manifestam-se a respeito dos seus interesses e crenças produzindo e reproduzindo discursos que constroem as narrativas sobre as universidades no Brasil e, também, que conduzem a rumos futuros das universidades.

Mauês (2019, p. 20) retrata as novas facetas da Educação Superior, utilizando-se dos estudos de Bianchetti e Sguissardi (2017):

A educação superior brasileira vem sofrendo as influências da mundialização do capital, tendo, ela própria, se tornado uma mercadoria. Bianchetti e Sguissardi (2017) tratam da questão, evidenciando que esse nível de ensino está sendo “sacrificado no altar do mercado” e que “o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado” (subtítulo do livro). Os autores analisam a mercantilização do ensino superior e utilizam o neologismo commoditycidade para explicitar melhor o que vem acontecendo com o ensino superior em geral, trazendo dados que evidenciam o fenômeno no Brasil. Para Bianchetti e Sguissardi, a commoditycidade significa que as instituições de ensino superior adquiriram as características típicas de empresas mercantis, isto é, que visam lucro. Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 76) analisam a expansão do ensino superior brasileiro, indicando que ela ocorreu não apenas pela via privada, como já demonstrado em outra parte deste texto, mas também se deu pela via privada mercantil, ou ainda, pelo “público-quase-privado”. Essas afirmações são respaldadas pelos dados trazidos pelos autores no que se refere, sobretudo, mas não só, às fusões de instituições, à formação de monopólios, as empresas privadas que passam a negociar a mercadoria educação na Bolsa de Valores.

Ou seja, a capacidade produtiva da universidade é colocada em xeque (mais uma vez as facetas do Neoliberalismo imperando sobre o capital cultural que se produz e é produzido nestes espaços), em seus processos orçamentários públicos, programas, editais, licitações, eleições, entre outros aspectos que envolvem ações educacionais que se relacionam com ações de inclusão social, gênero, sexualidade, pesquisa e pós-graduação, etc.

Publicações, decretos, programas tornam-se verdadeiros dispositivos de reprodução de uma teia discursiva que está a serviço das propostas de “contingenciamento”, “reestruturação”, “segregação” e “modernização da cultura organizacional” das Instituições de Ensino Superior públicas. São, por exemplo, propostas de programas que prometem “modernizar” os espaços e práticas universitárias, trabalhando na perspectiva do “Estado mínimo”, e, portanto, caracterizam os aspectos fundantes das muitas “intervenções” e ações político sociais que tem se proliferado na educação superior no Brasil.

A exemplo, no dia 30 de setembro de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.502, que institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida” (Figura 41). Tal política, retoma escolas e classes especializadas, em retrocesso à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A política na perspectiva da educação inclusiva constitui-se um movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008).

Figura 40 - Captura de tela do *Twitter*



Fonte: [Twitter.com/mribeiroMEC](https://twitter.com/mribeiroMEC)

“Hoje celebramos mais uma vitória. O lançamento da Política Nacional de Educação Especial: equitativa e inclusiva ao longo da vida, a Política Nacional de Educação Especial PNEE, representa um passo significativo desse governo rumo a um país mais justo e com igualdade de oportunidades”, afirmou a primeira-dama da República e presidente do Conselho do Programa Pátria Voluntária, Michelle Bolsonaro, durante a solenidade de lançamento da política no Palácio do Planalto (<http://portal.mec.gov.br>, 2020). Também, destacou o atual Ministro da Educação, Milton Ribeiro:

Um dos princípios norteadores desta política nacional é a valorização das singularidades e do direito do estudante e das famílias no processo de decisão sobre a alternativa mais adequada para o atendimento educacional especializado. Este princípio está materializado, de forma inconfundível, na criação das escolas e classes bilíngues de surdos. Outras escolas e classes especiais para atendimento de outras demandas também são contempladas. (<http://portal.mec.gov.br/>, 2020)

Quando o emissor diz “celebramos mais uma vitória” há uma produção de sentido preconcebida, antes de saber do que se trata já o é informado como uma vitória do ponto de vista do emissor. Ou seja, uma estratégia linguística que procura produzir efeito de contentamento antes do leitor/ouvinte saber do que se trata. Como uma condicionante que constrói sentido a um ato de pensamento e memória.

São existentes leis, decretos e declarações nacionais e internacionais que direcionam as práticas de inclusão no Brasil atualmente e que asseguravam como um direito da criança com deficiência. Muitos problemas ainda são evidentes e que em alguns casos dificultam esse processo, como por exemplo: formação para os professores, infraestrutura e acessibilidade, investimento em profissionais especializados, entre outros.

A “nova política” de Educação Especial: equitativa e inclusiva ao longo da vida (2020) flexibiliza o que antes era direito quanto a matrícula e frequência em uma escola comum, viabilizando o retorno das classes especiais de ensino. A nova política exige a responsabilidade e transfere aos pais que agora terão a “liberdade de escolher” entre a classe especial e a escola regular.

Outro ponto a ser debatido no Decreto nº 10.502/2020 é o financiamento destas instituições especializadas, que não estão previstas na rede pública de ensino. Seria então, mais uma forma de mercantilizar a educação por de parcerias públicas privadas? Na página do *Facebook* do Ministério da Educação, também consta notícia sobre esta política, de acordo com a Figura 41:

Figura 41- Tela do *Facebook* do Ministério da Educação



Fonte: Facebook.com – Página do Ministério da Educação.

Percebe-se no discurso de ambos os atores políticos a noção de *logos*, que se refere a argumentação. A estratégia de *logos* é referir-se ao uso que o político faz da argumentação. Para Charaudeau (2008), não se trata tanto de desenvolver um raciocínio lógico com abordagem explicativa ou demonstrativa que tende a elucidar ou fazer existir uma verdade, mas de demonstrar a força da razão. Apoiando-se em crenças fortes, supostamente partilhadas, e reforçá-las apresentando argumentos destinados a produzir um efeito de prova. Isso é também presente, nos comentários da postagem com um discurso já enraizado.

Diante desta realidade, se evidenciam *contextos emergentes* a serem estudados e debatidos, entre eles o da *priorização de determinados espaços em detrimento de outros* ou de *políticas que não viabilizam o bem social comum*, na perspectiva da não universalização do acesso, permanência e conclusão dos estudos na Educação Superior a todos e todas.

Além da diversificação, a partir das demandas e contextos que configuram atualmente a sociedade, como também a inter-relação com as metas e “orientações” dos organismos multilaterais, é existente uma face de influência no delineamento de políticas educacionais as quais estão sendo rearticuladas por atores partidários e por ações norteadoras e formuladoras de posições discursivas para enxugar a “máquina pública” e, nesse sentido, diminuir o contingente de investimentos na Educação Superior brasileira pública. Muitos debates têm se efetivado e confrontado

via espaços midiáticos, nas próprias instituições, espaços familiares e públicos e, sobretudo, tem apresentado resultados de impacto elevado no que tange a caracterização de um espaço institucional educacional que é público, de qualidade e laico.

A universidade pública é uma instituição social que busca na sociedade referências normativas e valores, a fim de definir uma universalidade que lhe permita responder as contradições impostas pela divisão social e política vivenciada pela sociedade (CHAUI, 2003). Ou seja, é um veículo de produção científica e cultural, de transformação e de emancipação social. Daí se constituir perigosa a instituição universidade para determinados vieses ideológicos e político-partidários, pois, certamente, por si só se constitui mecanismo de construção de cidadania e conscientização social e política.

Nessa lógica, os tempos líquidos de Bauman (2008) provocam uma mudança nas percepções de tempo, sendo que a fluidez das coisas muda tão rápido que quase se torna impossível um planejamento em longo prazo. Um tempo fragmentado e pulverizado, imbricado a desafios no contexto universitário, como por exemplo o anúncio de *Contingenciamento da Educação Superior*, em que no dia 23 de abril de 2019, submeteu algumas instituições a um bloqueio orçamentário de 30%, sob argumento de “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas” – fala do então Ministro de Educação Abraham Weintraub (Figura 42).

Figura 42 – Publicação sobre contingenciamento nas Universidades públicas

Publicidade

MENU CAPA GZH

GAÚCHAZH.
EDUCAÇÃO E TRABALHO

ENTRAR ASSINE

ENSINO SUPERIOR

Justiça Federal decide que MEC pode contingenciar verba de universidades federais

União ponderou que o contingenciamento não significa anulação de verba e destacou que não cabe ao Poder Judiciário tratar de políticas públicas

Fonte: Revista Eletrônica Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

Quando o discurso disseminado produz um regime de verdade sobre o que configura uma instituição pública de ensino? Assim, torna-se necessário compreender a universidade pública como uma instituição social destinada a atender demandas de uma sociedade que lhe legitima e lhe confere autonomia perante outras instituições (CHAÚÍ, 2003).

“Em vez de...” dá o tom que as instituições não têm cumprido com seu papel social de formação, a tentativa de convencimento do enunciador apresenta uma atitude denunciativa ao ressaltar um contraste, de um bom desempenho para uma suposta “balburdia” que pode estar sendo feita com dinheiro público.

A matéria produz um “sentido público” quanto aos recursos “não existentes” para a Educação Superior, no dia 17 de julho de 2019, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma proposta de programa de autonomia financeira da educação superior. Esta proposta formulada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC), prevê uma legislação específica para o programa Future-se, bem como altera ou regulamenta 17 outras leis brasileiras.

A transmissão pública, ao vivo, via redes sociais apresentou uma série de luzes e imagens que representam o que chamam de “futuro” tecnológico para a, então, chamada modernização da atual gestão do MEC. Entre as palavras-chave demonstradas na apresentação, estão: “O Brasil não vai ficar de fora”, “é tempo de inovar”, “sustentabilidade”, “governança”, “parceria com setor privado”, “capital estrangeiro”, “produtividade”, entre outras que demonstravam que as universidades públicas brasileiras estão ultrapassadas, são inoperantes e somente trazem despesas para o Brasil.

Estas palavras estão fortemente ligadas à produtividade e à performatividade, que, segundo Ball (2003), as performances, sejam elas de sujeitos ou organizações, servem como medidas de produtividade ou de exibições de ‘qualidade’, ou ‘momentos’ de promoção ou inspeção. Como tal, eles representam o valor, a qualidade ou o valor de um indivíduo ou organização. Conforme Maués (2019, p. 23-24):

Silva Júnior (2017, p. 124) informa que a concepção dos Estados Unidos sobre universidade é a chamada Universidade de Classe Mundial que produz um “novo tipo de conhecimento”, orientado pela economia mundializada, ou nova economia, no sentido de que tem como característica a predominância financeira (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 35).

Este autor chama a atenção para o que vem ocorrendo nas universidades, isto é, o estabelecimento de “relações entre a educação superior e a MAUÉS, O. C. Ensino superior na ótica dos organismos internacionais Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 13-30, mai./jun. 2019 23 predominância financeira”, como “característica da economia globalizada” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 118). Pode-se fazer um paralelo entre o que Silva Júnior chama de nova economia e a sociedade da economia ou sociedade do conhecimento abordada neste texto. Isto porque essas expressões, cunhadas e utilizadas a partir da segunda metade do século passado e com maior intensidade no século XXI, remetem para as mudanças que estão sendo exigidas e já ocorrendo nas instituições de ensino superior, quais sejam, a produção de conhecimento “matéria-prima, passível de ser transformado em produtos, processos e serviços” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 127). Para essa “nova” universidade atingir o objetivo da economia do conhecimento, ou da “nova economia”, tem necessidade de modificar seus objetivos, missões, formas de gerenciamento e avaliação, buscando uma modelagem mais próxima ao perfil do mercado, adequando-se ao que se vem denominando de Universidade de Classe Mundial, em uma lógica que privatiza o conhecimento e busca uma relação que mercantiliza o saber.

Nessa direção, por exemplo, o programa Future-se (Figura 43) possui três eixos, que são eixo gestão, governança e empreendedorismo; eixo internacionalização. Entre os pontos elencados, destacam-se dois: (1) propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades; (2) autorizar *naming rights* (ter o nome de empresas, patrocinadores e patronos) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com ajuda do setor privado. (BRASIL, 2019).

Figura 43 – Apresentação do Future-se



Fonte: Google imagens. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-retira-clausula-que-vinculava-adesao-ao-future-se-reducao-de-gasto-com-pessoal-24021839>>. Acesso em: 11 dez 2019.

O Future-se utiliza de estratégias do *Pathos*, uma vez que o político faz o uso de sentimentos para seduzir os membros de determinadas instâncias a apoiarem o seu projeto político. O *pathos* é um discurso que produz efeito. Ao comentar “O Brasil não vai ficar de fora” ou “é tempo de inovar”, além de mostrar que precisamos estar dentro de uma lógica maior, o próprio nome já prenuncia que “precisamos” de uma atualização do ponto de vista dos atores políticos, produzindo o desejo de inovação e qualificação em detrimento do que já existe.

O primeiro eixo *gestão, governança, pesquisa e inovação e empreendedorismo* prioriza promover a *sustentabilidade financeira*, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos, e tem como objetivos: estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa, criar *ranking* das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos; gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPP); propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades e autorizar *naming rights* (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com ajuda do setor privado. (BRASIL, 2019).

A palavra sustentabilidade tem se destacado nos últimos anos, e principalmente tem ganhado potência, tendo em vista que é recorrente nos documentos internacionais e nacionais, com isso trazendo mais visibilidade para a palavra. É necessário ter cuidado ao tratar do assunto sustentabilidade; esta emergência situacional muito tem a ver com aspectos e interesses econômicos.

Mohr (2017) conduz a refletir que o discurso da *sustentabilidade* emerge significativamente relacionado as questões do meio ambiente nas últimas décadas e desenvolvimento social. Atualmente, ela tem se tornado palavra-chave para ações de desenvolvimento e solução de problemas de diferentes ordens, sendo assim pronunciada indistintamente por diferentes sujeitos e assumindo múltiplos sentidos. A autora, também, destaca que este discurso surge como substituição para desenvolvimento econômico, produzido e difundido por países centrais ao capitalismo, como Estados Unidos – no contexto da Guerra Fria.

O eixo *pesquisa e inovação*, tem como ideia instalar centros de pesquisa e inovação, bem como parques tecnológicos, como se nas universidades públicas isso

já não existisse, fazendo com que a população passe a entender que haverá uma nova estrutura de pesquisa nas IES públicas jamais vista. Destaca-se “[...] aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados de quem tiver ideias de pesquisa e desenvolvimento” e “Premiar os principais projetos inovadores, com destaque para universidades de pequeno porte”. (BRASIL, 2019). Outra falácia que remete o público em geral, incluindo os parlamentares que tem o poder de aprovar tal projeto, ao erro de “achar” que no contexto das universidades públicas não existem parcerias entre público e privado.

O eixo *internacionalização* tem por base estimular intercâmbio de estudantes e professores/as, com foco na pesquisa aplicada; revalidação de títulos e diplomas estrangeiros por instituições públicas e privadas com alto desempenho, de acordo com os critérios do MEC; facilitar o acesso e a promoção de disciplinas em plataformas *on-line*; firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do país; possibilitar bolsas para estudantes atletas brasileiros em instituições estrangeiros.

Na contemporaneidade, fala-se da mundialização, da sociedade do conhecimento, da Universidade de Classe Mundial e o Brasil procura se alinhar a essas “novas” diretrizes, sempre emanadas das mesmas fontes, os organismos internacionais. Na realidade, esse perfil de educação superior vem exigindo que a educação superior se internacionalize, para fazer face às demandas da mundialização financeira, que coloca, nesse nível de ensino, a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico, na lógica da valorização do capital. (MAUÉS, 2019, p. 25)

Bem, qual o diferencial mesmo? Para um leigo que não conhece o cenário das IES públicas, ao fazer a leitura deste Programa de “modernização”, lançado com “fogos de artifício”, é muito capaz de pensar que tais quesitos levantados não ocorrem no contexto das principais universidades públicas brasileiras. Por exemplo, as IES que possuem programas de pós-graduação com conceito 6 ou 7, participam de Programas Capes *Print*, o qual estimulando as universidades a desenvolverem planos estratégicos de internacionalização, definindo áreas prioritárias, objetivos, metas, ações e avaliação.

Esses programas são avaliados por um sistema que se configura como um procedimento para avaliar a qualidade dos Programas, por meio de indicadores quantitativos, com metas previamente definidas e comparadas ao desempenho da área de avaliação como um todo, bem como um processo de prestação de contas à

sociedade. Alguns pontos avaliados são a proposta do Programa, corpo docente, produção intelectual, inserção social, cooperação e internacionalização, entre outros quesitos.

Ocorre que, com o contingenciamento de verbas ocorrido, em especial desde 2017, a Educação Superior brasileira está sofrendo com a desarticulação de programas essenciais que, em tese, dão conta da maioria das “modernizações” e “melhorias” propostas pelo atual governo, a exemplo do Future-se. Além disso, o fio condutor desse programa está na “privatização” a conta-gotas das atuais IES públicas, justamente porque ao “emparedar” tais instituições e não lhes oportunizar recursos suficientes para o desenvolvimento efetivamente operacional de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o governo consegue demonstrar sua “inércia” frente as demandas sociais e educacionais e um “contexto” demarcado pela falta de qualificação e inovação.

Claramente, torna-se possível perceber que o documento está em consonância com orientações de organismos internacionais, visto que os objetivos para desenvolvimento sustentável, tem como uma de suas metas:

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento (BRASIL, 2015, p. 23)

Da década de 1990 até então os organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), têm orientado e regulado políticas educacionais nos países com intuito de responder à crise estrutural do capitalismo desencadeada nos anos de 1970.

No entanto, é necessário um olhar atento e cuidadoso quanto às influências dos organismos, tendo em vista que, estas organizações estão voltadas para o lucro mercadológico e regulamentam a educação como serviço, abrindo uma porta que permite a transformação desse bem que deveria ser “comum” em uma mercadoria visada por empresas, fundações e organizações que veem nela possibilidades de lucros.

Cabe destacar que o Future-se tem a previsão de ser financiado por um fundo de direito privado, o qual permitirá o aumento da autonomia financeira das Instituições Federais de Ensino. A administração do fundo é de responsabilidade de uma instituição financeira e funcionará sob regime de cotas. Ou seja, a sua implementação ocorrerá por meio de contratos de gestão, estes firmados pela União e pela IES com organizações sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, e estejam relacionadas às finalidades do programa (BRASIL, 2019).

De Paula et al. (2018) afirmam que os organismos internacionais, em especial o BM, desde a década de 1990, apontam a (suposta) necessidade de o Ensino Superior ser privado/mercantil nos países de capitalismo dependente. E cada vez mais se evidencia este movimento constitutivo do processo de mercantilização da educação superior brasileira.

Todo o exposto não tem a intencionalidade de “julgar” ou “condenar” as propostas do programa, mas a perspectiva de [re]pensar e dialogar acerca de algumas intencionalidades que podem, em algumas áreas, deixar de ser positivo ou desestabilizar os processos de gestão e organização das IES, em especial as públicas e gratuitas, e no que essas medidas impactarão na vida das pessoas mais pobres do Brasil.

Quando um programa desta conjuntura é pensado e articulado, é preciso ter cuidado com a estrutura de universidade que encontramos. Future-se trata não somente da “autonomia das universidades”, mas, também, da entrega de parte da gestão financeira e patrimonial a organizações sociais privadas, que poderão implantar a cobrança de mensalidade, permitir contratação via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de servidores, entre outros pontos a serem debatidos; retrocedendo, portanto, a histórica luta por direitos sociais dos trabalhadores da educação, de acesso e permanência à Educação Superior, entre outras tantas conquistas.

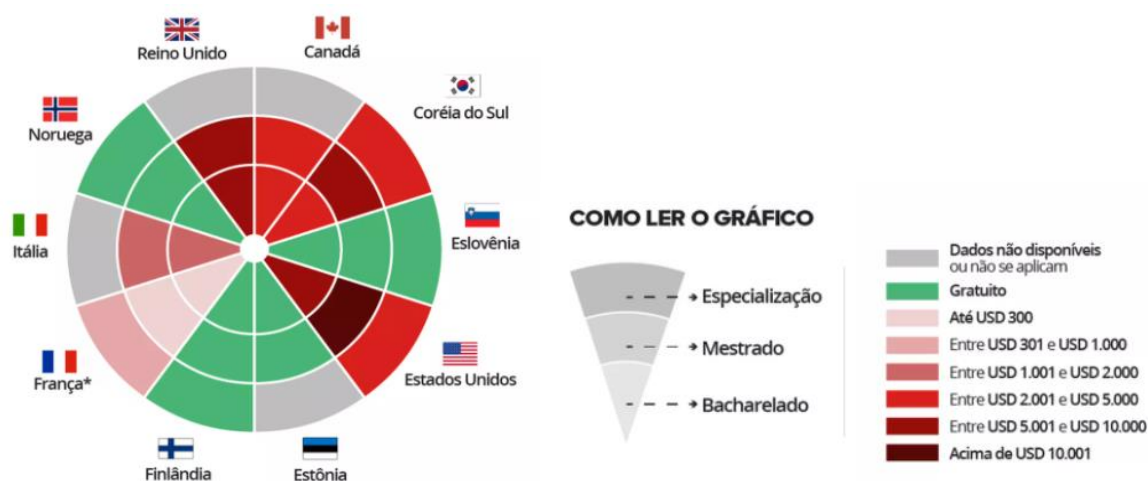
Embora, venham a divergir com a concepção de Estado mínimo que ganha fôlego nesse mesmo período, ou seja, a intervenção do Estado se faz necessária para a implantação de políticas públicas e sociais. Por outro lado, a filosofia política, expressa pelo neoliberalismo, tende a negar o papel democrático e de gestor do Estado, em prol da autorregulação do mercado. O Future-se apresenta como argumento fundamentador as palavras “inédito e inovador”, “sustentabilidade

financeira”, “responsabilidade”, “captação de recursos próprios” e ao “empreendedorismo”, propondo para as IES uma mudança de cultura organizacional centralizada no capital privado, em troca de maior autonomia financeira e sustentabilidade.

Para o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante o lançamento e apresentação do Programa: “O Future-se coloca o Brasil no mesmo patamar de países desenvolvidos. Nós buscamos as melhores práticas e adaptamos para a realidade brasileira. A maioria das medidas já acontece aqui. Nós vamos potencializá-las”. Segundo o então Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, o programa retira algumas barreiras burocráticas que as universidades enfrentam. “O nosso potencial é gigantesco. Os estudantes poderão ser protagonistas do seu próprio destino. O nosso convite é: futurem-se” (BRASIL, 2019).

Estas afirmativas revelam que existe uma intencionalidade discursiva nos enunciados expostos. A expectativa de que o Brasil pode estar no mesmo patamar que os países desenvolvidos, projeta nos leitores e expectadores o desejo de tal perspectiva, no entanto, não há uma reflexão sobre o processo e as questões envolvidas para se chegar a tal “conquista”, justamente por que a maioria da população brasileira não conhece de fato quais sejam as questões envolvidas e quais perdas todas as classes sociais, em especial as mais pobres, terão com esse processo de colocar o Brasil no mesmo patamar de países desenvolvidos. Tais países desenvolvidos que, em sua maioria, não possuem Educação Superior pública e gratuita (Figura 44).

Figura 44- Sistema de Ensino Superior em 10 países



Fonte: Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/gratuito-ou-pago-veja-quem-paga-a-conta-do-ensino-superior-publico-nos-eua-reino-unido-franca-e-mais-17-paises.ghtml>>. Acesso em: 8 set 2020

Outros movimentos têm tomado força neste contexto, com vistas a fortalecer a visão de inoperância e inércia das IES públicas no Brasil. A exemplo disso, cita-se a desvalorização do docente da Educação Superior e as próprias intervenções que vem acontecendo em algumas instituições nas Universidades Federais, ou Reitores que são escolhidos e indicados pelo governo. O Ministério da Educação (MEC) se tornou um instrumento de perseguição a docentes, estudantes e aos defensores da universidade pública no Brasil.

Também, o discurso do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que criticou salários de professores/as de universidades federais, chamando-os de “zebras gordas”, foi deselegante e ofensivo, após anunciar, ao jornal O Estado de São Paulo, que pretendia exigir a contratação dos professores/as via CLT (carteira assinada) e não por concurso público. Segundo Weintraub, o MEC tinha de “ir atrás da zebra mais gorda”. As declarações foram feitas no dia 26 de setembro de 2019, durante o Fórum Nacional do Ensino Superior, em São Paulo (Jornal O Estado de São Paulo, 2019). Segundo o então Ministro, o principal problema do MEC está em “[...] ir atrás da zebra mais gorda, que está na universidade federal trabalhando em regime de dedicação exclusiva para dar só 8 horas de aula por semana e ganhar R\$ 15 mil, R\$ 20 mil.”, conforme retratada na Figura 45 a reportagem divulgada pelo jornal O Globo.

Figura 45 – Fala de Ministro sobre professores/as da Educação Superior

The image shows a screenshot of a news article from the website 'O GLOBO'. At the top, there is a navigation bar with the site's logo and various menu options. Below the navigation bar, there is a banner for 'CHRISTMAS MARKET STELLA ARTOIS'. The main headline of the article reads: 'Weintraub afirma que vai 'atrás da zebra gorda', professores que ganham de R\$ 15 mil a R\$ 20 mil'. Below the headline, there is a sub-headline: 'Ministro da Educação também disse que o pagamento de mensalidade nas universidades não resolveria o déficit do orçamento'. To the right of the text is a photograph of Minister Abraham Weintraub speaking at a podium. Below the photo is a caption: 'O ministro da Educação, Abraham Weintraub, durante apresentação de programas do MEC Foto: Gabriel Jabur/MEC / Agência O Globo'. At the bottom left of the article, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and LinkedIn.

Fonte: Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/weintraub-afirma-que-vai-atras-da-zebra-gorda-professores-que-ganham-de-15-mil-r-20-mil-23976141>> Acesso em: 10 dez 2019.

O governo brasileiro, representado pelo então Ministro da Educação, nesse discurso, tentou demonstrar ao público atento as suas declarações de que os professores universitários são servidores “ricos”, que “ganham muito bem”, que “trabalham muito pouco” e que se constituem uma “despesa desnecessária e pesada para a União pelo que produzem”. As declarações foram anunciadas sem responsabilidade sobre as causas e, assim, passou a se fortalecer uma teia de informações não verídicas ou generalizadas, neste caso, sobre a condição dos docentes deste nível de ensino, produzindo sentidos sociais desarticulados e desvirtuados à realidade das universidades e seus profissionais que lá atuam.

Fica claro e evidente que estes ataques, em sua maioria, são e representam uma ferramenta para adesão das universidades públicas ao Future-se, programa para captar verbas privadas. No entanto, ocorre que em grande parte das IES públicas, o programa foi rejeitado.

Outro exemplo, de tentativa de regulação e controle, foi o Decreto nº 9.725/2019 que extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações, retirando das Universidades as funções gratificadas de 1 a 7. A ideia foi abordada com sentido de “reestruturação” que, neste caso, adotou sentido e significado de uma nova realidade, algo novo e que poderá trazer mudanças e [re]articulações emergentes na gestão universitária.

Art. 1º Ficam extintos os seguintes cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo federal: I - na entrada em vigor

deste Decreto, na forma do Anexo I :a) quatrocentas e noventa e oito Funções Comissionadas Técnicas - FCT, de que trata o art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 ; b) mil, cento e cinquenta e três Funções Gratificadas, de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991 ; c) novecentas e sessenta Funções Gratificadas, de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 1991 , criadas pelo art. 3º da Lei nº 13.027, de 24 de setembro de 2014 ; d) cento e dezenove Cargos de Direção - CD, de que trata o art. 1º da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991 , criados pelos incisos V , VI e VII do caput do art. 1º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012 ; e) quatrocentas e sessenta Funções Gratificadas, de que trata o art. 1º da Lei nº 8.168, de 1991. (BRASIL, 2019).

As universidades, neste meio, precisaram se reunir para debater e pensar estratégias para reorganização estrutural de seus setores e da instituição como um todo; um processo aligeirado e que resultou em desafios para a gestão das instituições, dos cursos de graduação e pós-graduação e dos técnicos servidores destas universidades.

Assim, cada vez mais tem se evidenciado o desmonte da Educação Superior pública, laica e gratuita no Brasil, alavancando processos que configuram e movimentam o retrocesso de políticas públicas antes conquistadas em outros governos, as quais possibilitaram a ampliação e expansão da Educação Superior para a população que até então não tinha condições de ingresso em uma IES.

Ainda, neste cenário, Abraham Weintraub sem provas, afirmou que universidades federais têm plantações extensivas de maconha (Figura 46) e que seus laboratórios de química são usados para desenvolver drogas sintéticas e metanfetamina, em entrevista ao Jornal da Cidade *Online*.

Figura 46- Plantações de maconha nas universidades e repercussão

The image shows a screenshot of a news article from the website 'FOLHA DE S. PAULO'. The article is titled 'Ministro diz que há plantações de maconha em universidades; reitores criticam ataques e retórica agressiva'. Below the title, there is a sub-headline: 'Casos de drogas citados por Weintraub não têm elo com universidades federais'. The main text of the article snippet reads: 'Episódios em MG e DF não corroboram acusação de ministro sobre produção extensiva de drogas'. At the bottom of the article snippet, there are social media sharing icons for Facebook, WhatsApp, Telegram, Email, and Print. The page header includes the logo of 'G1' and 'EDUCAÇÃO', and a navigation menu with items like 'educação', 'enem', 'escolha a escola', 'fuvest', 'ruf', 'base nacional curricular', 'folha na sala', and 'cotidiano'.

Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/22/ministro-diz-que-ha-plantacoes-de-maconha-em-universidades-reitores-criticam-ataques-e-retorica-agressiva.ghtml> e <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/11/casos-de-drogas-citados-por-weintraub-nao-tem-elo-com-universidades-federais.shtml>. Acesso em: 5 out 2020.

Segundo o então Ministro da Educação, a culpa seria da "soberania" das universidades. "Foi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania", afirmou Weintraub. As universidades envolvidas desnudam e desmentem sobre as *fake News* produzidas, desencadeando em um processo judicial pelas calúnias públicas, na ocasião, produzidas pelo então representante do atual governo federal junto ao MEC.

No ano de 2020 até o último trimestre do ano as universidades, escolas e demais espaços coletivos estão fechados. O vírus COVID-19 ainda assola o país com sérias consequências. As atividades estão sendo realizadas remotamente, de forma não presencial, através de aula *online*, envios de materiais para as famílias e alunos/as, grupos de vídeo chamada entre outras estratégias. Inúmeras atividades foram realizadas no contexto pandêmico, uma sobrecarga de trabalho e atividades que se alternavam com as atividades diárias se instalou. Algumas possibilidades de interação tem-se efetivado, como por exemplo, as *lives*, que se configuraram como uma ferramenta de aulas, palestras, defesas e muito mais, retratando um grande número de salas virtuais sendo utilizadas, as atividades de gestão também se diferenciaram tendo que ser remodeladas, no formato online e remoto, editais e muitos outros processos institucionais trazendo múltiplas tarefas que podem ser realizadas concomitantes, que antes presencialmente não era possível.

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei em caráter excepcional, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que desobriga creches, escolas e instituições de ensino superior a cumprirem o mínimo de 200 dias letivos em 2020 (Figura 47). As instituições de ensino tiveram que mudar o calendário por conta da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Figura 47- Lei sancionada devido a COVID-19

Bolsonaro sanciona lei que libera escolas e universidades de cumprir 200 dias letivos em 2020

Medida foi editada em razão da pandemia da Covid-19 e também reduz, por tempo limitado, duração dos cursos de saúde. Carga horária não cumprida deverá ser compensada em 2021.

Por Pedro Henrique Gomes e Roniara de Castilhos, G1 e TV Globo — Brasília
18/08/2020 21h26 - Atualizado há um mês



Fonte: g1 Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/18/bolsonaro-sanciona-lei-que-libera-escolas-e-universidades-de-cumprir-200-dias-letivos-em-2020.ghtml> Acesso em: 22 ago 2020.

No entanto, o que vivenciamos em um contexto nacional é o descaso com algumas orientações da Organização Mundial de Saúde. No Brasil, esta premissa se evidencia em conjunto com as ações do presidente Jair Bolsonaro, que tem desrespeitado as recomendações das autoridades de saúde internacionais, indo às ruas e causado aglomerações frequentes, bem como, defendendo o uso de medicações sem as devidas orientações de profissionais da Saúde (Figura 48).

Figura 48- O globo e captura de tela Instagram



Fonte: Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/com-quase-130-mil-mortes-pela-covid-19-bolsonaro-diz-que-brasil-esta-praticamente-vencendo-pandemia-24634674> >. Acesso em: 10 set 2020. Disponível em: Instagram/Jairmessiasbolsonaro. Acesso em: 10 set 2020.

O conceito de estratégia discursiva serve para persuadir. No ato discursivo, o sujeito comunicante não quer simplesmente ser bem entendido pelo sujeito

interpretante: ele quer, também, seduzir ou persuadir seu interlocutor a aderir a seus propósitos. Encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos. São possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer da encenação do ato da linguagem (CHARAUDEAU, 2008).

O discurso do enunciador está em contradição, uma vez que afirma defender a vida desde o início da crise de Coronavírus, mas, também, ao enfatizar que os governadores estão tomados pelo pânico, sinalizando que “é um absurdo” as escolas estarem em *lockdown* (Figura 49). É fato que estar em isolamento social significa evitar que mais vidas sejam perdidas pelo vírus.

Figura 49- *Twitter* da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República.



Fonte: *Twitter* @secomvc.

O discurso apelativo de “isso é um absurdo” remete o contrário à razão, ao senso comum, como intenções absurdas. Que fala ou age de maneira irracional e/ou estúpida. Assim, a população ao ler não consegue perceber que o *lockdown* nas escolas e demais esferas públicas com aglomerações de pessoas está a evitar que o vírus se espalhe. Um discurso que faz o uso de uma estratégia para persuadir o leitor a achar que os professores e gestão escolar estão parados sem necessidade alguma. Há, portanto, um Discurso de estigmatização, criticando supostos responsáveis, o que Charaudeau chama de “satanização dos culpáveis”, seja eles políticos, estado ou instituições e neste caso a mídia.

Entretanto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a validade do ensino remoto até dezembro de 2021, após os seis meses de suspensão das aulas presenciais pela pandemia do COVID 19, e a junção dos anos letivos de 2020 e 2021. O documento flexibiliza a aprovação escolar ao permitir a "redefinição de critérios de avaliação" visando a "promoção" do estudante (Figura 50)

Figura 50- CNE aprova junção de anos letivos 2020 e 2021



Fonte: G1 Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/10/06/cne-aprova-ensino-remoto-ate-dezembro-de-2021-e-fusao-de-anos-letivos.ghtml> Acesso em: 14 ago 2020.

A junção dos anos letivos é importante, mas ao mesmo tempo um grande desafio para a Educação Básica e Superior, sejam instituições públicas, privadas ou comunitárias. No entanto, não há obrigatoriedade, uma vez que as redes terão posteriormente, autonomia para optar. Considerando o ensino remoto e rearticulações neste processo, cabe destacar que ele tem satisfeito parcialmente as necessidades de aprendizado, tendo em vista que uma parcela significativa de alunos não tem acesso à *internet*.

O Ministro da Educação Milton Ribeiro, quando questionado sobre o MEC durante a pandemia de COVID-19 e as limitações dos estudantes que não possuem acesso ao ensino remoto, afirmou em entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo" (<https://www.estadao.com.br/>, 2019) que estas desigualdades se evidenciaram nesse período do coronavírus, mas não foram criadas agora, devendo ser resolvidos pelos estados e municípios.

A afirmação do atual Ministro da Educação de que “a desigualdade do país não é problema do MEC, mas um problema do Brasil”. Só demonstra o quanto a inclusão digital ainda é temática importante a ser debatida. O Ministro relata em entrevista ao Jornal que esse problema se evidenciou na pandemia e não foi causado pela pandemia e que se se você entrar em uma escola hoje, mesmo na pública, é um número muito pequeno que não tem o seu celular. Afirmativa essa, que não tem base nem comprovação.

Ministro Milton, ainda, salienta que é o Estado e o município que têm de cuidar dessa questão. “Nós não temos recurso para atender”. “Esse não é um problema do MEC, é um problema do Brasil” e “a sociedade brasileira é desigual e não é agora que a gente, por meio do MEC, vai conseguir deixar todos iguais” (Folha de São Paulo, 2019).

Outra perspectiva, se refere aos ataques ao financiamento da Educação Superior tiveram início em março de 2020 na reunião do Ministério da Educação com o Conselho Nacional de Educação (CNE). As universidades federais, que tiveram recursos congelados, foram alvo de acusações como “balburdia” já apresentado em capítulo anterior, bem como, congelamento do orçamento da Capes, que levou ao corte de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Charaudeau (2008) afirma que o discurso político “é por excelência o lugar de um jogo de máscaras” e o discurso não é outra coisa, se não o “texto situada em seu contexto”, ou seja, em suas condições de produção e reprodução. A linguagem é o mecanismo ou o instrumento que permite as pessoas não só pensar e agir, mas também interagir com o semelhante, viver em sociedade. Como uma manifestação de poder humana construída e reconstruída ao longo da história.

Lusa et al. (2019) afirmam que esses são alguns dos feitos da atual política de governo, em que o debate sobre a privatização do ensino, as intenções de censura dos conteúdos programáticos, a apresentação da possibilidade de escolha e da nomeação dos reitores pelo presidente, além da redução de recursos para a educação, se constituem dispositivos de intervenção direta no cenário das universidades, limitando diretamente sua autonomia.

É possível identificar alguns contratos de comunicação. Oliveira (2013) afirma que estes contratos designam o conjunto de condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação (qualquer que seja sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou

interlocutiva). Trata-se de um contrato tacitamente afirmado entre os parceiros envolvidos na interação linguística que lhe possibilita.

É por causa do contrato de comunicação que não falamos qualquer coisa para qualquer pessoa em qualquer lugar. Há limites para o que podemos falar e devemos falar, impostos por esse contrato. (caipirinha moça da roça – garçom) pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis a chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais.

Maior parte das informações divulgadas sobre ações políticas são apresentadas no *twitter* do próprio presidente, dos ministérios e, principalmente, no da Secretaria Especial de comunicação @secomvc (Figura 51).

Figura 51- *Twitter* da Secretaria Especial de Comunicação Social



Fonte: [Twitter.com/secomvc](https://twitter.com/secomvc).

O *slogan* da Secretaria Especial de Comunicação Social “salvar vidas, garantir emprego e dignidade aos brasileiros”, segundo Charaudeau (2008), afirma que do ponto de vista do discurso simbólico é existente um projeto de idealidade social. Na busca de defender valores como “garantia de dignidade” uma demanda social, ou como “salvar vidas e garantir empregos” características de um discurso político de um discurso simbólico.

Segundo Oliveira (2013) o lugar de mediação da política, também, é localizado fora do governo; é onde liga a instância política e cidadã: a instancia

mediática. Os atores dessa instância, os publicitários e as agências de publicidade possuem o papel de informar a instância cidadã sobre os acontecimentos em geral, mas inclusive, sobre os políticos. Nessa direção, Charaudeau (2008b) concebe o ato de linguagem como um fenômeno condicionado não só por elementos linguísticos, mas, também, por fatores extralinguísticos e que, por isso, o concebe também como um fenômeno social e historicamente condicionado.

No caso, a Figura 51 retrata uma imagem que referencia o povo brasileiro, fazendo com que o consumidor do produto (a imagem) se reconheça neste contexto, o populismo, que não é um regime, nem programa político, nem uma ideologia. É uma variante estratégica do discurso político semiótico (este discurso geralmente com valores heterogêneos, por isso não se configura como um discurso ideológico, apesar de populista). O ato de linguagem ocorre conforme certas condições de enunciação e conforme os conhecimentos que os agentes sociais, locutores e interlocutores possuem para codificar ou decodificar signos linguísticos para compreender o ato da linguagem, organizar a encenação do ato e construí sentidos por meio de recursos gramaticais e lexicais disponíveis (OLIVEIRA, 2017).

Algumas ações que se referem a Educação foram apresentadas no *twitter* de Jair Bolsonaro, em que é possível visualizar uma série de ações educacionais que, segundo ele, foram desenvolvidas pelo seu governo até o momento (Figura 52).

Figura 52- Ações educacionais desenvolvidas pelo governo Jair Bolsonaro

Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro · 8 de jul

1- ALGUMAS AÇÕES DESDE JANEIRO DE 2019. Segue o fio! (Mais detalhes nas redes sociais da @secomvc)

<ul style="list-style-type: none"> de 21 mil cargos e funções, aplicação de ficha limpa em cargos do Governo Federal. Lei contra fraude no INSS (economia R\$ 100 bilhões em 10 anos). Fim do sigilo em operações de crédito com recursos federais. Digitalização de centenas de serviços, gerando economia e agilidade para a população em diversas operações. 	<ul style="list-style-type: none"> Impostos zerados para medicamentos contra câncer e AIDS. Programa de dessalinização de águas no Nordeste. Queda nos índices de violência, com destaque para a redução de homicídios e estupros. Sucessivos recordes de apreensão de drogas. Regulamentação da venda de bens de criminosos para uso pelas forças de segurança.
<ul style="list-style-type: none"> de 1 semana – FHC 1995: 145; FHC 1999: 502; Lula 2003: 222; Lula 2007: 298; Dilma 2011: 200; Dilma 2015: 182 CONCLUSÃO DE DEZENAS DE OBRAS ESPERADAS HAVIA DÉCADAS – para citar alguns exemplos: a transposição do Rio São Francisco, duplicação da BR-101 em Alagoas, duplicação da BR-116 no Rio Grande do Sul e pavimentação da BR-163 no Pará. Leilões e concessões de portos, aeroportos e 	<ul style="list-style-type: none"> Redução histórica da taxa de juros – menor índice. Liberação do FGTS para trabalhadores. Lei da Liberdade Econômica: ações que diminuem a burocracia sobre empresas de todos os tamanhos, estimulando empreendedorismo e competitividade e gerando empregos e renda.

3,4 mil 4,9 mil 21,2 mil

ALGUMAS AÇÕES DESDE JANEIRO DE 2019 (VIA SECOMVC)

- 4º maior destino de investimentos entre países do G20.
- SECRETARIA NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO:** foco na base do ensino.
- Enem Digital, mais abrangente, econômico e desburocratizado.
- FUTURE-SE**, programa que possibilita a arrecadação de patrocínio para pesquisas, aproximando os universitários do mercado.
- EDUCAÇÃO CONECTADA:** informatização milhares de escolas no Norte e no Nordeste.
- Programa Nacional de Escola Cívico-Militares.
- Programa Novos Caminhos (educação profissionalizante).

O BRASIL NÃO PODE PARAR!

Fonte: Twitter do presidente Jair Bolsonaro.

No encontro discursivo que se dá no espaço político, os sujeitos agem em função daquilo que um imagina do outro; da imagem que um cria do outro. A linguagem é uma maneira de regular as relações de força. Os programas pensados neste contexto, em sua maioria se encaminham para relações de mercado. Entretanto a linguagem e a imagem adotam uma estrutura de convencimento que absorve o olhar e a compreensão do leitor, principalmente aquele que não conhece de fato a realidade ou não acompanha com frequência determinada temática.

“Enem Digital, mais abrangente, econômico e desburocratizado” principais premissas desse projeto é que o Enem digital se torna mais sustentável, mais econômico pela não impressão e, também, é mais seguro do que a versão em papel; o que é uma grande falácia, tendo em vista que cada vez mais o número de roubo de dados se torna maior no país.

O uso das palavras “abrangente” e “desburocratizado” emite efeito de “modernização”, “inovação” e “simplificação” dos processos que envolvem a prova, no entanto outras situações estão presentes como, problemas na aplicação com conectividade, infraestrutura de rede e, principalmente, de acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), o acesso e inclusão digital que é menor o número de estudantes que possuem computador em casa de escolas públicas, se comparado aos estudantes de escolas privadas. Essa é uma questão de classe social e de acesso efetivo! Qual concepção de inclusão digital tem o governo e suas atuais políticas?

O centro dos projetos políticos do governo se refere à educação militar ou cívico-militares, refletindo uma nova face educacional de investimentos e financiamentos no âmbito da Educação. Evidenciando uma postura que reflete o contexto das experiências vivenciadas pelo então presidente. Formou-se em uma Academia Militar e serviu em grupos do Exército Brasileiro, querendo, portanto, reproduzir a ideologia disciplinar que viveu e a entende a “melhor” opção para a educação brasileira.

O discurso baseado na construção de imagens refere-se ao discurso político como ato de comunicação. Dedicar-se a construir imagens usando estratégias de persuasão por meio de diversos procedimentos tópicos, como o uso de cores, no caso amarelo e verde como representação de patriotismo; presença de frases de impacto, como “o Brasil não pode parar!”, o uso de destaque em algumas palavras para elucidar algo, entre outras.

No campo político toda palavra deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser “tomada ao pé da letra”, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

As redes sociais também se configuram como ferramentas de denúncia, resistência, protesto e de questionamentos. Podem ser vistas como forma de comunicação com os governantes e políticos. Não é garantia de que a comunicação será com um emissor e receptor, no entanto é possível que mais pessoas compartilhem opiniões e se fortaleça no debate, abaixo exemplo de interação (Figura 53).

Figura 53- Pronunciamento sobre bolsas do Ministério da Ciência e Tecnologia.



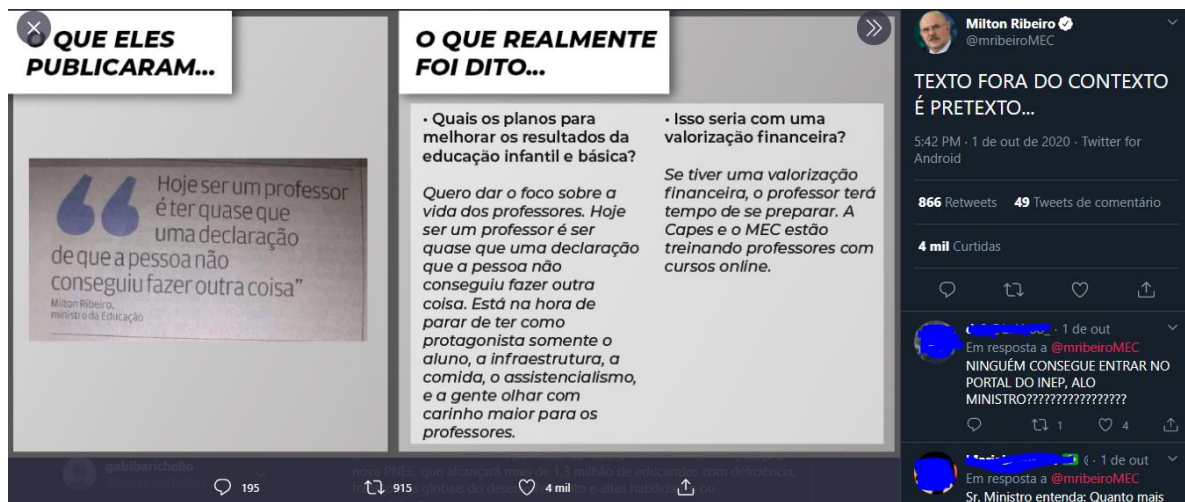
Fonte: Facebook.com – pagina do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O não dito na publicação pode ser fator principal no contexto. Não se sabe quem é o público destinado, quais os critérios para receber, nem quais universidades são prestigiadas. O que tem acontecido e tem-se vivenciado em no cotidiano é que são cada vez mais cortes de bolsas por todo o país. Ao informar que são 843 de bolsas gera uma comoção e expectativa. O ato de linguagem não é aleatório, é concebido com um fim específico de “atingir” o outro, o sujeito Essa situação se efetua a partir da influencia numa determinada situação de comunicação.

Mais recentemente, no dia 24 de setembro, o Ministro da Educação Milton Ribeiro concedeu uma entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo” (Folha de São Paulo, 2019) e falou sobre o papel do ministério, a carreira do professor e orientação sexual. Ribeiro disse que, “[...] hoje, ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa”, o que desvaloriza em seu discurso a carreira do magistério perante a sociedade. E falou, também, que homossexualidade não é normal, atribuindo-a a família desajustadas.

Ocorre que ao mesmo tempo apresentou este discurso discriminatório e de desvalorização da profissão docente, o atual Ministro da “Educação” do Brasil publicou em seu Twitter que seu discurso foi mal interpretado e desvirtuado (Figura 54).

Figura 54- Publicação do Ministro Milton Ribeiro em sua página no *twitter*



Fonte: Twitter.com/mrbeiroMEC

Ao iniciar o debate o atual Ministro utiliza de estratégias linguísticas de convencimento e compaixão com a profissão docente, nesta noção de contrato linguístico o emissor esperava que os indivíduos estivessem suscetíveis a chegar às representações languageiras como “a vida dos professores” e “olhar com carinho maior”. No entanto, o que se revelou foi o contrário.

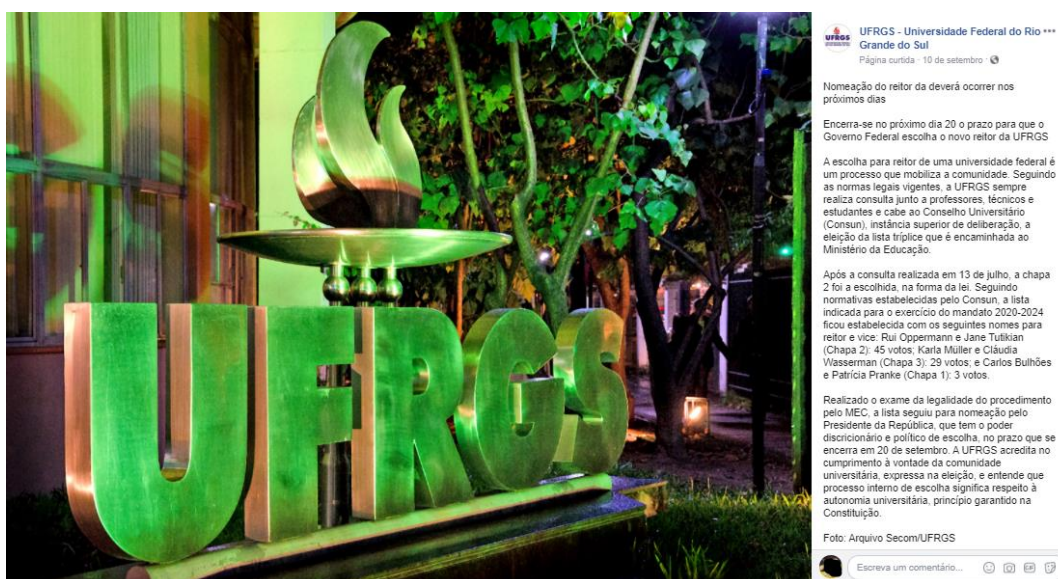
O Discurso produzido e disseminado pelo Ministro, afeta muito mais que a profissão docente; em seu discurso levou muitos professores/as brasileiros/as ao espanto. Seguindo por esta lógica, os discursos possuem acordos tácitos que possuem máximas conversacionais, orientando os escritos ou emissor a dizer apenas a informação necessária de maneira objetiva, clara e direta. Em um “ato

falho” o Ministro falou o que pensava não o que deveria falar ou como consideraria que seria interpretado pelo receptor.

Chamou, em outras palavras os professores/as de pessoas fracassadas e/ou sem opção profissional. Na sequência, afirmou “É preciso a gente olhar com carinho maior para os professores” dignos de compadecimento. Posteriormente, realiza publicação na tentativa de esclarecimento, quando se trata de justificar ações em busca de legitimidade, Oliveira (2013) ao citar Charaudeau (2006), a instância política dirige-se a um público heterogêneo por meio da mídia (como no post de justificativa após repercussão).

Outro fato que está presente no cenário da Educação Superior, constituindo-se emergente e desafiador, se refere as nomeações à reitoria pelo então presidente Jair Bolsonaro, não respeitando, muitas vezes, a primeira escolha das comunidades e ferindo, portanto, a autonomia universitária. Recentemente, nomeou o professor Carlos André Bulhões Mendes como novo reitor da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) para os próximos quatro anos. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União, assinada por Bolsonaro e pelo Ministro da Educação, Milton Ribeiro. Bulhões ficou em terceiro lugar na lista tríplice para reitoria da UFRGS enviada para análise presidencial (Figura 55).

Figura 55- Publicação da página institucional no Facebook da UFRGS



Fonte: Facebook.com página UFRGS.

Desde o início do governo, muitos reitores de universidades federais já foram escolhidos por Bolsonaro. Destes, alguns indicados sem liderar uma lista tríplice,

conforme levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207, trata que “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Sobrinho Oliveira e Santos (2019) afirmam que, neste contexto, as universidades são significadas como campo de ameaças ao poder dominante, formada por professores “perigosos”, vistos como “doutrinadores”; há ainda dizeres que afirmam que na universidade “só tem comunista”, que a “esquerda tomou conta da universidade”, que esta “não cumpre sua função social”, entre outras falácias discursivas.

Através do estudo da ADP quanto as tecnopolíticas voltadas para a Educação Superior, foi possível evidenciar estratégias e contratos discursivos que [re]montam o cenário da Educação Superior. Os discursos evidenciados estão em inter-relação com as metas e “orientações” dos organismos multilaterais no sentido de privatização do ensino superior público no Brasil.

Para Maués (2019, p. 27):

Os organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial e para a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico, vêm ‘traçando’ a missão, os objetivos e o modus operandi das instituições de ensino superior. As diretrizes emanadas, em geral, recebem o aval dos governos, havendo, na maioria dos casos, um processo de mediação que procura conformar as orientações dos organismos às demandas do país e à oposição que se apresenta por meio de movimentos organizados como, por exemplo, os Sindicatos dos Docentes e dos Técnicos, os Diretórios e Centros Acadêmicos e, por vezes, até as associações de reitores. As mudanças que vêm ocorrendo nas instituições de ensino superior têm mudado suas finalidades, objetivos, missão, formas de gestão, de financiamento e avaliação. Há uma grande preocupação em aproximar as instituições brasileiras do modelo de internacionalização desenhado pelos organismos internacionais, cujos objetivos centrais podem levar a uma privatização do conhecimento, por meio da constituição de um saber que esteja voltado para a valorização do capital.

Então, a descaracterização da Instituição universidade por meio dos ataques e discursos evidenciados nas publicações, bem como produção, [re]formulação e legitimação de “novas” políticas públicas educacionais tem priorizado influenciar opiniões públicas e, sobretudo, privatizar o conhecimento nas mãos de poucos, acerca desses espaços e que são disseminadas pelas tecnopolíticas, por meio das mídias sociais e de como as disseminamos; tais perspectivas tem se constituído

contextos emergentes no cenário da Educação Superior na direção da valorização do capital e em detrimento da Educação Superior como bem social comum a todos e todas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 56 - Rede Social...



Fonte: <http://educacao.globo.com/provas/enem-2012/questoes/103.html>

Esta pesquisa ao buscar quais discursos e contextos emergentes estão relacionadas à Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais e tecnopolíticas, encontrou, de certa forma, resultados que revelam uma nova face da Educação Superior no contexto atual. Os discursos se entrecruzam entre estratégias e contratos de discurso que evidenciam parte da política atual em âmbito global e local.

Uma vez que, aplicativos, plataformas e *web sites* que configuram as mídias sociais no Brasil, também podem servir como ferramenta de influência e/ou de regulação. Na esfera tecnológica digital, em específico as redes sociais como *whatsapp*, *twitter*, *facebook* e *instagram*, o compartilhamento de notícias e informações passaram a se disseminar rapidamente e, talvez, até irresponsavelmente, constituindo uma cultura digital emergente.

Neste cenário, as redes não são como um paralelo de acontecimentos do mundo, mas, sim, se constituem a atual forma como nos relacionamos e nos identificamos com os atores e as esferas da sociedade, bem como, produzimos dados sobre e por nós. Estas informações fluem e deslizam rapidamente para os *feeds* de notícias, tomando dimensões que independem ou são intencionalmente pensadas por seus formuladores, tanto no contexto local, quanto global.

A partir do estado do conhecimento foi possível repensar aspectos epistemológicos, bem como estudar e aprofundar sobre conceitos e autores que abordam as temáticas. Tornou-se possível, também, identificar alguns autores e

pesquisadores que são comuns nos debates entre as dissertações e teses analisadas, como por exemplo Castells, que estava presente em grande parte das produções.

Além disso, este estudo contribuiu com a organização da produção desta pesquisa, justamente na perspectiva do aprofundamento teórico a partir da seleção de novas obras pesquisadas. Algumas temáticas e/ou conceitos diferentes emergiram, como por exemplo, as discussões sobre cibercultura, comunicação digital, entre outros termos que foram incorporados pela visão dos autores mapeados e suas bibliografias.

Com o objetivo (i) reconhecer no contexto sócio-histórico da globalização, século XXI, os processos de [re]formulação de políticas para a Educação Superior no Brasil e principais contextos emergentes, foi possível perceber que uma nova forma de política tem se evidenciado cada vez mais: a de valorização do mercado e de privatização da Educação Superior, ou seja, o público em detrimento do capital privado. Aspectos como qualidade social da educação, têm sido deixados de lado para retomar e adequar-se as políticas e as influências de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a OCDE que priorizam a “qualidade total” e os rankings.

Ou seja, é existente uma abertura de espaços de valorização para o capital das empresas de serviços educacionais com subsídios públicos. O desenvolvimento das políticas sociais inclusivas e equitativas que acompanhamos acontecer, nos últimos anos no Brasil, parecem se esfacelar. Alguns programas novos, com propostas “modernizadoras” e “inovadoras” foram lançados no intuito de intensificar a privatização e o contingenciamento das universidades públicas, apoiados pelos dispositivos das mídias sociais e as estratégias de fake News, entre outros aparatos tecnológicos e estratégias e político-partidárias.

No objetivo (ii) identificar os possíveis sentidos tecnopolíticos e modos de [re]articulação da Educação Superior na produção de contextos emergentes, passou-se a reconhecer que as redes não consistem apenas em pessoas e grupos sociais, mas, também, em artefatos, dispositivos e entidades (SANTAELLA; LEMOS, 2010), ou seja, consistem na inter-relação entre sistemas, objetos e pessoas, pois uma rede social está sempre em uma conjuntura de atores e suas relações (SANTOS E SANTOS, 2014).

Nessa lógica, e amparada em Silva Sobrinho (2018, p. 611), tornou-se possível compreender que é preciso considerar que a universidade está inserida no

processo histórico, ou seja, possui caráter material e se entrelaça às polêmicas e práticas que movem, dialeticamente, a sociedade brasileira em seu processo histórico. Para tanto, se pode dizer, por um lado, que a universidade também está sob o efeito da lógica do capital, e, por outro, é lugar de resistência e luta cotidiana e coletiva.

Nessa direção, as redes sociais não servem mais basicamente para interação entre usuários; também disponibilizam de serviços de venda como o *Marketing Place*, por exemplo e, atualmente, têm se intensificado como fonte e espaço em que os usuários buscam informações sobre sua cidade, política e acontecimentos do mundo e que também políticos influenciam.

E, por fim, com o objetivo (iii) analisar os dispositivos e respectivos contextos de transformação midiática, a partir de seus discursos e impactos na produção de sentidos sobre as universidades federais no Brasil, buscou-se analisar a perspectiva de que as tecnopolíticas se evidenciam e [re]montam o cenário da Educação Superior. Os discursos evidenciados estão em inter-relação com as metas e “orientações” dos organismos multilaterais no sentido de privatização fundada no discurso da “autossustentabilidade”, “modernização” e “inovação”.

Neste sentido, as redes sociais também se configuram como ferramentas de denúncia, resistência, protesto e de questionamentos. Podem ser vistas como forma de comunicação com os governantes e políticos. Não é garantia de que a comunicação será com um emissor e receptor, no entanto é possível que mais pessoas compartilhem opiniões e se fortaleça no debate.

Destaca-se com este estudo, que os contextos emergentes na Educação Superior, deixaram de se constituir apenas como programas e legislações de governo. Os contextos emergentes na Educação Superior, atualmente, estão carregados de ideologias politico-partidárias, desconstrução de princípios universais, subjetivação pelo viés das tecnopolíticas e pela regulação tecnológica através do discursos político.

Estas novas configurações de Contextos Emergentes se tornaram ainda mais incisivas em seus processos, tornando-se um imperativo através das tecnologias e seus usos que, cada vez mais, refletem um [des]controle social, pois ao mesmo tempo, que regula e controla condutas, também, descontrola a rotina, as atividades diárias de vida de cada indivíduo e seus dados produzidos a partir das redes.

Evidencia-se assim, neste contexto líquido um cenário de instabilidade política e social, em que, não se controlam apenas práticas e discursos, mas também conduz a um país, seu regime político e suas interfaces. As tecnopolíticas escorrem entre os dedos de quem o tenta segurar.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

AKKARI, Abdeljalil; NOGUEIRA, Natania; MESQUIDA, Peri. **Globalização e educação: tendências, paradoxos e perspectivas**. Caderno do programa de pós-graduação em educação. Ed 9. n.1 jun, 2002.

ALVAREZ, Marcos César. **Cidadania e direitos num mundo globalizado**. Perspectivas, São Paulo, n. 22, 95-107, 1999.

BALL, S. J.. **The Teacher's soul and the terrors of performativity**. Journal Education Policy.v.8, n.2, p.215-228, 2003.

BANCO MUNDIAL/BIRD. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995.

BARBOSA, Maria Aparecida Gomes. **Mídias hipertextuais, produção escrita e letramento na educação superior**. 2017. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2017.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BECKER H.; NAAMAN M.; GRAVANO L. **Event identification in social media**. In: INTERNATIONAL WORKSHOP ON THE WEB AND DATABASES, Ed 12., 2009, Providence. Proceedings of. Providence, 2009.

BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6^a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajetória do Ensino Superior brasileiro – Uma busca da origem até a atualidade**. In XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 21 set 2020.

BRASIL. Decreto 6096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 24 de abril de 2007

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –**

REUNI.Presidência da República. Brasília, DF: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 out 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> Acesso em: 10 jul 2020.

BRASIL. Lei nº 10172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 9 de janeiro de 2001.

BRASIL. Medida provisória nº 914, de 2019 (Escolha dos dirigentes das Universidades Federais) Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140379> Acesso em: 25 jan 2020.

BRUNO Fernanda.; CARDOSO, Bruno.; KANASHIRO, Marta.; GUILHON, Luciana.; MELGAÇO, Lucas. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. Boi Tempo editora, 432 p. 2018.

CARVALHO, C. H. A. **O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior**. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out., 2006. Disponível em: <https://goo.gl/cTMtLA> Acesso em: 12 dez 2019.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In Castells, Manuel; Cardoso, Gustavo (orgs). **A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Acção Política**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação Superior no Brasil: reestruturação e metamorfose das universidades públicas**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da equipe de tradução Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação: São Paulo, 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Revista Educação e Sociedade**. vol.31 n.111 Campinas Apr./June 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010 Acesso em: 13 jul 2020.

CIRIBELI, João Paulo; PAIVA, Victor Hugo Pereira. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 12, jan./jun. de 2011. Disponível em: file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/REDES_E_MIDIAS_SOCIAIS_NA_INTERNET_REALIDADES_E_PE.pdf Acesso em: 10 jul 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. **Ser Social**. Brasília, v. 21, n. 44, jan/jun 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/23485-Texto%20do%20artigo-44067-2-10-20190314.pdf> Acesso em: 10 jul 2020.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DALLA CORTE, M. G. **Um estudo acerca dos contextos emergentes nos cursos de licenciatura no Brasil: em destaque a internacionalização**. Educação, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 357-367, set.-dez. 2017. Educacional, 2015. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/542/2019/04/PPC_MESTRADO-PROFISSIONAL_2015.pdf. Acesso em: 15 set 2020.

DALLA CORTE, Marilene Gabriel. **Um estudo acerca dos contextos emergentes nos cursos de licenciatura no Brasil: em destaque a internacionalização**. Revista Educação: Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 357-367, set.-dez. 2017.

DALLA CORTE, Marilene Gabriel; SARTURI, Rosane Carneiro. Políticas Públicas para a formação de professores e Contextos Emergentes na Educação Superior. Revista Internacional de Educação Superior: Campinas, SP v.1 n.2 p.160-181 out./dez. 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/Dialnet-PolíticasPublicasParaAFormacaoDeProfessoresEContex-5385386%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/Dialnet-PolíticasPublicasParaAFormacaoDeProfessoresEContex-5385386%20(2).pdf) Acesso em: 16 set 2020.

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento, et al. **A privatização da educação superior brasileira e as novas/velhas teses do Banco Mundial**. Universidade e Sociedade. ANDES-SN, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/imp-pub-979565262%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/GABRIELA/Downloads/imp-pub-979565262%20(1).pdf) Acesso em: 11 set 2020.

DELEUZE, Gilles. "Posdata sobre las sociedades de control". In: FERRER, Christian (comp.). **El lenguaje libertario**. Antología del pensamiento anarquista contemporáneo. Buenos Aires: Altamira, 1999.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

FONTOURA, Wagner. **A Hora e a Vez das Mídias Sociais**, 2009.

FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; ANDRIOTTI, F. K.; FREITAS, P.; COSTA, R. S. Pesquisa via Internet: características, processo e interface. **Revista Eletrônica GIANTI**: Porto Alegre, 2004, 11p.

HADDAD, Marli Elisa Dalmaz de. **Formação de professores no Brasil** (1990-1998). Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2002.

https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf Acesso em: 28 set 2020.

IBGE. **Pesquisa sobre acesso à Internet**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoInternet/comentarios.pdf>
Acesso em: 28 jan 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Civilização brasileira, 2006.

LUSA, Mailiz Garibotti. et al. **A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos**. Revista katálysis vol.22 n.3 Florianópolis

set./dez. 2019. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300536&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 10 jul 2020.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e Gêneros Digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13-67.

MOROSINI, M. C. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CONTEXTOS EMERGENTES. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v.5, n.2, p.154-164, jul./dez. 2014.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: A ascensão dos dados e a morte da política. Ubu Editora, 192 p. 2018.

OCDE. **Education at a Glance 2020**: OECD INDICATORS. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2020/EAG_2020_V2.pdf Acesso em: 21 set 2020.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Educação Superior brasileira no início do século XXI**: inclusão interrompida? Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, 2019. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/334186/1/Oliveira_AnaLuizaMatosDe_D.pdf Acesso em: 18 set 2020.

OLIVEIRA, Wenderson Santos de. **DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EM REDES SOCIAIS NA INTERNET: UMA ANÁLISE DO GRUPO DESABAFO FORMOSENSE**. Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Brasília, 2016.

PIZA, Mariana Vassallo. **O fenômeno instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica**. Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. 48f, 2012.

RECUERO, R. e ZAGO, G. **Em busca das “redes que importam”**: Redes Sociais e Capital Social no Twitter. In: Anais do XIX Encontro da Compós, PUC/MG, 2009. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/14203503-Em-busca-das-redes-queimportam-1-redes-sociais-e-capital-social-no-twitter.html> > Acesso em: 14 jul 2020.

RECUERO, Raquel. **Rede Social**. In: Para entender a Internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede, 2009.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2020**. 2020. Disponível em:

RODRIGUEZ, Pablo Esteban. Espetáculo do individual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais. **Revista ecopós**. v. 18 n. 2, 2015. Disponível em:| www.pos.eco.ufrj.br 62 Acesso em: 29 dez 2019.

RUSSEL, Raquel; ROSA, Rosane. Redes sociais e o desafio das organizações: um olhar nos twitters da Natura, da Vivo e do Submarino. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; MARCHIORI, Marlene (orgs.). **Redes sociais, comunicação, organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, p. 273 – 288, 2012.

SANTOS, B. de S.; FILHO, N. de A.. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Rosemary. **Formação de Formadores e Educação Superior na cibercultura: itinerâncias de Grupos de Pesquisa no Facebook**. 2015. 183 f. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

SAVIANI, D.. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: _____ et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, p. 9-57, 2004.

SILVA SOBRINHO, Helson. Resistências ao golpe de 2016: universidade, ciência, política e ideologia. In: SOUSA, Lucília et al. (Orgs.). **Resistirmos, a que será que se destina?** São Carlos (SP): Pedro & João editores, 2018.

SILVA, Jaqueline Quincoze da; BARICHELLO; Eugenia M. Mariano da Rocha. **A Representação das Organizações no Espaço Midiatizado**. Intercom – Sociedade

Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/113449440676761889709127052557734543044.pdf> Acesso em: 10 jul 2020.

TELES, Edson. Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas. **Revista Kriterion**. vol. 59 nº.140, Belo Horizonte, maio/ago. 2018.

TONEGUTTI, Claudio Antonio. **Um breve panorama do ensino superior privado no Brasil**. Universidade e Sociedade. Brasília, n.60, p.126-135, jul/2017.

WHATSAPP. **Canaltech**, 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/whatsapp/>. Acesso em: 20 JAN. 2020.

WIELEWICKI, H. de G.. Educação superior e pesquisa em contextos emergentes: constatações e ponderações. In: Franco, M. E. Dal Pai; Zitkoski, J. J.; Franco, S. R. K. (Org.). **Educação Superior e contextos emergentes**. EDIPUCRS: Porto Alegre. p. 135 – 150, 2016.

APÊNDICE 1 – TABELA DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Legenda

Tabela de cor Azul trata dos descritores “Mídias Sociais AND Educação Superior”

Tabela de cor vermelha trata dos descritores “Redes Sociais AND Educação Superior”

Tabela de cor amarela trata dos descritores "tecnologia" AND "educação superior" AND "Políticas"

Título – Dissertação ou Tese	Autores/as	Instituição/ Ano	Palavras-chave	Objetivo	Metodologia	Resultados
<p>COMUNICAÇÃO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: UM ESTUDO SOBRE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS COM CONCEITO INSTITUCIONAL CINCO</p> <p>DISSERTAÇÃO</p>	CARINE SIMAS DA SILVA	PUCRS 2017	<p>Comunicação social;</p> <p>Comunicação organizacional;</p> <p>Comunicação digital;</p> <p>Comunicação em sites de redes sociais;</p> <p>Universidades</p>	<p>discutir a utilização das homepages dos sites das universidades como possibilidades / alternativas de comunicação com os públicos; relacionar as modalidades e as plataformas oferecidas para a interação; e evidenciar as especificidades da interação estabelecida entre universidades e públicos no site de rede social Twitter.</p>	<p>método da Hermenêutica de Profundidade como guia para a pesquisa e, para observar as interações via Twitter, pela técnica de análise da conversação.</p>	<p>identificou-se que as universidades estão disponibilizando alternativas de comunicação digital/“ouvidorias virtuais” nos seus sites, no entanto, predomina a interação assíncrona (que não ocorre simultaneamente) e, dessa forma, é possível afirmar que não são utilizadas todas as potencialidades do ambiente digital on-line para a interação com os públicos. Igualmente, as instituições não demonstram considerar os sites de redes sociais como ouvidorias virtuais e no site Twitter predomina postura informativa – de divulgação por parte das organizações e de</p>

						recepção por parte dos públicos.
<p>THE USE OF SOCIAL MEDIA BY PROFESSORS IN TEACHING AND LEARNING PRACTICES OF UNDERGRADUATE BUSINESS ADMINISTRATION CLASSROOM</p> <p>DISSERTAÇÃO</p>	<p>BARBARA KOBUSZEWSKI VOLLES</p>	<p>UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU</p> <p>2016</p>	<p>Mídia social; professor; práticas do ensino e aprendizagem; administração; educação superior</p>	<p>entender o uso das mídias sociais pelos professores de Administração na Educação Superior.</p>	<p>A metodologia utilizada é qualitativa de natureza exploratória em estudos de casos múltiplos. Por meio da técnica bola de neve, foram entrevistados sete professores que usam mídias sociais em sala de aula.</p>	<p>Verificou-se na pesquisa que os professores utilizam de todas as mídias sociais nas práticas de ensino e aprendizagem, como: blogs, projetos colaborativos, comunidades de conteúdo, redes sociais, mundos de jogos virtuais e mundos sociais virtuais. O estudo também revelou que as plataformas de suporte ao ensino das próprias universidades, como o AVA, Moodle ou D2L; e as comunidades de mensagem, como o Whatsapp, Skype e o Hangout são também identificadas como mídias sociais pelos Professores.</p>
<p>REDES SOCIAIS: Possibilidade de Práticas Educativas na Educação Superior</p> <p>DISSERTAÇÃO</p>	<p>MAURO RODRIGUES RIBEIRO</p>	<p>CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO</p> <p>2013</p>	<p>Educação online; comunicação digital; redes sociais</p>	<p>Busca-se compreender, no decorrer do trabalho, como as redes sociais podem auxiliar grupos de estudantes, mediados pelo professor na construção do conhecimento, por meio da educação online, e como esses alunos são conduzidos por meio da aprendizagem colaborativa, fazendo</p>	<p>Esta análise é realizada mediante levantamentos bibliográficos e pelas interações no ambiente da rede, a qual é detectada pela aplicação de um questionário.</p>	<p>Os resultados apontam e orientam para a possibilidade do uso da ferramenta, rede social, com finalidade educativa, de forma mais efetiva no favorecimento da construção do conhecimento.</p>

				usos de ferramentas comunicativas síncronas e assíncronas, que possibilitam a interação e permitem aos alunos estabelecer trocas, discutir e opinar sobre os assuntos propostos, construindo seu conhecimento		
"Facebook: uma possível ferramenta de gestão para o PET? DISSERTAÇÃO	FRANCISCO ROBERTO VASCONCELOS DE LIMA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 2013	políticas públicas educacionais; gestão pública societal; PET; TICs; Facebook.	saber se os gestores nacionais e locais do Programa de Educação Tutorial (PET) da SESu/MEC fazem uso do Facebook na gestão de seus grupos.	A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa aqui relatada buscou seguir os postulados de uma pesquisa exploratória. Seu corpus foi examinado por meio da técnica de análise de conteúdo como nos é ensinado por Laurence Bardin.	Os resultados apontam para o fato de que a gestão dos grupos PET, no âmbito da IES, faz uso de TICs virtuais em sua comunicação. Quanto ao uso do Facebook, a pesquisa revela que, apesar dele não ser usado de forma regular por todos os gestores locais, já que nem todos têm uma página oficial do grupo neste espaço virtual, há fortes indícios de que os alunos-bolsistas participantes do PET se interconectam, interagindo no Facebook por meio de suas redes sociais pessoais.
Formação de formadores e educação superior na cibercultura: itinerâncias de grupos de pesquisa no Facebook TESE	ROSEMARY DOS SANTOS DE OLIVEIRA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2015	Pesquisa-formação multirreferencial. Cotidianos. Formação de formadores. Cibercultura.	compreender a formação do formador no contexto da cibercultura e como este vem estruturando sua atuação na docência universitária.	perspectiva epistemológica da multirreferencialidade com os cotidianos e pelo método atualizado da pesquisa-formação. A intenção primeira deste	A tese revela que a formação do formador na cibercultura forja outros espaços-tempos de pesquisa acadêmica e de criação de dispositivos online. Revela também

					<p>trabalho consistiu em mapear as experiências e itinerâncias do formador em suas práticas cotidianas nos espaçotempos da cibercultura.</p> <p>Tencionamos que a sistematização de ambiências formativas articulando o espaço da universidade e das redes sociais criou redes de docência e aprendizagem. Como dispositivos de pesquisa, lançamos mão de oficinas, interações nas redes sociais, conversas, participação nos grupos de pesquisa.</p>	<p>que os usos do digital em rede pelos praticantes da pesquisa fizeram emergir processos de orientação coletiva, de experiências formadoras e de articulação da interface cidade–universidade, estabelecendo outros sentidos para a prática pedagógica e para a pesquisa acadêmica.</p>
<p>MÍDIAS HIPERTEXTUAIS, PRODUÇÃO ESCRITA E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR</p> <p>TESE</p>	<p>MARIA APARECIDA GOMES BARBOSA</p>	<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</p> <p>2017</p>	<p>Mídias hipertextuais.</p> <p>Comportamento linguístico múltiplo.</p> <p>Jovens contemporâneos.</p> <p>Modo de pensamento cartesiano.</p> <p>Modo de pensamento narrativo.</p>	<p>O objetivo do estudo é identificar na escrita dos universitários características que se coadunam com o modo de pensamento narrativo, com o intuito de subsidiar e contribuir para que a academia possa perceber as vantagens dessa nova forma de comunicação, dentro das limitações, no contexto acadêmico e ajudar a melhorá-la diante da irrefutável realidade das novas</p>	<p>Por meio do ensino-aprendizagem com base no pensamento cartesiano e narrativo, pode-se levar o estudante universitário a transitar nos dois modos de pensamento, com ampliação das possibilidades.</p>	<p>erifica-se que a produção textual dos estudantes dos cursos de Licenciatura privilegia o modo de pensamento narrativo construído na relação universidade/mídias hipertextuais em espaços reais e virtuais, isoladamente ou em redes sociais, com tempos de aprendizagens plurais, não limitada aos intramuros da universidade, e a consequente necessidade</p>

				mídias		de reconhecimento pela universidade formadora da inclusão do aluno conectado e sua escrita contemporânea.
<p>CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NA REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) – Estudo comparado Brasil e Portugal</p> <p>TESE</p>	ZULEIDE SIMAS DA SILVEIRA	Universidade Federal Fluminense 2011	Estado e Blocos Regionais; Política de CT&I e Política Educacional; Reforma da Educação Superior	<p>analisar a reforma da educação superior, em curso, no Brasil desde os anos de 1990, com foco no desenvolvimento das políticas de ciência e tecnologia, nos períodos de governo de FHC a Lula da Silva (1995-2010), comparada com a reforma do ensino superior, em Portugal, que tem por mediação o Processo de Bolonha</p>	<p>cuja abordagem pós-moderna entende que a realidade estudada é explicável através do particularismo ou das diferenças culturais ou da linguagem e do discurso</p> <p>Estudo de educação comparada</p>	<p>Os resultados da pesquisa revelam que a política de ciência, tecnologia e inovação subsume a política de educação, particularmente a educação superior de modo a responder aos processos de internacionalização da economia e de tecnologia. Por conseguinte, a educação superior e seu correlato, a pesquisa científica, assume caráter internacionalizado, tornando-se instrumento de integração regional e de coesão social, peça-chave para a consolidação e projeção dos blocos econômico-regionais, além de desempenhar papel precípuo na geração e transmissão do conhecimento científico-tecnológico e inovador</p>

						para a modernização, desenvolvimento econômico e competitividade de EstadosNações e respectivos blocos econômico-regionais
--	--	--	--	--	--	--